

A qualidade do processo eleitoral no Mercosul: uma análise comparativa entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai

RENATO ROBERTO MORAES ROCHA

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
(Área de especialização em Ciência Política)**

Renato Roberto Moraes Rocha, A
qualidade do processo eleitoral no
Mercosul: uma análise comparativa entre
Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, 2020

Julho, 2020

A qualidade do processo eleitoral no Mercosul: uma análise comparativa entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai

RENATO ROBERTO MORAES ROCHA

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
(Área de especialização em Ciência Política)**

Renato Roberto Moraes Rocha, A
qualidade do processo eleitoral no
Mercosul: uma análise comparativa entre
Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, 2020

Julho, 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em Ciência Política), realizada sob a orientação do Professor Doutor Marco Lisi.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Marco Lisi, por toda atenção e inestimável orientação. À minha Família e aos colegas Ana Cameira, Manuel, Davi, Augusto e Custódia Martins.

*“Grândola, vila morena
Em cada rosto igualdade
O povo é quem mais ordena!”
(Zeca Afonso)*

A qualidade do processo eleitoral no Mercosul: uma análise comparativa entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Renato Roberto Moraes Rocha

RESUMO

A presente Dissertação tem como objetivo o estudo da qualidade do processo eleitoral dos países membros do “Mercado Comum do Sul-Mercosul”, quais sejam Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, discorrendo acerca das suas principais deficiências e semelhanças em âmbito regional. De início, relaciona-se o papel das eleições na democracia, tangenciando-se acerca do autoritarismo eleitoral, introduzindo-se posteriormente o conceito de integridade e ciclo eleitoral. A metodologia compreende o método comparado, com a pesquisa documental, com a recolha de informações por fontes secundárias, com fundamento no projeto “Variedades da Democracia (V-Dem)”, “Projeto da Percepção da Integridade Eleitoral”, Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral – IDEA, pesquisas do Latinobarómetro e relatório de missões de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos-OEA e União Europeia. Conclui-se que o Mercosul, muito embora tenha sido um contributo ao processo de integração política regional, não fora um fator indutor da integridade eleitoral. Quanto aos países integrantes, o Uruguai possui os maiores índices de integridade eleitoral e o Paraguai os menores, situando-se o Brasil e Argentina nos patamares médios. Igualmente, as principais deficiências do processo eleitoral permanecem no financiamento, nos *media* e no recorrente fenômeno de compra de voto no Paraguai, Argentina e Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Mercosul, eleição, processo eleitoral, integridade eleitoral.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the quality of the electoral process of the member countries of the “Common Market of the South-Mercosur”, which are Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay, discussing their main deficiencies and similarities at the regional level. At first, the role of elections in democracy is related, focusing on electoral authoritarianism, introducing the concept of integrity and electoral cycle. The methodology comprises the comparative method, with documentary research, with information gathering from secondary sources, based on the project “Varieties of Democracy”, “Project on Perception of Electoral Integrity”, International Institute for Democracy and Electoral Assistance - IDEA, Latinobarometer Surveys, and Report on Election Observation Missions by the Organization of American States-OAS and the European Union. It can be concluded that, although Mercosur was a contribution to the process of regional political integration, it was not a factor in electoral integrity. As for the member countries, Uruguay has the highest electoral integrity indices and Paraguay the lowest, with Brazil and Argentina at the middle levels. Likewise, the main shortcomings of the electoral process remain in financing, the media, and the recurring phenomenon of vote buying in Paraguay, Argentina, and Brazil.

KEYWORDS: Mercosur, election, electoral process, electoral integrity.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	3
1. O estado da Democracia	3
1.2. Eleições e Democracia.....	7
1.3. As eleições nos regimes autoritários contemporâneos.....	11
1.4. A integridade eleitoral nas democracias consolidadas.....	13
CAPÍTULO II.....	15
2. A Integridade Eleitoral.....	15
2.1. A Integridade Eleitoral “positiva” ou “negativa”	16
2.2. A Integridade Eleitoral como critério “universal” ou “particular”	17
2.3. A Integridade Eleitoral como “processo” ou “conceito”	17
2.4. As “quatro gerações” da qualidade eleitoral	18
2.5. Definindo a integridade eleitoral	19
2.6. Avaliando a integridade eleitoral	23
2.7. As irregularidades eleitorais	26
2.8. A “compra de voto” e o abuso do cargo pelos titulares de mandato	27
CAPÍTULO III	29
3. O ciclo eleitoral.....	29
3.1. Do financiamento eleitoral.....	29
3.2. Dos <i>media</i>	31
3.3. A legislação eleitoral.....	34
3.4. Órgãos de Administração Eleitoral	34
3.5. Círculos Eleitorais.....	34
3.6. Recenseamento Eleitoral.....	36
3.7. Registo de candidatos e partidos.....	37
3.8. Processo de votação	37
3.9. Contagem	38
3.10. Resultados	39
CAPÍTULO IV	40
4. Metodologia	40
4.1. A formulação do problema	41
4.2. A recolha e análise dos dados	42

CAPÍTULO V.....	45
5. A dimensão histórica e o “Índice de Democracia Eleitoral (V-Dem)”.....	45
5.1. O contexto histórico-político da Argentina.....	46
5.2. O contexto histórico-político do Brasil.....	48
5.3. O contexto histórico-político do Paraguai	50
5.4. O contexto histórico-político do Uruguai	51
5.5. O contexto histórico-político do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.....	52
5.6. Das Eleições e Democracia nos países do Mercosul	58
CAPÍTULO VI	63
6. A integridade eleitoral nos países do Mercosul	63
6.1. Informe e Relatórios das Missões de Observação Eleitoral.....	63
6.1.1. Missões de Observação Eleitoral no Paraguai: Organização dos Estados Americanos (eleições gerais de 2013 e 2018) e União Europeia (eleições gerais de 2018).....	63
6.1.2. Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos para o Brasil - eleições gerais de 2018	66
6.2. Dos índices do projeto “Variedades da Democracia (V-Dem)” e Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional)	70
6.3. Índice da “Percepção da Integridade Eleitoral”	73
6.4. Autonomia dos órgãos de administração eleitoral	76
6.5. A “compra de voto”	78
6.6. Discussão do processo eleitoral nos países do Mercosul.....	80
CONCLUSÃO.....	83
Referências Bibliográficas.....	87
LISTA DE FIGURAS	98
LISTA DE TABELAS.....	98
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como ponto de partida a seguinte questão: quais as principais deficiências no processo eleitoral dos países integrantes do Mercosul?

Desta feita, serão analisados como membros do Mercosul apenas Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, eis que a Venezuela está suspensa e a Bolívia ainda em processo de adesão como membro pleno.

Inicialmente, a revisão da literatura debate o estado atual da democracia, para em sequência discorrer acerca das eleições no contexto da democracia representativa moderna e suas características essenciais, principalmente após a terceira vaga de democratização, na qual um crescente número de países têm optado por utilizar eleições para escolha dos membros do legislativo e executivo.

Não obstante, tangencia-se também o papel das eleições nos regimes não democráticos, especialmente os regimes híbridos e autoritários contemporâneos, retomando suas principais características, assim como a integridade eleitoral nas democracias consolidadas.

Com relação à integridade eleitoral, muito embora não haja um consenso acerca de sua definição, administração ou violações, será explanado a sistematização das abordagens realizada por “van Ham”, a análise das quatro gerações da qualidade eleitoral efetuada por Freidenberg e, por fim, a definição delineada por Norris, consubstanciada na existência de padrões universais, com base em acordos internacionais e a noção do ciclo eleitoral, com as irregularidades existentes em qualquer estágio do processo.

Apresentado o conceito do ciclo eleitoral, abordam-se as principais características das dimensões do financiamento eleitoral, os media, a legislação eleitoral, os órgãos de administração, os círculos eleitorais com o fenômeno conhecido por “*gerrymandering*”, o registro de candidatos, o processo de votação, contagem e resultados.

Quanto à abordagem metodológica, identifica-se o problema e objetivos, o método para recolha dos dados mediante a pesquisa documental através de fontes secundárias, por meio dos projetos “Variedades da Democracia (V-Dem)” (Lindberg et

al., 2014), “Projeto de Integridade Eleitoral” (Norris, 2013), Latinobarómetro (Corporación Latinobarómetro, 2018), Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral - IDEA (Skaaning, 2018), bem como relatórios de missões de observação eleitoral da União Europeia-UE e Organização dos Estados Americanos-OEA.

Desta feita, discorre-se acerca da dimensão histórica, buscando compreender a influência do Mercosul para consolidação democrática e seu impacto na integridade eleitoral, apresentando o contexto histórico e político de cada país com fundamento no “Índice de Democracia Eleitoral” do Projeto de Variedades da Democracia, haja vista compartilharem restrições de sufrágio, instabilidade e alternâncias cíclicas de experiências democráticas e regimes autoritários.

Destarte, são apresentados os dados pertinentes à integridade eleitoral nos países do Mercosul, através dos índices do projeto Variedades da Democracia, do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral - IDEA e da “Percepção da Integridade Eleitoral”, este último principalmente com relação a cada etapa do ciclo eleitoral.

Outrossim, também serão tangenciados os dados disponíveis acerca do tema “compra de voto” e da autonomia do órgão de administração eleitoral, utilizando-se o projeto “Variedades da Democracia” e pesquisas do Latinobarómetro.

A análise compreenderá também as conclusões dos relatórios das missões de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos-OEA no Brasil e Paraguai e da União Europeia para este último.

Por fim, aborda-se a questão inicial, buscando explicar e compreender o fenômeno eleitoral nos países do Mercosul com fulcro nos projetos apresentados, notadamente o índice da “percepção da integridade eleitoral” face aos indicadores de cada dimensão do ciclo eleitoral e conclusões dos relatórios das missões de observação eleitoral.

CAPÍTULO I

1. O estado da Democracia

O estudo da qualidade eleitoral (Birch, 2011, p. 8) não é simplesmente o estudo da democracia, bem como a manipulação eleitoral não é apenas o desvio das normas democráticas.

A despeito da presente dissertação ter como objetivo o estudo da integridade eleitoral, aborda-se inicialmente o estado da democracia na literatura atual, haja vista as consequências para qualidade das eleições.

Plattner (2015, p. 6) afirma que a democracia obteve enormes ganhos, com respeito para legitimidade internacional, principalmente após a terceira onda de democratização referida por Huntington. Contudo, um recente debate aborda o questionamento se a democracia está em declínio, possuindo dois aspectos para esta análise: o primeiro com relação ao efetivo número de países que são democráticos, se estão aumentando ou diminuindo, se há o respeito à liberdade de imprensa, estado de direito e eleições livres e justas; o segundo, com relação ao âmbito de legitimidade e atratividade da democracia atualmente.

Os pressupostos de que a democracia se mantém como o objetivo a ser atingido, como um padrão global de legitimidade e o melhor meio para atingir a prosperidade e a efetividade do governo têm sido questionados, principalmente diante de três aspectos (Plattner, 2015, p. 8): a crescente sensação que as democracias avançadas estarem com dificuldades em manter a performance econômica e política, a nova confiança e vitalidade de alguns países autoritários e a mudança geopolítica entre a democracia e seus rivais.

Diamond (2015, p. 142-144) afirma que o número de democracias liberais diminuiu após 2006 e estabilizou-se recentemente, de maneira que são possíveis duas análises acerca deste fenômeno: a primeira considerando o período como equilíbrio, pois muito embora a democracia não tenha tido ganhos, tampouco houve profunda queda. A segunda, na qual o autor se filia, considera a última década como o período de seu incipiente declínio, com o crescimento das taxas de quebra democrática, o declínio na

qualidade e estabilidade da democracia em países emergentes, a intensificação do autoritarismo e a performance ruim das democracias estabelecidas. O referido autor (2000, p. 152) ainda considera que o progresso democrático é reversível, não sendo jamais garantida a sua qualidade e estabilidade.

Outrossim Steven Levitsky e Lucan Way (2015, p. 48-50) defendem que a democracia se manteve estável na última década, considerando que a percepção de sua recessão decorreria de uma análise equivocada da era posterior ao fim da guerra fria e a expectativa de democratização após o colapso dos regimes comunistas. Isto porque a quebra dos regimes autoritários não trouxe a efetiva democratização, bem como a abertura dos governos autoritários era assumida como o início da transição que levaria à democracia, ignorando o fato de que os autocratas empreenderam reformas visando combater as crises e exercendo um controlo contínuo sobre o exército, a polícia e as principais fontes de receitas para consolidação do poder. Assim, os observadores caracterizaram erroneamente muitos regimes na década de noventa, que muito embora tenha sido descrita como um período de democratização, seria melhor descrita como o período de crise dos regimes autoritários que, por falta de recursos, aliados externos ou instituições coercitivas, acabaram por se desmantelar, com existência de um pluralismo por negligência, no qual a competição e a rotatividade ocorreram porque os governos careceriam de meios efetivos de controlo em face da oposição.

Ainda Levitsky e Way (2015, pp. 53-57) rebatem o pessimismo contemporâneo sobre o destino da democracia, afirmando que este entendimento estaria enraizado em um voluntarismo excessivo, isto é, de que a democratização deveria acontecer em todo local, porquanto não há base empírica para tais expectativas, na medida que devem ser considerados fatores estruturais, tais como nível de desenvolvimento, desigualdade, força da sociedade civil e ligações com o ocidente, que continuariam a sustentar a democracia. Portanto, a reversão das expectativas não deveria ser confundida com uma recessão democrática.

Levitsky e Ziblatt (2018, p.15) afirmam que nos dias atuais a recessão democrática é iniciada através de eleições, eis que as vitórias dos autocratas impactam a essência de seu funcionamento, pois se mantém uma aparente legalidade, ainda que nos esforços para subversão da democracia, aprovando-se atos legislativos ou reformas judiciais com o propósito de aperfeiçoar as instituições, eliminar a corrupção e melhorar o processo

eleitoral. Desta forma, os autores apresentam quatro características de um governo autoritário, na medida que são i. rejeitadas as regras democráticas por palavras ou ações, questionando-se a lisura do processo eleitoral; ii. negado a legitimidade dos oponentes, afirmando que rivais seriam subversivos ou não patriotas; iii. encorajam a violência e; iv. são predispostos a restrição da liberdade dos *media* e da oposição. Contudo, os autores defendem que a reserva institucional e a tolerância mútua seriam ferramentas necessárias para salvaguardar a democracia.

Norris (2017c, pp. 13-15) afirma que a ameaça mais séria às democracias ocidentais provém da confluência de duas forças que objetivam desestabilizar os regimes democráticos, quais sejam: o terrorismo e o autoritarismo populista. Acerca deste último, elenca três características do populismo: a autoridade política fundamentada na soberania popular, o constante questionamento à legitimidade do “*establishment*” e liderança por pessoas fora deste, que alegam agir em nome do povo e servir a população comum, ressaltando que nem todo populismo é autoritário. Contudo, quando o estilo populista é agregado a valores autoritários, há um sério risco aos princípios da democracia liberal, eis que os valores autoritários enfatizam a importância de proteção do estilo de vida tradicional contra as ameaças, mesmo a custo das minorias e liberdades civis. Esses valores defendem uma estreita conformidade às normas convencionais, seja na esfera da família, religião, matrimônio, orientação sexual, refletindo atitudes racistas e de xenofobia contra estrangeiros, refugiados e imigrantes, aliada a desconfiança do multiculturalismo e das instituições globais.

Luhmann et al. (2019, pp. 10-19) defendem a ocorrência de um novo período de “autocratização”¹, eis que embora os níveis da democracia não estejam em queda livre, observa-se um aumento da polarização, o enfraquecimento do estado de direito e os ataques à liberdade de imprensa e sociedade civil. Quanto ao aspeto da polarização, as elites políticas e seguidores não tem mais considerado seus oponentes como legítimos e merecedores de respeito, por consequência há uma diminuição de aderência pelas regras democráticas na disputa do poder, influenciando diretamente a qualidade democrática e eleitoral. De maneira semelhante, Malamud (2019b, p. 34) afirma que atualmente as

¹ Para Luhmann et. al (2019, p. 10) a autocratização seria o declínio das características do regime democrático, uma alteração substancial e significativa na escala de democracia liberal possível de ser mensurada pelo projeto Variedades da Democracia (V-Dem), incluindo a erosão ou rutura da democracia e piora das condições nos países de autocracias eleitorais.

democracias não são suplantadas por golpes, mas sim pela indignação do eleitorado e ação dos demagogos.

Fukuyama (2015, pp. 739-740) afirma que as sociedades, sejam democráticas ou autoritárias, estão sujeitas à decadência, contudo o principal questionamento se refere a sua capacidade de adaptação e reparação, não considerando existir uma crise das democracias sólidas, eis que muito embora estas sejam mais lentas que os regimes autoritários para solucionarem os desafios, quando o fazem são melhores, ante uma maior aceitação de suas decisões. Não obstante, considera como principal problema que tem afetado as democracias consolidadas o fracasso do Estado em atender as demandas dos cidadãos, tais como segurança pessoal, infraestrutura, serviços públicos com qualidade e crescimento econômico partilhado.

Larry Diamond (2000, p. 154) afirma que para o surgimento de uma quarta vaga de democratização será necessário incluir a Ásia autoritária, com alterações democráticas principalmente na China. Igualmente, para o referido autor (2000, p. 155): “*Conquanto mantendo os seus protestos a curto prazo, os democratas de todo o mundo devem apoiar, a longo prazo, um processo de mudança social e política na China.*”. Em contrapartida, Huntington (2000, p. 26) realça que para a China e algumas sociedades asiáticas, a democracia liberal não possui qualquer utilidade, dado o legado do papel tutelar e disciplinador do Estado, no qual a discordância e competição são suplantadas pela harmonia e cooperação, assim como a manutenção da ordem e hierarquia são considerados valores fundamentais.

De todo modo, Plattner (2015, p. 10) afirma que se a ordem liberal continuar a ser pressionada pelo crescente autoritarismo, o futuro da democracia poderá ser afetado, de maneira que em um mundo dividido em esferas de influência, a habilidade de seguir o caminho democrático será determinada pelas alianças internacionais e sua posição geográfica. Contudo, o autoritarismo possui muitas fraquezas e a democracia virtudes, como a capacidade de autocorreção, tendo já superado diversas crises, como a década de 1970.

1.2. Eleições e Democracia

As eleições caracterizam-se como uma instituição da democracia moderna², mediante vínculos que institucionalizam os laços entre os cidadãos e detentores do poder político (Roberts, 2005, p. 357; Bishop & Hoeffler, 2016, p. 609).

A atividade eleitoral é uma das formas de participação política dos cidadãos, a fim de influenciar o processo de decisões públicas, transmitindo-se as preferências políticas aos representantes eleitos, constituindo-se o fundamento da democracia representativa (Alcantara-Sáez & Díez, 2008, p. 6; Przeworski, 2018, p. 10; Huntington, 2000, p. 22; Lisi, 2019, p. 13). Isto decorre, dentre outros fatores, do conseqüência lógico da impraticável democracia direta em grandes Estados, sendo as eleições o procedimento legítimo para o exercício do poder político (Edgell et al., 2015, p.3).

Os processos históricos de democratização conduziram para que as eleições fossem não apenas universais e iguais, mas também secretas (Przeworski, 2018, p. 7). Da mesma forma, a extensão do direito de voto contribuiu para uma padronização das práticas eleitorais, na medida que as eleições se tornaram instrumento essencial de legitimação. Outrossim, para Manin, Przeworski e Sokes (1999, p. 50) os governos tomam milhares de decisões que afetam o bem-estar dos cidadãos. Estes, por sua vez, possuem o voto como único instrumento de controlo dessas decisões.

² Dahl (1979, p. 3; 2000, pp. 106-115) afirma que a democracia representativa moderna com sufrágio universal se caracteriza como uma “poliarquia” (governo de muitos), sendo um sistema político com dirigentes eleitos, eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes alternativas de informação, autonomia de associação e cidadania inclusiva. A democracia, portanto, daria a oportunidade de participação efetiva, igualdade de voto, informação esclarecida, exercício final sobre a agenda e inclusão, bem como produz consequências desejáveis como evitaria a tirania, garantindo direitos essenciais, liberdade, autodeterminação, autonomia moral, igualdade política, almejando-se a paz e prosperidade (2000, p. 56). Igualmente, o autor (1979, pp. 60-61) defende que o regime político caracterizado pela poliarquia não é possível existir num sistema no qual as forças militares ou policiais intervêm frequentemente na política, em países com economia altamente centralizada ou sem uma ordem social pluralista.

Para Sartori (2018, p. 89) a democracia moderna baseia-se no sistema representativo, através da delegação do poder e modalidade de seleção de seus dirigentes, com um sistema de controlo e limitação. Igualmente, diferencia a definição estrutural-procedimental da democracia de sua vertente comportamentalista: a primeira centra-se na regra da maioria e direito das minorias, assim como nas estruturas e órgãos constitucionais; por sua vez a segunda é caracterizada pela atividade dos líderes, mais do que pelo critério de seleção. Considera também como condições facilitadoras da democracia (2018, p. 99) o desenvolvimento económico, a existência de estruturas intermédias, com instituições que se autogovernam e, por fim, a capacidade de sua liderança.

Powell (2000, pp. 10-12) considera duas funções essenciais das eleições: a avaliação do governo e a escolha do futuro mandatário. No primeiro caso, os cidadãos consideram o desempenho do detentor do cargo ou partido para decidirem sobre seu apoio, ressaltando-se a necessária “claridade da responsabilidade”, ou seja, a possibilidade de identificarem o responsável pela realização da política pública. Por sua vez, na segunda função, tem-se como objetivo a escolha prospectiva de mandatos eleitorais, não somente do atual governo, mas também dos partidos de oposição e de políticas alternativas.

Ademais, segundo Roberts (2005, p. 358), as eleições conectam cidadãos e decisores políticos de três formas: permitindo que sejam selecionados os governantes e as orientações políticas, fornecem aos governantes incentivos para responderem às preferências públicas e, por fim, permitem que os cidadãos julguem os respetivos governantes.

Manin, Przeworski e Sokes (1999, p. 30), abordando a concepção de mandato de representação, afirmam que o mesmo ocorre quando os partidos informam verdadeiramente os eleitores de suas intenções e sua implementação é a melhor em determinada circunstância.

Przeworski (2018, p. 7) afirma que as eleições competitivas, consideradas quando os incumbentes perdem quando a maioria da população assim deseja, são não mais que um ponto na história, eis que o uso da força, como golpes e guerras civis são frequentes e continuam em países de baixa renda. Igualmente, a ideia de selecionar governos por eleições é recente, citando como exemplo histórico os Estados Unidos: somente em 1788 ocorreu a primeira eleição de âmbito nacional, baseada no sufrágio individual, no qual seriam escolhidos representantes para um tempo limitado e somente em 1801 foi a primeira vez que a titularidade do governo mudou como resultado de uma eleição. Entretanto, até recentemente, as derrotas eleitorais dos incumbentes e mudanças pacíficas de poder eram pouco frequentes, bem como há países onde não ocorreu uma troca de partidos como resultado de uma eleição, citando-se como exemplo a República Popular da China.

Ainda para Przeworski (2018, pp. 126-127), retomando Bobbio e a resolução de conflitos de maneira pacífica, considera que as eleições são um método pelo qual forças políticas disputam numa sociedade em face dos de interesse e valores, não sendo um

mecanismo que fornece simplesmente a boa governança, a racionalidade, a justiça, o desenvolvimento ou igualdade, porém apenas um terreno no qual preferências heterogêneas processariam seus conflitos conforme algumas regras. Assim, o resultado de uma eleição dependeria do comportamento dos seus atores e da possibilidade dos perdedores serem eleitos no futuro, numa disputa competitiva, livre e justa.

Com a representação política baseada nas eleições, Przeworski (2018, p. 8) argumenta que os fundadores do governo representativo temiam que o exercício de direitos iguais ameaçaria a propriedade, pois se todos tivessem os mesmos direitos em influenciar as decisões políticas e se a maioria da população fosse pobre, essa mesma maioria poderia votar para confiscar a propriedade. Desta feita, o referido autor conclui que os sistemas representativos de governo emergiram com o receio da participação de massa, ao mesmo tempo que se construía um sistema de governo representativo aos ricos, “protegendo-os” dos pobres.

Ressalta-se que o ato de votar não significa eleger (Przeworski, 2018, p. 7), ou seja, um evento chamado eleição não significaria que as pessoas teriam a oportunidade de selecionar seus governantes, tais como em eleições de partido único e não competitivas, onde alguma oposição seria permitida, porém os incumbentes garantem que não sejam removidos.

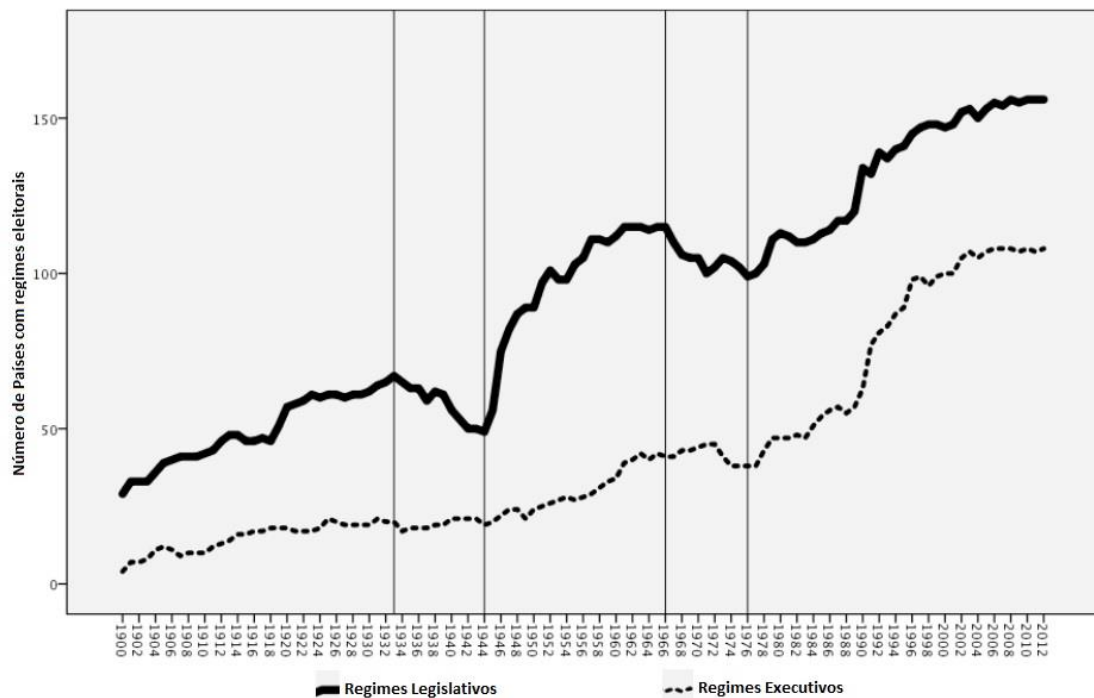
Destarte, as eleições não apenas são uma ameaça ao privilégio social e econômico das elites estabelecidas, mas também uma ameaça pessoal ao detentor do poder político (Przeworski, 2018, p. 9; Birch, 2011, p. 2), que pode se utilizar de todo instrumento possível para evitar uma derrota eleitoral.

Portanto, as eleições nas quais os incumbentes se expõem com a possibilidade de derrota ocorrem se acreditarem que seus oponentes iriam retribuir da mesma forma se fossem governo, ou seja, permitindo a realização de disputa na próxima eleição, sem ameaçar interesses ou valores vitais para quem esteja na oposição (Przeworski, 2018, p. 10).

Norris (2017a, p. 221; 2017b, p. 7) demonstra o crescimento do número de países que se utilizam de eleições para o executivo e legislativo (Figura 1), incluindo a primeira leva de democratização após a primeira guerra mundial, seguida por uma gradual queda no período entre guerras e da grande depressão. Posteriormente, observa-se a segunda

vaga após a segunda guerra mundial, ante a descolonização das colônias africanas e asiáticas, com um processo de retrocesso durante a década de sessenta, devido a tomada do poder por forças militares, com posterior expansão após a década de oitenta, com a terceira vaga democrática referenciada por Huntington (1991, p. 13).

Figura 1. Número de países realizando eleições para executivo e legislativo



Fonte: Norris, 2017b, p. 5, adaptado.

Não obstante, conforme Birch (2011, p. 3) a baixa qualidade eleitoral tem ao menos cinco consequências para a democracia, tais como: redução da qualidade de representação, o impacto na avaliação subjetiva na legitimidade do regime, a ocorrência de outras formas de corrupção, custos diretos e indiretos ao estado e a sociedade e, por fim, a desestabilização do Estado através da violência ou guerra civil.

Com relação à redução da qualidade eleitoral (Birch, 2011, p. 4), a manipulação pode ter consequências quanto à integridade de quem é eleito, não representando o interesse genuíno dos cidadãos, bem como impactar a própria seleção dos candidatos, na

medida que aqueles que seriam honestos estariam menos inclinados à carreira política sabendo que seria quase impossível ter sucesso sem engajar nas atividades de corrupção. Tem-se, assim, um ciclo vicioso, pois apenas aqueles que estariam dispostos às irregularidades, desejariam disputar as eleições.

No que tange à avaliação subjetiva (Birch, 2011, p. 4), a manipulação reduz a legitimidade do regime tanto a nível doméstico quanto internacional, podendo ocasionar a falta de confiança no aparato estatal e dificuldade de manter a ordem interna, obter crédito ou assistência de instituições internacionais, bem como afetar o nível de participação eleitoral e incentivo para o cidadão se engajar nas atividades eleitorais.

Quanto à ocorrência de corrupção (Birch, 2011, pp. 5-6), esta ocasiona outras formas de abuso de poder, tais como o aparelhamento do quadro, podendo afetar a estrutura burocrática do governo. Por sua vez, os custos econômicos podem ocorrer no mau uso dos recursos estatais durante o período de campanha, ou mesmo na alocação ineficiente em vista a favorecer setores empresariais que contribuíram para vitória. Por fim, a repulsa social em face da manipulação e frustração institucional pode resultar em revoltas ou violência, com a consequente desestabilização do Estado e da própria qualidade democrática.

1.3. As eleições nos regimes autoritários contemporâneos

Segundo Norris (2017a, p. 222), a literatura discute acerca do funcionamento das instituições eleitorais em estados autocráticos, as consequências das eleições multipartidárias para democratização, assim como a zona cinzenta entre regimes democráticos e autoritários.

Diamond (2002, p. 25) considera que, após a terceira vaga democrática, tem crescido o número de regimes que não são claramente liberais ou autoritários, dividindo os regimes não democráticos em: i. aqueles com eleições multipartidárias com algum tipo de competição eleitoral, denominados “híbridos”, “pseudodemocracias” ou “autoritarismo eleitoral”; ii. regimes “fechados politicamente” e, iii. ambíguos. Os regimes autoritários eleitorais, por sua vez, subdividem-se ainda em “autoritarismo competitivo” ou hegemônicos.

Levitsky e Way (2002, p. 51) afirmam que a era pós guerra fria é marcada pela proliferação de regimes políticos híbridos, tais como o “autoritarismo competitivo”, no qual as instituições democráticas formais são reconhecidas como meio para obtenção e exercício do poder político, porém os incumbentes violam as regras estabelecidas com frequência, afetando o nível da disputa entre governo e oposição. Os referidos autores (2002, pp. 52-53) ainda ressaltam que, muito embora o autoritarismo competitivo seja capaz de manipular as regras, são incapazes de eliminá-las, diferenciando-se assim de outros regimes instáveis, ineficazes ou defeituosos que não cumprem os mínimos padrões democráticos. Não obstante, ainda consideram (2002, p. 54) presentes nos regimes autoritários competitivos diversas arenas de contestação, tais como: eleitoral, legislatura, judiciário e os media, nas quais a oposição ainda pode desafiar os titulares.

Schedler (2006, p. 3) considera que os regimes autoritários eleitorais realizam eleições multipartidárias e regulares para o executivo e assembleia nacional, porém violam os princípios democráticos de liberdade e justiça de maneira sistemática, tornando as eleições instrumentos de regra autoritária ao invés de instrumentos de democracia. Desta forma, as eleições autoritárias seriam inclusivas, possuindo sufrágio universal, minimamente plurais e competitivas, permitindo-se partidos de oposição. Contudo, são sujeitas à ampla manipulação, disfarçada através de regras eleitorais discriminatórias, exclusão de determinados partidos de oposição, com restrição das liberdades civis, direitos políticos, do acesso aos media, ao financiamento de campanhas, coagindo a oposição ou corrompendo-a, bem como através da redistribuição de votos ou assentos mediante fraudes eleitorais.

Por conseguinte, o que distinguiria os regimes “eleitorais autoritários” das “democracias eleitorais” não seriam as propriedades formais das eleições, eis que ambos realizam eleições multipartidárias, mas suas qualidades autoritárias, eis que regimes autoritários sujeitam todo o processo a um controle sistemático, retirando assim a substância democrática, de maneira que o resultado não possa ser tido como expressão da vontade popular, mas sim do produto de manipulação (Schedler, 2006, p. 5).

Outrossim, a literatura considera que as eleições nos regimes autoritários contemporâneos possuem funções como: beneficiar o regime mediante legitimação (Gandhi & Lust-Okar, 2009, p. 417); garantir a estabilidade, permitindo-se a eleição de uma legislatura com alguma oposição (Gandhi & Przeworski, 2007, p. 1293); fornecer

uma arena de competição aos recursos estatais, assim como a distribuição de patronagem (Lust-Okar, 2006, p. 459); alterar o comportamento dos candidatos, na medida que estes não precisam trabalharem com os partidos políticos, que por sua vez tendem a permanecer fracos ou personalísticos (Lust-Okar, 2006, p. 462); permitir que os partidos políticos autocráticos estabeleçam acordos intertemporais de compartilhamento de poder, garantindo a longevidade do regime (Magaloni, 2008, p. 738) e até mesmo recorrer-se a engenharia eleitoral para angariar informações e garantir a vitória (Malesky e Schuler, 2011, p. 524).

1.4. A integridade eleitoral nas democracias consolidadas

Um tema que tem ressurgido na literatura (Norris, 2017a, pp. 222-223) acerca da integridade eleitoral situa-se na regulação e administração dos procedimentos eleitorais nas democracias consolidadas, aumentando-se a preocupação com o desempenho das eleições, empreendendo-se reformas legais e regulamentares em vários aspetos do processo como financiamento de campanhas, limites de mandatos, iniciativas de democracia direta, recenseamento eleitoral, entre outros.

Tiago Fernandes (2017, p. 26) toma como abordagem o impacto do aumento das desigualdades nas democracias consolidadas, considerando que estas não se caracterizam apenas como conjunto de regras e instituições, mas também por processo de disputas sobre distribuição de recursos materiais e propriedade, almejando-se um acesso mais igualitários aos mesmos. Desta forma, as regras de competição eleitoral seriam negativamente afetadas, quanto maiores as desigualdades estruturais. Como exemplos citados pelo referido autor, a elevada concentração fundiária seria proporcional a fraude eleitoral e clientelismo político, bem como alta desigualdade econômica seria associada ao baixo nível de civismo e controlo público do sistema económico.

Não obstante, Lisi (2019, pp. 13-14) discorre que há um recente questionamento acerca do significado das eleições nas democracias representativas, ante constrangimentos externos decorrentes da globalização que acabam por limitar a tomada de decisão, a “indiferenciação entre governo e oposição” tanto na implementação de políticas públicas quanto alocação de recursos, “atribuição de competências” à órgãos não

políticos e o surgimento de novos partidos de clivagem nacionalista e discurso populista, como consequência da crise financeira de 2008.

Diamond (2000, p. 153) defende que a continuidade das democracias consolidadas deve cumprir um rol de reformas prioritárias, tais como: alargamento do acesso ao poder às mulheres e minorias; partidos encontrarem novas formas de participação dos cidadãos; reforma dos sistemas de financiamento das campanhas para equilibrar o pleito, impedindo a compra de influências políticas, permitindo que os cidadãos sintam que detêm efetivo poder de influenciar o processo e por fim, assegurar o dinamismo económico, ao mesmo tempo que seja garantido investimento no capital humano para encurtar o crescente fosso da desigualdade económica. Igualmente, o referido autor salienta o contributo à legitimidade internacional da democracia, fortalecido através de agências governamentais e entidades da sociedade civil. Todavia, ressalta que (Diamond, 2000, p. 157): *“As grandes potências não só arrastam atrás de si estes legados, como também os interesses estratégicos que são chamadas a defender - e que nem sempre coincidem com a democracia”*.

CAPÍTULO II

2. A Integridade Eleitoral

A literatura questiona-se acerca do que seria uma boa eleição, contudo não desenvolveu um consenso sobre os detalhes do que consistiria uma prática correta na administração eleitoral ou mesmo suas violações (Birch, 2011, p. 11; Freidenberg, 2017, p. 1096).

Do mesmo modo, não há um consenso sobre uma definição universal de integridade eleitoral, tampouco um conceito abrangente e independente, como um padrão de qualidade ou sinônimo de uma boa eleição (Pottie, n. d.; van Ham, 2015, p. 725).

A eleição é resultado de um processo complexo que exige a participação de diversos atores, com vencedores e perdedores, no qual os interesses são altos e com grande tentação de garantir a vitória por meio ilegais ou eticamente questionáveis, lançando dúvida sobre a legitimidade de todo o processo (Pottie, n. d.).

Uma sistematização das abordagens para conceituar a integridade eleitoral (Anexo 1) foi realizada por Caroline van Ham (2015, p. 716), diferenciando-se em três aspectos: o primeiro, se a integridade eleitoral é definida positiva ou negativamente, em segundo lugar, se é definida usando critérios particulares ou universais e, por fim, se é definida com base em processo ou conceito.

Por sua vez, Freidenberg (2017), discorre acerca da qualidade eleitoral, sistematizando seu estudo em quatro gerações, enquanto Birch (2011, p. 11) desenvolve o conceito da irregularidade eleitoral (*electoral malpractice*) como tema central para os sistemas eleitorais, identificando quatro abordagens para sua conceptualização, tais como: legal, percetiva, “melhor prática” e normativa.

Outrossim, Norris (2013a, p. 577; 2013b, p. 564; 2014) define o conceito de integridade eleitoral enfatizando quatro características distintas: i. a existência de normas globais fulcradas em acordos multilaterais, convenções, tratados e leis internacionais; ii. distinção entre irregularidades de primeira e segunda ordem, conforme a sua gravidade e consequências; iii. compartilhamento de padrões aplicados universalmente a todos os

países e tipos de regimes e; iv. a noção do ciclo eleitoral, onde as irregularidades podem ocorrer em qualquer estágio do processo eleitoral.

Cumpre, portanto, explorar cada uma das respectivas abordagens delineadas.

2.1. A Integridade Eleitoral “positiva” ou “negativa”

A primeira distinção conceitual realizada por van Ham (2015, p. 716) difere a definição de integridade eleitoral entre positiva e negativa. A primeira especifica a presença de critérios e cumprimento de normas para eleições democráticas, utilizando termos como eleições livres, justas, limpas e democráticas. Por sua vez, a definição negativa identifica a ausência de critérios ou violações de normas, referindo-se às eleições como fraudulentas, negligentes, com manipulação ou corrupção eleitoral, enfatizando também a intencionalidade dos atores e suas consequências no resultado eleitoral.

Alvim (2015, p. 214) adota a definição positiva, na qual a integridade eleitoral seguiria cinco critérios principais, tais como a liberdade do sufrágio, observância da legalidade do pleito, o reconhecimento do resultado, a imparcialidade dos órgãos de administração eleitoral e igualdade dos candidatos durante a disputa eleitoral. Conforme seus argumentos, a liberdade do sufrágio compreenderia a inexistência de interferência na escolha do eleitor, não ocorrendo apenas durante o processo de votação, mas também quanto ao registo de candidatos existentes para fornecer alternativas à escolha. A preservação da legalidade, por seu turno, compreenderia também a legitimidade, objetivando-se a conformidade com o ordenamento jurídico e correta aplicação da legislação. Por sua vez, a observância à autenticidade no resultado teria como propósito garantir o respeito a apuração do pleito, conferindo legitimidade à soberania popular. Além da imparcialidade dos órgãos de gestão das eleições, a isonomia da disputa também deve ser garantida, concedendo um grau de competição para igualdade de oportunidade entre os candidatos.

Não obstante, a definição negativa (van Ham, 2015, p. 718) retoma a manipulação do processo e resultado eleitoral, bem como o conceito de fraude eleitoral de Lehoucq (2007, p. 27), que compreende desde violações ao procedimento e legislação eleitoral,

com ou sem a intenção de alterar os resultados, até o uso aberto da violência contra os votantes, comprometendo a estabilidade política e a integridade do pleito.

2.2. A Integridade Eleitoral como critério “universal” ou “particular”

O segundo aspecto diferenciado (van Ham, 2015, p. 719) se relaciona ao critério universal ou particular para avaliar a integridade eleitoral. Enquanto o primeiro define integridade eleitoral com referência a padrões democráticos universais, fundamentados na teoria da democracia ou direito internacional, o segundo define a integridade eleitoral com referência a aceitação dos cidadãos e partidos envolvidos no processo.

O argumento utilizado em favor da visão particular considera que eleições diferem em contextos, e mesmo que alguma não encontre o padrão internacional ideal, cabe em última análise aos interessados julgar se a mesma seria aceitável ou não (van Ham, 2015, p. 719).

2.3. A Integridade Eleitoral como “processo” ou “conceito”

A terceira conceitualização da integridade eleitoral (van Ham, 2015, p. 719) adota uma abordagem baseada em processo ou conceito, ou uma combinação de ambos. Enquanto a abordagem conceitual define integridade baseada nos padrões democráticos ideais, a processual considera o pleito eleitoral antes, durante e após o dia de votação.

Deste modo, van Ham (2015, p. 720) considera que a concepção positiva, universal e conceito-processual pode gerar dados mais válidos quando medidos em face da frequência das irregularidades e não da intenção dos atores, explicitando critérios de avaliação em toda etapa do pleito eleitoral. Contudo, ressalta-se (van Ham, 2015, p.720) o risco de inúmeros indicadores para se julgar a eleição, com dificuldades práticas em termos de coleta de dados, bem como amplitude das questões elaboradas para avaliar as irregularidades.

2.4. As “quatro gerações” da qualidade eleitoral

Para Freidenberg (2017, pp. 1098-1102), a análise da qualidade eleitoral percorre quatro “gerações”: a primeira considera boas eleições as que cumprem duas condições, como “livres e justas”. Eleições livres caracterizam-se pela ausência de restrições normativas para competir, com liberdade de candidaturas e liberdade dos eleitores por ausência de coerção ao ato de votar. Por sua vez, eleições justas remetem-se a autoridade neutra, competente e eficaz contra a fraude, com a autoridade policial ou exército tratando os candidatos de maneira imparcial, com pleno acesso dos competidores aos recursos de maneira equitativa, com distritos e regulamentos que não deixem a oposição em situação de desvantagem, com procedimento imparcial para resolver disputas e, por fim, respeitando-se os resultados.

A segunda geração (Freidenberg, 2017, p. 1099-1100) compreende a avaliação das eleições a partir de indicadores centrados nos fatos e não somente nos princípios normativos. Dessa forma, não se discute apenas se eleições são livres ou justas, mas também incorporando outras dimensões como a transparência, a administração das eleições e o exercício dos direitos de cidadania. Valora-se, assim, em que medida as eleições cumpririam os critérios de aceitabilidade, com requisitos técnicos, com fulcro nas normas internacionais, mas também a partir de juízo dos atores partidários, dos media e opiniões dos observadores nacionais e internacionais.

Em virtude das deficiências no enfoque das eleições “livres e justas”, bem como da “qualidade das eleições” não poder determinar a qualidade do processo em toda sua extensão, ou seja, além do dia da eleição, tem-se buscado superar por outras perspectivas que se centram na integridade das eleições (Freidenberg, 2017, pp. 1100-1101). Portanto, uma terceira geração tem sustentado que a eleição deve ser entendida como um ciclo, não apenas o momento do dia das eleições. Assim, retomando Norris, o conceito de “integridade eleitoral” incluiria três elementos: eleições seriam legítimas se incorporam os valores internacionais, fundamentados nos tratados e convenções, respeitando normas compartilhadas que se aplicam universalmente a todos os países; a verificação da existência de irregularidades, que variam conforme sua gravidade e consequência e, por fim, a noção do ciclo eleitoral, não limitando os atos fraudulentos apenas no dia da votação.

Por fim, uma quarta geração identificaria não apenas a integridade do processo eleitoral, mas também falhas que fazem com que qualquer processo eleitoral não seja livre e transparente. Este enfoque (Freidenberg, 2017, pp. 1101-1102), não buscaria estabelecer parâmetros dicotômicos, mas sim tipificar as práticas viciosas, a manipulação do processo conduzido pelo interesse privado em detrimento do interesse público. Neste sentido, para a referida autora, o conhecimento das falhas permitiria aprofundar o conteúdo, favorecendo uma visão mais realista dos problemas que condicionam a realização de uma boa eleição.

Por conseguinte, Freidenberg (2017, pp. 1105-1106) considera uma boa eleição quando a mesma satisfaz ao menos três condições necessárias como procedimento, conteúdo e resultado, respeitando os padrões internacionais de integridade eleitoral, garantindo o exercício de direitos políticos como liberdade, justiça, ausência de fraudes, bem como satisfaz as expectativas de cidadania em respeito ao modo como se organizam as eleições e seus objetivos.

2.5. Definindo a integridade eleitoral

Norris (2013b, p. 564) define a integridade eleitoral como a referência às convenções internacionais e normas globais, aplicadas universalmente através do ciclo eleitoral, incluindo o período pré-eleitoral, a campanha, o dia de votação e pós-eleitoral, enquanto as irregularidades eleitorais seriam violações de primeira e segunda ordem às referidas normas globais.

A conceitualização de integridade de Norris (2017a) sublinha quatro características distintas: a primeira é a referência a normas globais, avaliando as eleições como legítimas se respeitam as convenções e padrões internacionais, refletindo um consenso através dos Estados e não sendo aceitável que o argumento da soberania justifique a infração da integridade eleitoral.

Contudo, em que pese a referência indireta a valores democráticos americanos ou ocidentais, a sua legitimidade provém do endosso internacional mediante acordos aprovados na Assembleia Geral das Nações Unidas e aceitos como um padrão para julgar a qualidade do processo eleitoral (Norris, 2017a, p.220).

Desta feita, a referida autora (2017a, p. 221) retoma o artigo 21 (3) da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948 que constituiria a base legal e o princípio central de suporte da legitimação internacional, senão vejamos:

“A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.”

Igualmente o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Nações Unidas, 1966) delineou atributos a serem observados nas eleições, principalmente o seu artigo 25, nos seguintes termos:

“Todos os cidadãos gozarão, sem qualquer das distinções mencionadas no artigo 2.º, e sem restrições indevidas, dos seguintes direitos e oportunidades: a) Participar na direcção dos assuntos públicos, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente eleitos; b) Votar e ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal, por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores;”.

Para Norris (2013b, p. 565), desde que entrou em vigor, o pacto tem sido um vetor de indução para observância das normas e padrões globais na esfera eleitoral sobre os Estados que incorporaram o tratado e fortalecido pela comunidade internacional, através de diversos outros instrumentos de direitos humanos e convenções regionais.

O artigo 21(3) da Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe que o exercício do poder deverá ser legitimado através do povo, explicitando como essa vontade deve ser expressa. O primeiro elemento é a necessária realização das eleições, a fim de garantir a vontade popular, sendo os demais explicitados através de eleições periódicas, genuínas, com sufrágio universal e igualitário e voto secreto (Comissão Europeia, 2016, p.19).

Discorrendo-se acerca de cada um dos referidos elementos (Comissão Europeia, 2016, p. 19), argumenta-se que as eleições periódicas sejam garantidas através de

legislação prescrevendo um certo período de tempo para que as mesmas ocorram, assegurando que a autoridade do governo se baseie na vontade popular. Com relação às eleições genuínas, estas podem ser entendidas em dois níveis: um mais amplo, compreendendo liberdades e direitos, como livre expressão, de reunião e associação; em sentido estrito, como o direito do eleitor obter uma real escolha entre diferentes opções políticas e candidatos.

O sufrágio universal define o eleitorado, devendo ser o mais inclusivo possível, concedendo a todo cidadão o direito de participar nas eleições. O sufrágio igualitário, por sua vez, relaciona-se com a igualdade entre o eleitorado no ato de votar, traduzido na máxima “uma pessoa, um voto”. O voto secreto, por sua vez, deve ser livre, obtido de maneira secreta e que ninguém possa conhecer como o eleitor exprime seu voto, garantindo-se que tal ato seja realizado conforme suas convicções pessoais e particulares (Comissão Europeia, 2016, p. 19).

Com relação ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o artigo 25 relaciona-se à participação, introduzindo também aspetos de direitos humanos no processo eleitoral. Contudo, faz referência expressa a “todo cidadão”, retomando o conceito de soberania para que o Estado reconheça o grupo de pessoas que sejam cidadãos e aptos a votarem. De igual maneira, a oportunidade de participação refere-se a garantia de que seja concedida não somente juridicamente (*de jure*), mas também de maneira concreta (*de facto*), requerendo medidas para seu atendimento, tais como o registo dos eleitores e candidatos e a facilidade de localização das mesas recetoras de voto (Comissão Europeia, 2016, p. 21).

Outrossim, retomando a segunda característica existente na definição de Norris (2013b, p. 566), faz-se a distinção entre irregularidades de primeira e segunda ordem, com base na sua importância e consequências. A primeira ordem de problemas envolveria violência aos direitos humanos fundamentais e que desafiariam a estabilidade, podendo desencadear repressão estatal e período de turbulência social visando a substituição do regime. Por sua vez, questões de segunda ordem envolveriam irregularidades mais mundanas como má administração, ausência de capacidade técnica e erro humano que impactam a integridade do processo eleitoral.

A terceira característica do conceito de integridade eleitoral (Norris, 2013b, p. 566) compreenderia os padrões compartilhados universalmente aplicáveis, na medida que

as violações teriam a capacidade de prejudicar a qualidade das eleições. Outrossim, Norris (2013b, p. 565) ressalta que muito embora as normas globais sejam um mecanismo de pressão internacional, são consideradas como princípios abstratos, estabelecendo somente padrões mínimos de integridade eleitoral. Cita como exemplo a questão de financiamento de campanhas, permanecendo a dificuldade em estabelecer um padrão internacionalmente aceito para avaliar questões financeiras, tais como limites à contribuição e gastos eleitorais, ainda que se tente regulamentar o tema visando combater problemas como corrupção e compra de voto.

Insta ressaltar que, muito embora se tratem de normas reconhecidas pela comunidade internacional, é discutível o seu caráter de aplicação e observância global, haja vista, a título exemplificativo, a não participação da “República Popular da China” na elaboração do “Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966)”, eis que fora admitida nas Nações Unidas somente em 1971, através da Resolução n. 2758/UN. Muito embora o referido país tenha assinado a convenção em 1998, até o presente momento não fora ratificado. Outrossim, o Parlamento Europeu, através da Resolução 2019/2690, de 18 de abril de 2019, ainda insta que a China o ratifique.

Por fim, a quarta e última característica da definição de integridade eleitoral delineada por Norris (2013b, p. 565), compreende as múltiplas dimensões do “ciclo eleitoral” (Figura 2), nas quais as violações da integridade eleitoral podem envolver qualquer estágio ao longo do período eleitoral, integrado por diversas etapas, situando o dia das eleições em um contexto abrangente que consiste em leis e procedimentos eleitorais, divisão e demarcação dos círculos, registo dos eleitores, candidatos e partidos, financiamento de campanhas, meios de comunicação, processo de votação, apuração, publicação dos resultados e órgãos de administração eleitoral.

Figura 2. O ciclo eleitoral



Fonte: Norris, 2013b e 2017a, p. 225, adaptado.

Ademais, as irregularidades eleitorais podem ocorrer numa série sequencial de estágios, afetando a legitimidade de todo processo. Portanto, as eleições não poderiam ser avaliadas apenas em um dia, mas vistas num processo, num ciclo de fases e etapas centradas na dinâmica da profissionalização e transparência da gestão eleitoral, tomando-se em conta duas dimensões: a primeira com base na visão integral do processo, da relação entre valores e práticas; a segunda, com fundamento na vigência do estado de Direito, da gestão eleitoral, da regulação ao financiamento e aos meios de comunicação (Freidenberg, 2017, p. 1101).

2.6. Avaliando a integridade eleitoral

Norris (2017a, p. 224) considera que a análise da integridade eleitoral pode ocorrer de maneira precisa e confiável, com abordagem fundamentalmente dividida em dois tipos: dados de pesquisa em massa e aqueles que se baseiam em julgamento de

especialistas. Quanto aos estudos a nível de massa, medidas de integridade eleitoral seriam raras, particularmente em estudos de forma repetida e longitudinal. Por sua vez, os estudos de especialistas seriam uma abordagem mais comum para medir a integridade eleitoral, tais como os índices da Freedom House ou Polity, que apesar de considerarem o nível de democratização ou desempenho democrático, não abordam a qualidade eleitoral especificamente.

Segundo Norris, muito embora se argumente acerca da ligação entre o padrão democrático e suas eleições, ambos podem divergir, necessitando que esses padrões de medida tenham mais nuance e individualização.

Outrossim, conforme Pottie (s.d.), além das pesquisas de opinião e avaliação de especialistas, incluem-se também como abordagem para aferir a integridade eleitoral a observação eleitoral, avaliações temáticas e certificação.

Com relação às pesquisas de opinião e avaliação de especialistas, em que pese sejam capazes de retratar uma série de percepções sobre questões relacionadas à qualidade eleitoral, a crítica da literatura refere-se à diversidade metodológica e a definição dos dados que devem ser coletados, quais os fatores considerados, o detalhe capturado por seus índices e o sopesamento quantitativo e qualitativo (Pottie, s.d.).

Por conseguinte, um dos meios utilizados para avaliação da qualidade eleitoral é a observação eleitoral, com o objetivo de reunir informações relacionadas ao processo eleitoral e emitir julgamentos acerca da condução de tais processos, de maneira transparente e com credibilidade de seus resultados (IDEA, 2002, p. 89; Freidenberg, 2017, p. 1097). Pode ocorrer através de organismos internacionais ou entidades nacionais, serem realizadas através de observação direta de longo ou curto prazo, de maneira abrangente ou apenas quanto à determinados temas.

As Nações Unidas e diversas organizações de monitoramento eleitoral aprovaram em outubro de 2005 a “Declaração dos Princípios de Observação Eleitoral Internacional” e o respectivo “Código de Conduta” (Nações Unidas, 2005), dispondo que a observação internacional se caracteriza pela obtenção sistemática das informações do processo eleitoral, com emissão imparcial de conclusões e recomendações com vistas a aprimorar a integridade eleitoral. Por sua vez, o ‘Código de Conduta’ disciplina o padrão de comportamento dos observadores para condução dos trabalhos, principalmente no aspe

Bordewich et al. (s.d.) afirmam que o objetivo da missão de observação eleitoral é prover relatórios imparciais sobre as eleições ao público e à comunidade internacional acerca do atendimento aos padrões internacionais, bem como demonstrar o interesse externo nas eleições do país anfitrião. Este, por sua vez, deve estender o convite, prover o acesso da missão a todo processo eleitoral e sua tecnologia, com liberdade de movimento e de elaboração de relatórios, ausência de qualquer tipo de interferência, acreditação dos membros integrantes e proteção dos interlocutores, não intimidando ou punindo àqueles que compartilham informações com a missão.

Por conseguinte, os observadores são uma das fontes ao conhecimento direto, imparcial e sistemático dos processos eleitorais, gerando confiança e legitimidade através das conclusões e recomendações que, muito embora não sejam vinculantes, podem identificar áreas que necessitam de modificação, contribuindo para o incremento da qualidade das democracias (Freidenberg, 2017, p. 1097).

Outrossim, as missões de observação eleitoral estão sujeitas a variáveis que podem afetar sua capacidade de julgamento imparcial, seja por interesses das entidades que realizam o suporte financeiro, seja por questões concretas, como duração, quais partes do processo eleitoral é analisado, qual treinamento recebido pelos observadores, quantos estão presentes, onde são alocados e quais metodologias utilizadas, influenciando a comparabilidade dos resultados (Pottie, s.d.).

Por sua vez, as avaliações técnicas envolvem a implementação de uma equipe de especialistas para conduzir uma análise profunda de um ou mais elementos do processo eleitoral, como violência, media, participação das mulheres, dentre outros temas. Muito embora consigam analisar um dos aspectos com maior profundidade, a crítica a ser realizada é que permanecem incapazes de comentar acerca da qualidade geral da eleição (Pottie, s.d.).

Por fim, com relação a certificação das eleições, compreendida principalmente na avaliação de gestão eleitoral, caracteriza-se por uma revisão de terceiros na condução de uma eleição. Em algumas ocasiões, as Nações Unidas podem atestar a credibilidade através de um pronunciamento sobre a legitimidade de todo o processo ou se os resultados refletem a real vontade dos eleitores (Pottie, s.d., Elkit & Svensson, 1997, p. 33, Norris, 2017b). Outrossim, segundo Luhrmann (2019, p. 185), ainda que a assistência eleitoral

das Nações Unidas contribua para efetiva realização de eleições livres e justas, é necessária colaboração das elites do regime para garantir a credibilidade eleitoral.

2.7. As irregularidades eleitorais

Birch (2011, p. 11-12) identifica quatro abordagens para a conceptualização das irregularidades no sistema eleitoral, tais como: legal, percetiva, “melhor prática” e normativa.

A primeira seria uma definição legal, caracterizada pela violação à legislação eleitoral, contudo esta traria divergência quanto a considerável variação de seu conteúdo entre os países e o direito interno, ou mesmo em face às obrigações legais internacionais.

A segunda abordagem tem um viés sociológico, de percepção comum da violação das normas de uma determinada cultura, capaz de ser medida por pesquisa de opinião pública, contudo mantém a falta de consenso do que seria uma má condução eleitoral e a dificuldade em comparabilidade entre sociedades.

Por sua vez, a terceira abordagem de irregularidade eleitoral tem como premissa as melhores práticas pela comunidade internacional, com fundamento na Declaração Universal dos Direitos Humanos para aplicação de padrões, principalmente quanto à observação e assistência eleitoral. Contudo, ainda com valor limitado, eis que os instrumentos internacionais ainda não disciplinam diversos aspetos da conduta eleitoral.

Por fim, a última abordagem de irregularidade eleitoral é uma definição da teoria democrática, que incluiria práticas que desviam do ideal normativo do modelo de democracia.

Contudo, Birch (2011, p. 26) ressalta que a irregularidade não é qualquer violação da conduta eleitoral capaz de prejudicar o pleito, tais como deficiências decorrentes de incompetência, ausência de recursos, erro humano, ou até mesmo a forma legítima de manipulação, na medida que a campanha é uma forma de direcionar a escolha, mas sim aquela que visa o ganho pessoal ou partidário, em face do controlo de toda sociedade, distorcendo o próprio processo democrático.

2.8. A “compra de voto” e o abuso do cargo pelos titulares de mandato

Explicitado o conceito de manipulação eleitoral de Birch, cumpre abordar a “compra de voto” e o abuso do cargo pelos titulares de mandato. Muito embora não constem das dimensões do ciclo eleitoral, consistem em irregularidades que podem influenciar o pleito e comprometer a integridade eleitoral.

A “compra de voto” é uma das violações existentes durante a campanha eleitoral (ACE, 2012), muitas vezes de difícil identificação, prevenção ou penalização, tendo como elementos caracterizadores: prometer, oferecer ou dar dinheiro, bens, serviços ou outros incentivos, como emprego ou tratamento especial, aos eleitores, família ou comunidade, no período que antecede uma eleição ou durante a campanha, por um partido político, candidatos ou agentes operando em seu nome, de uma maneira que se pretenda influenciar a forma como os eleitores votam.

Insta ressaltar que a compra de votos é distinta de incentivos negativos, como pressão ou ameaça das autoridades políticas a fim de impedir que os eleitores apoiem os oponentes, bem como de outras práticas ilícitas como abuso de posição oficial (ACE, 2012). Como observado por Speck (2003, pp. 154-155), é necessário distinguir entre o voto mediante extorsão ou chantagem, do voto comprado através da influência material.

Carreras e Irepoglu (2013, p. 610) definem a compra de votos como uma pressão externa, seja por oferecimento de dinheiro ou bens de consumo pelos partidos e candidatos em troca do voto, constituindo uma clara violação a justiça do pleito, distorcendo o espírito democrático, diminuindo a ligação entre partidos e eleitores e criando um desequilíbrio entre os concorrentes. Os respectivos autores afirmam que muito embora ocorra a diminuição da participação quando há percepção de irregularidades, o recebimento de incentivos materiais durante a campanha tem o efeito contrário, aumentando a participação, pois o aparato da compra de votos seria capaz de monitorar a participação eleitoral. Não obstante, demonstram que nos países em que o voto é obrigatório, o efeito sobre a participação eleitoral em face da percepção das irregularidades é fraco, eis que os cidadãos descontentes votariam para evitar as sanções legais.

Não obstante, dependendo de como a prática de compra de votos seja definida na legislação, persistem numerosos obstáculos para ação e sanção contra os autores (ACE, 2012), incluindo questionamentos como: i. o oferecimento do benefício teve a intenção

específica de influenciar os eleitores a votarem a favor de determinado candidato ou partido? ii. O doador foi candidato, um agente ou terceiro interessado em influenciar o resultado? iii. O valor foi suficiente para influenciar a decisão? iv. O benefício fora concedido diretamente ao eleitor ou outra pessoa próxima? v. o doador era capaz de pressionar o eleitor a votar, retendo o benefício para depois das eleições?

Com relação ao abuso de posição oficial pelos titulares de mandato, este ocorre através do uso de cargos, poderes e privilégios, promovendo os interesses eleitorais de um candidato, partido ou mesmo prejudicando adversários (ACE, 2012).

Diversas disposições eleitorais dispõem acerca do abuso do cargo pelos titulares de mandato durante o período eleitoral (ACE, 2012), envolvendo normalmente o uso de recursos financeiros oficiais, instalações, equipamentos, serviços ou suprimentos, que não estão igualmente disponíveis a oposição para fins de campanha e sem o reembolso de todos os seus custos. Do mesmo modo, canalizar fundos do Estado para projetar programas nos distritos eleitorais antes e durante a campanha, na tentativa de influenciar os eleitores, bem como conceder ou negar aprovações, de maneira tendenciosa.

Contudo, a natureza dessas violações é de difícil comprovação, haja vista a própria atividade administrativa, privilégios e recursos inerentes ao exercício do cargo. Igualmente, as autoridades muitas vezes não impedem a confusão de seus papéis públicos e políticos pela imprensa e eleitores (ACE, 2012).

CAPÍTULO III

3. O ciclo eleitoral

Como já sublinhado no capítulo anterior, o conceito do “Ciclo Eleitoral” (Pottie, s.d.) identifica as eleições em um contexto abrangente que aborda diversas dimensões, que serão exploradas na sequência, referenciando-se fundamentalmente ao projeto da “Rede de Conhecimento Eleitoral ACE”³.

3.1. Do financiamento eleitoral

O financiamento eleitoral compreende as contribuições e despesas monetárias e em espécie, coletadas e incorridas pelos candidatos e partidos, devendo o seu regulamento abranger os limites de contribuição, despesa, divulgação das informações e verificação do cumprimento de suas disposições pelo órgão de supervisão (ACE, s.d.; Speck, 2006, p. 153).

Existe uma variedade de sistemas de financiamento eleitoral, cujos regulamentos precisam ser analisados em referência ao quadro jurídico e contexto político e cultural de cada país, cabendo aos mesmos o desenho de sua própria estrutura regulatória. Contudo, como os outros aspetos do processo eleitoral, deve ser avaliado em face dos padrões e boas práticas internacionais (ACE, s.d.).

Para Speck (2006, pp. 154-155), as críticas ao financiamento eleitoral possuem diferentes naturezas, tais como a desigualdade da competição na alocação dos recursos entre os candidatos e a dependência destes a seus reais financiadores, a fim de retribuir os favores ou representar interesses.

Não obstante, não há um plano básico para o financiamento, tendo o Projeto ACE (s.d.) compilado uma avaliação comparativa da regulação dos recursos de campanha (tabela 1), ressaltando a divisão acerca de sua origem, utilização e mecanismos de controle.

³ A “Rede de Conhecimento Eleitoral ACE” (ACE: The Electoral Knowledge Network, s.d.) é uma comunidade online de conhecimento eleitoral, lançado nas Nações Unidas em 1998, que fornece informações sobre aspetos do processo eleitoral, com vistas à promoção da integridade eleitoral. Nota: Tradução das dimensões do ciclo eleitoral pelo autor.

Tabela 1. Avaliação comparativa da regulação do financiamento de campanha

	Efeitos Positivos	Efeitos Negativos
Fontes de Financiamento		
Alocação de financiamento público	i. Fortalecimento do pluralismo político; ii. Nivelamento da disputa iii. Limitação dos efeitos da corrupção e redução da influência de grandes doadores ao debate político; iv. Contribuir para promoção da participação de mulheres.	i. Risco da dependência do financiamento estatal; ii. Diminuição da ligação entre os partidos políticos, candidatos e eleitores; iii. Prejudica o pluralismo político, os pequenos partidos e candidatos iniciantes, quando o critério de alocação dos recursos são vagamente definidos ou restritos.
Limitação à contribuição privada	i. Permitir que os concorrentes tenham uma ancoragem local e social, com um apoio financeiro de base; ii. Nivelamento da disputa; iii. Limita os efeitos da corrupção.	i. Contorno das regras quando as limitações se aplicam apenas às campanhas e não a financiamento de partidos políticos; ii. Limitação da liberdade de expressão e associação.
Campanhas		
Limite de gasto	i. Reduzir a diferença entre os candidatos ricos e pobres e, conseqüentemente, a vantagem dos primeiros; ii. Garantir a igualdade de oportunidades entre candidatos e partidos; iii. Restringir o crescimento do custo da campanha.	i. Contorno das regras, quando os limites são vagamente definidos ou quando o limite não se aplica a todos os atores eleitorais (gastos de terceiros); ii. Limitação da liberdade de expressão e associação.
Proibição de uso indevido dos recursos públicos	i. Reduzir a vantagem inerente dos incumbentes em relação aos oponentes, garantindo a igualdade de oportunidades; ii. Promover uma clara distinção entre Estado e partidos; iii. Aumentar a transparência dos recursos de campanha.	i. Risco de que as atividades estatais sejam vistas como abusivas; ii. Obstáculo a uma governança eficaz no período anterior à eleição, em que, a título exemplificativo, é proibido a contratação de funcionários.
Mecanismo de Controlo		
Relatórios e Divulgação	i. Garantir que os concorrentes eleitorais cumpram com os regulamentos financeiros da campanha através de relatórios abrangentes e exaustivos; ii. Transparência no	i. Requisitos burocráticos do relatório; ii. Prazo de análise das informações insuficiente para permitir uma averiguação minuciosa e precisa; iii. Ausência de divulgação de fontes

	financiamento de campanhas; iii. Responsabilização dos competidores eleitorais.	de financiamento; iv. Assédio a partidários e financiadores dos partidos da oposição.
Supervisão	i. Garantir a aplicação eficaz dos regulamentos de financiamento das campanhas; ii. Aumentar a transparência; iii. Criar salvaguardas contra abusos ou desvios da legislação.	i. Órgão de supervisão não dotado de poder investigativo; ii. Parcialidade ou nomeações políticas dos membros do órgão de administração eleitoral, levando a um impasse na tomada de decisão, com tendências políticas e ausência de aplicação das sanções legais e regulamentares;
Sanções	i. Efetiva sanção e punição das violações aos regulamentos de financiamento eleitoral; ii. Dissuadir futuras infrações.	i. Órgão de supervisão não dotado de poder para aplicação das sanções; ii. Sanções não dissuasivas para impedir futuras transgressões.

Fonte: ACE Electoral Knowledge Network (s.d.)

Outrossim, Avelino e Fisch (2019, p. 172) afirmam que os dados gerados nas prestações de contas de campanhas eleitorais, mediante a discriminação de despesas, permitem investigar a efetividade e o contexto das eleições vitoriosas. Neste sentido, Heiler, Viana e Santos (2016, p. 88), analisando o contexto das eleições brasileiras, concluíram que as despesas em “comunicação” tiveram mais influência nos resultados, ressaltando que, muito embora o dinheiro importa, o volume total de gasto não é suficiente para o êxito nas eleições.

3.2. Dos *media*

O objetivo das campanhas é obter apoio dos eleitores no período que antecede uma eleição, utilizando-se de variadas técnicas para divulgação da mensagem política, inclusive comunicando-se através dos *media*, com acesso definido na legislação para que o tempo de transmissão seja alocado de maneira justa (ACE, 2012; Lisi, 2019, p. 134).

Nas campanhas modernas, o acesso aos *media* tornou-se um dos aspetos para o sucesso eleitoral. Ocorre que a compra de espaços publicitários possui elevados custos, aliado ao fato de que nem todos os partidos e candidatos possuem a mesma capacidade

financeira. Destarte, a maioria das legislações eleitorais possui disposições acerca do acesso aos media, seja exigindo a alocação de tempo de antena de maneira justa ou fornecendo fundos públicos para alcançar um equilíbrio durante o pleito (ACE, 2012).

Os requisitos de elegibilidade para acesso aos media são variados, podendo se basear na forma como um partido é categorizado pelo órgão de administração eleitoral quando do seu registro, na percentagem de votos das eleições anteriores ou número de assentos que ocupa na atual legislatura (ACE, 2012).

Ressalta-se que acesso igual não significa necessariamente o tratamento igualitário (ACE, 2012), na medida que num ambiente com diversos candidatos, não há padrão para decidir quem deve aparecer nos media, qual horário devem ser alocados, qual a duração, considerando também a desigualdade de recursos para produção dos anúncios partidários.

Lisi (2019), analisando o contexto português, considera que, dentre os meios de comunicação tradicionais utilizados pelas campanhas eleitorais como imprensa, sondagens, telefone, panfletos, a televisão continua como o principal meio de informação ao eleitorado. Mais recentemente, com a era digital, a utilização da internet e redes sociais, ressaltando que a importância de cada um dos referidos meios depende da cultura política do país.

Outra questão de integridade é o momento de divulgação de pesquisas eleitorais pelos media. Não obstante, as pesquisas eleitorais são importante instrumento para medir o apoio eleitoral, focar campanhas e desenvolver ou melhorar as mensagens transmitidas, a divulgação de seus resultados podem influenciar eleitores indecisos, criar impulso a favor de um candidato, ou mesmo fazer com que os eleitores deixem de votar, na medida que a eleição estaria “decidida” (ACE, 2012). Os mecanismos que podem influenciar os resultados são os efeitos “*bandwagon*” e “*underdog*”: o primeiro influenciando o voto para o candidato que está a frente; o segundo beneficiando quem está atrás. Igualmente, influenciando o voto “útil”, no qual o eleitor vota na força com maior probabilidade de vitória.

Castells (2011, p. 96) afirma que ao longo da história, o exercício da política dependeu dos processos de informação e comunicação, eis que as pessoas tomam decisões de acordo com os estímulos e tipos de informações que entram em suas mentes, derivados

dos meios de comunicação existentes. Desta feita, os processos de formação de poder ocorrem no espaço da comunicação socializada, de maneira que a mídia não seria detentora do poder, mas sim algo com maior importância, pois compõe o espaço no qual o poder é constituído, uma vez que opções pessoais ou programáticas acessam este espaço que possam ser do conhecimento dos cidadãos. A maneira como entram, sua intensidade, o formato e a história que contam são decisivos na percepção, na participação e tomada de decisão no processo político. No entanto, não é um espaço neutro, mas sim condicionado aos interesses econômicos e políticos das empresas, governos e pela mediação da preferência dos profissionais dos *media*.

Para o referido autor (Castells, 2011, p. 98), em princípio, as regras de acesso aos meios de comunicação de massa tiveram por objetivo garantir uma certa igualdade de oportunidades em relação às diferentes opções no momento da eleição. Contudo, uma análise comparativa das legislações faz-se duvidar da eficácia democrática dessas regras, eis que muitas vezes o acesso ao tempo de antena é proporcional ao suporte obtido nas eleições passadas, que tendem a dar prioridade à inércia, ao mesmo tempo que o interesse na propaganda eleitoral é mínimo. Igualmente, dado seu elevado custo, incentiva-se o financiamento ilegal durante as campanhas políticas.

Não obstante, ainda para Castells (2011, p. 99), as alterações do sistema de comunicações, decorrentes do uso da Internet e do “*mass self communication*” (“*auto comunicação de massa*”) têm transformado o processo político, na medida que não há o monopólio da informação controlado por empresas e governos. Desta feita, a credibilidade da informação não mais residiria apenas no emissor da informação, mas sim na capacidade de filtragem do recetor e na qualidade educacional e cultural dos cidadãos. Por conseguinte, a democracia na era da internet não seria uma democracia de partidos, mas sim de cidadãos.

Em termos semelhantes, Anstead e Chadwick (2010, p. 56) afirmam que a internet terá uma influência decisiva nas campanhas eleitorais. Com as novas ferramentas digitais e informatização, as campanhas entram em uma nova fase, revolucionando suas características, ainda que continuem os canais tradicionais, como a televisão.

Contudo, o uso da comunicação virtual é um desafio a ser enfrentado para a realização de eleições democráticas ante a disseminação de informações falsas, discurso de ódio e incitação à violência (Norris, Wynter & Cameron, 2018, p. 10), cujo

financiamento muitas vezes provém de fontes ilegais, não declaradas, capazes de prejudicar a lisura do processo e a igualdade da disputa, cabendo aos órgãos de administração eleitoral a sua regulamentação, fiscalização e sanção.

3.3. A legislação eleitoral

A estrutura legal é um dos fundamentos da integridade das eleições. As Constituições consagram as liberdades políticas necessárias para eleições competitivas e o sistema eleitoral; as leis e regulamentos garantem a equidade, igualdade e responsabilidade dos participantes. Por fim, os códigos de conduta auxiliam na identificação de comportamentos antiéticos (ACE, 2012).

Desta feita, uma estrutura legal sólida proporciona uma administração imparcial e profissional, definindo de maneira justa e igualitária os direitos e responsabilidades dos participantes no processo eleitoral (ACE, 2012).

3.4. Órgãos de Administração Eleitoral

O órgão de administração eleitoral é responsável pela execução das eleições, devendo implementar de maneira imparcial as normas, regulamentos e procedimentos. Igualmente, administrar o processo de maneira profissional, neutra e transparente, adotando procedimentos para salvaguardar a integridade de suas operações, identificando os riscos e tomando as medidas preventivas, corretivas e promovendo a conscientização dos eleitores sobre a integridade eleitoral (ACE, 2012).

Frisa-se que uma administração eleitoral eficaz depende de pessoal suficiente e recursos, preservando sua imparcialidade sobre interesses políticos, bem como deve tratar todos os partidos e candidatos igualmente, sem discriminação ou parcialidade (ACE, 2012).

3.5. Círculos Eleitorais

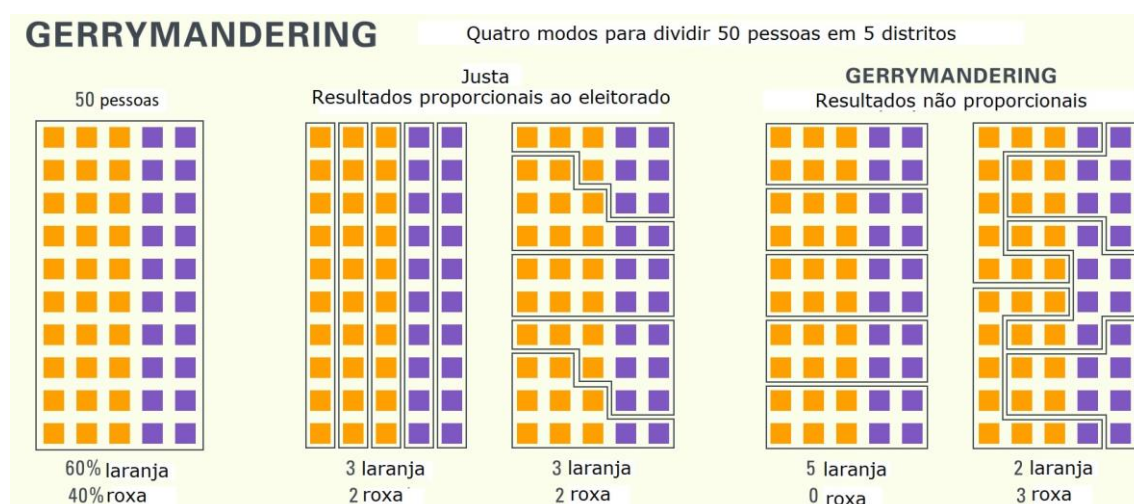
O distrito ou círculo eleitoral envolve a determinação do número, tamanho e limites no qual uma área de votação elegeria um certo número de cadeiras. A representação de cada distrito precisa ser aproximadamente igual em termos da proporção de assentos por eleitores, no entanto o contexto deve ser considerado, eis que outros fatores também podem garantir uma representação efetiva, como identidade cultural, histórica e geográfica (ACE, 2012).

Os círculos eleitorais podem respeitar os limites jurisdicionais, serem responsabilidade de um órgão independente ou tarefa das maiorias partidárias na legislatura. Neste último caso, permite-se o estabelecimento de limites para o benefício partidário, traçando as linhas de maneira que o apoio da oposição se concentre em alguns distritos e o partido no poder mantenha a vantagem, ou mesmo através da dispersão da oposição em vários distritos eleitorais (ACE, 2012).

Garantir vantagem eleitoral ao delinear os círculos eleitorais, a fim de conceder vantagem injusta sobre rivais ou diluir o poder de voto de grupos minoritários étnicos ou linguísticos também é chamado de “*gerrymandering*” (Figura 3) (Duignan, 2019).

O referido termo deriva do ex-governador de Massachusetts nos Estados Unidos, Elbridge Gerry, que em 1812 definiu novos distritos estaduais, redesenhando os limites eleitorais, assemelhando-se a uma salamandra (Anexo 2), a fim de favorecer à época o partido Federalista (Duignan, 2019).

Figura 3. *Gerrymandering*: diferentes desenhos de distrito produzem diferentes resultados eleitorais



Fonte: Duignan, 2019

3.6. Recenseamento Eleitoral

A integridade do registo de eleitores é essencial para eleições livres e justas. O registo pode ser de responsabilidade conjunta do eleitor e da administração eleitoral, no qual os próprios eleitores devem se registrar, ou através da utilização dos registos civis pelo Estado para compilar a lista de habilitados a votar (ACE, 2012).

O sistema de registo não deve excluir injustamente determinados segmentos da população, permitindo que qualquer cidadão que deseje se registrar e possua os requisitos legais o faça, bem como deve produzir uma lista precisa, confiável e atualizada (ACE, 2012).

O quadro jurídico deve definir claramente os requisitos de elegibilidade, tais como cidadania e residência, garantindo um tratamento justo e igualitário a todos os cidadãos, eis que o direito de voto é um dos fundamentos do sistema democrático (ACE, 2012).

O registo é um dos estágios em que existem oportunidades de manipulação dos resultados, devendo os órgãos de administração realizar consideráveis esforços para que a lista seja precisa e confiável, desenvolvendo sistemas de verificações cruzadas, eliminando registos duplicados, que saíram do distrito ou aqueles com direitos políticos suspensos (ACE, 2012).

Alguns partidos e candidatos costumam realizar esforços para garantir que seus apoiadores se registem, oferecendo incentivos como transporte para os locais de registo, promessas de benefícios caso vença a eleição, ou mesmo incentivando indevidamente o alistamento eleitoral em local diverso da residência (ACE, 2012).

Conjuntamente com o sistema de listas, em algumas localidades são emitidos cartões para o eleitor após o registo, comprovando que houve a solicitação e que a mesma fora aceita, devendo normalmente ser apresentado no ato de votação (ACE, 2012).

3.7. Registo de candidatos e partidos

A integridade do pleito também depende de um procedimento imparcial e transparente para registar os candidatos e partidos, mediante critérios razoáveis, consistentes e com prazos viáveis (ACE, 2012).

Quanto ao registo de candidatos, o processo deve ser justo e equitativo, garantindo igualdade de tratamento para todos, com o calendário eleitoral disponibilizando tempo suficiente para preparar as inscrições e os administradores revisarem, com notificação oportuna acerca da aceitação ou rejeição e oferecendo informações sobre o direito de recorrer (ACE, 2012).

Os requisitos básicos de elegibilidade para os candidatos são estabelecidos na constituição ou legislação, podendo incluir critérios gerais como cidadania, idade e residência, bem como específicos, como prazo para apresentação, apoio de número determinado de eleitores ou pagamento de um depósito (ACE, 2012).

Quanto ao registo de partidos, diversos sistemas exigem que as agremiações indiquem seus objetivos, fornecendo informações sobre as atividades, membros e fontes de financiamento, garantindo a transparência e integridade do processo. É possível também registar os símbolos ou logotipos usados para identificação partidária e muitas vezes impressos na cédula, principalmente em países com consideráveis níveis de analfabetismo, facilitando a identificação ao eleitor. Contudo, tais símbolos são geralmente regulados, proibindo-se o uso de emblemas nacionais ou ofensivos para certos grupos sociais (ACE, 2012).

3.8. Processo de votação

Uma eleição exige procedimentos para garantir o sigilo do voto e a segurança dos participantes, em um local acessível e neutro, com pessoal profissional e não partidário, equipamento adequado, presença de monitores de partidos e a proteção da integridade das cédulas. O voto secreto é essencial para integridade, permitindo a total independência dos eleitores, tornando o suborno e intimidação menos eficazes (ACE, 2012).

O local de votação é um dos aspetos da integridade, devendo ser neutro, seguro, facilmente acessível, com distribuição geográfica que não favoreça grupos específicos ou composição política e eleitores protegidos contra ativistas políticos e pressão durante a votação (ACE, 2012).

Igualmente, agentes das mesas eleitorais não partidários, treinados desempenham um papel essencial no procedimento de votação e nas medidas necessárias para manter a ordem e o sigilo do voto, assim como a presença de monitores reduz o risco de fraude ou conluio desses oficiais para manipular os resultados (ACE, 2012).

A padronização das cédulas também contribui para integridade, eis que um bom desenho garante que o eleitor identifique facilmente o candidato, marcando a cédula de forma que sua intenção seja clara, garantindo que não foram adulteradas ou marcadas com antecedência. Dessa feita, a cédula precisa ter um formato padronizado, com nome do candidato impresso no mesmo tamanho e igualmente visível, simples de entender e apartidário na ordem dos nomes (ACE, 2012).

Alguns países utilizam máquinas eletrônicas, tornando a contagem mais rápida, precisa, econômica, reduzindo os riscos de adulteração, sendo necessários bons mecanismos de segurança para integridade do sistema. Contudo, permanece a discussão acerca da possibilidade do sistema ser “*hackeado*” ou votos mudados durante a transmissão, sugerindo-se que a gravação eletrônica seja acompanhada de impressão de cada boletim de voto, a fim de possibilitar uma recontagem significativa (ACE, 2012).

3.9. Contagem

A integridade eleitoral também abrange a contagem dos votos, a fim de produzir resultados válidos, precisos e aceitos por todos os participantes. Não obstante, problemas podem surgir na estação de votos ou no centro de contagem, seja por resultado de um erro genuíno ou mesmo o esforço deliberado para manipular o resultado (ACE, 2012).

Uma série de medidas devem ser tomadas para garantir a integridade na contagem dos votos: i. deve ser feita o mais rápido possível após o encerramento das eleições, a fim de evitar o risco de adulteração dos resultados, garantindo também que o local seja seguro

e que observadores estejam presentes; ii. a intenção do eleitor deve ser adequadamente determinada, a fim de não invalidar um voto válido; iii. a precisão deve ser garantida, com bom gerenciamento, treinamento adequado, contagem transparente, todas informações serem registadas, monitoramento até a divulgação dos resultados oficiais, garantindo a aplicação da legislação e protegendo o sigilo da votação. Faz-se necessário, também, uma inspeção humana das cédulas rejeitadas, a fim de verificar se a intenção do eleitor pode ser discernida conforme a legislação (ACE, 2012).

Com relação a contagem eletrônica, é garantido a imparcialidade e a remoção da subjetividade na avaliação das cédulas, eliminando-se erros humanos ou manipulação (ACE, 2012).

3.10. Resultados

O anúncio oficial dos resultados pelo órgão de administração eleitoral é o passo final do processo eleitoral. A fim de observar a integridade, devem refletir com precisão o total de votos, garantindo-se o anúncio rápido dos resultados. Isto porque, quanto maior o tempo entre a contagem e a liberação do resultado, há possibilidade de adulteração, bem como podem alimentar suspeitas que prejudicam a credibilidade, ainda que os dados sejam precisos (ACE, 2012).

Outrossim, num processo eleitoral válido, transparente e justo, o vencedor toma posse, cabendo ao perdedor aceitar os resultados. Nas democracias consolidadas, a transferência de poder tem sido efetuada regularmente, contudo, nos países em transição, ainda são recorrentes os questionamentos, cabendo por comprometer o processo democrático (ACE, 2012).

CAPÍTULO IV

4. Metodologia

Medir a qualidade eleitoral é como buscar algo em movimento, avaliando a integridade de determinado pleito eleitoral aos padrões de obrigações legais internacionais consensualmente definidas (Pottie, s.d.).

Diversas são as ferramentas e metodologias usadas para aferir a qualidade eleitoral, tais como: observação, indicadores de desempenho e o ciclo eleitoral. Igualmente, métodos quantitativos e qualitativos avaliam elementos distintos dos processos eleitorais, tendo suas conclusões contribuído para que os partidos, eleitores e órgãos de gestão aprimorem suas habilidades e informem suas experiências, sendo um ato central na vida democrática (Elklit & Reynolds, 2005, p.147; Pottie, s.d.)

O ciclo eleitoral permite avaliar a qualidade eleitoral, compreendendo o período anterior, durante e posterior ao pleito, considerando diversas dimensões, tais como: legislação, divisão e demarcação dos círculos, registo dos eleitores, candidatos e partidos, financiamento das campanhas, meios de comunicação, processo de votação, apuração, publicação dos resultados e órgãos de administração (Noris, 2013b, p. 567; Pottie, s.d.).

O estudo das eleições tem tido por base uma definição processual, com ênfase no ato de votar e apuração dos resultados, simplificando a tarefa de medir a qualidade eleitoral e marginalizando outros aspetos. Contudo, as eleições continuam como uma atividade política complexa, que não residem somente nos procedimentos eleitorais, mas também num conjunto de direitos políticos e humanos, atividade da sociedade civil, funcionamento dos partidos políticos e administração do Estado de Direito e da Justiça (Pottie, s.d.)

O uso de indicadores de desempenho para avaliar as eleições tem sido empregado por indivíduos e organizações, especialmente os órgãos de administração para estabelecerem metas, avaliando seu progresso e buscando soluções aos problemas identificados (Pottie, s.d.).

Ressalta-se, porém, que a análise do contexto de uma eleição, resumida no ciclo eleitoral, na descrição de seus subcomponentes ou conjuntura política a fim de obter uma medida geral de qualidade eleitoral está fora de alcance de qualquer metodologia (van Ham, 2015, p. 725; Pottie, s.d.).

De igual forma, a abordagem da qualidade eleitoral deve sopesar dois requisitos: ser compreensiva e concisa, na medida que uma observação eleitoral com apenas 10 questões pode ser demasiadamente sucinta, enquanto um questionário de especialista com mais de 100 questões pode ser excessivo para o fenômeno em análise (Pottie, s.d.).

Não obstante, a democracia e a realização de eleições tornaram-se importantes objetivos políticos para Estados, organizações multilaterais e regionais, compartilhando finalidades semelhantes, fornecendo assistência e missões de observação eleitoral (Pottie, s.d.).

4.1. A formulação do problema

Destarte, a investigação consistirá na seguinte pergunta: quais as principais deficiências no processo eleitoral dos países integrantes do Mercosul?

Como membros do Mercosul, serão abordados apenas Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Isto porque, como já ressaltado, a Venezuela encontra-se suspensa por infração à cláusula democrática⁴ e a Bolívia ainda se encontra em processo de adesão como membro pleno.

A análise da qualidade do processo eleitoral dos países do Mercosul permitirá identificar suas deficiências mais recorrentes, as semelhanças e divergências regionais, haja vista a integração social, económica e política entre seus membros.

⁴ Em decisão de 05 de agosto de 2017, A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, decidiram “1) Suspender a República Bolivariana da Venezuela de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 7º do Protocolo de Ushuaia” Fonte: Mercosul, 2017.

4.2. A recolha e análise dos dados

Com relação ao instrumento metodológico, a investigação compreenderá a pesquisa documental, com a recolha de informações por fontes secundárias.

Muito embora existam diversas propostas metodológicas para estudar a qualidade das eleições, tendo Espinoza (2015, p. 6) identificado 42 distintas, a presente dissertação irá abordar os projetos “Variedades da Democracia (V-Dem)”⁵ (Lindberg et al., 2014), “Projeto de Integridade Eleitoral”⁶ (Norris, 2013b; Norris et al., 2014, p. 790), “Índice do Estado Global da Democracia” do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral - IDEA (Skaaning, 2018), dados do Latinobarómetro⁷ (Corporación Latinobarómetro, 2018), bem como as principais conclusões dos relatórios de missões de observação eleitoral da União Europeia-UE e Organização dos Estados Americanos-OEA.

A despeito do Mercosul estabelecer-se somente após 1991, o período compreendido de análise terá em conta as informações fornecidas por cada respetivo projeto ou missão de observação eleitoral:

- a. Os dados obtidos do projeto “Variedades da Democracia (V-Dem)” compreendem o período de 1985 até 2018, através dos índices “democracia eleitoral”, “eleições justas e livres”, “compra de voto” e “autonomia do órgão de administração eleitoral”;

⁵ Segundo Lindberg et al. (2014), o projeto “Variedades da Democracia” (V-Dem) é um índice de caráter multidimensional, através de coleta de dados por especialistas, distinguindo um conjunto de cinco princípios para abordagem da democracia, tais como eleitoral, liberal, participatório, deliberativo e igualitário. A democracia eleitoral retoma a concepção de Dahl de poliarquia, compreendendo não somente o indicador eleitoral, mas em conjunto com o direito à livre associação e múltiplas fontes de informação que, analisados em face dos cinco princípios elencados, referem-se a “variedades da democracia”.

⁶ Para Norris (2015), o índice de “Percepção da Integridade Eleitoral” é uma ferramenta para medir a prática eleitoral em âmbito global, com atualizações anuais desde 2012, utilizando-se de avaliações de especialistas para determinar as percepções da qualidade das eleições, desagregando sua análise nos passos sequenciais do ciclo eleitoral. Quando há realização de eleições simultâneas legislativas e executiva, o índice apenas considera a executiva, bem como nos países com sistema maioritário a duas voltas, somente é analisada a última.

⁷ A Corporação Latinobarómetro é uma organização não governamental sem fins lucrativos com sede em Santiago do Chile que realiza pesquisas de opinião realizadas em países latino-americanos desde 1995. Dentre os temas abordados, estão a opinião acerca da democracia e a situação econômica dos cidadãos. (Corporação Latinobarómetro, 2018).

- b. O Projeto “Percepção da Integridade Eleitoral” compreende os dados fornecidos a partir de 2012 até 2018, abrangendo tanto o índice geral de cada país membro do Mercosul, como os respectivos indicadores de cada etapa do ciclo eleitoral;
- c. O “Estado Global da Democracia”, do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral - IDEA, compreenderá o índice “eleições limpas” no período de 1985 até 2018.
- d. A pesquisa do Latinobarómetro compreende o período de 1995 até 2017 com relação à “satisfação com a democracia” e especificamente o ano de 2018 quanto ao inquérito relacionado à “distribuição de favores e presentes por candidatos e partidos na última eleição”.
- e. O relatório da missão de observação eleitoral da União Europeia para o Paraguai abrange as eleições gerais de 2018.
- f. Os relatórios das missões de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos-OEA para o Paraguai compreendem as eleições gerais de 2013 e 2018. Para o Brasil, aborda-se o relatório das eleições gerais de 2018.

O raciocínio empreendido na investigação terá como pressuposto o método de estudo comparado e descritivo, com fulcro nos padrões internacionais de integridade eleitoral a fim de analisar o contexto regional dos países integrantes do Mercosul, em face de cada etapa do ciclo eleitoral.

Inicialmente, aborda-se a contextualização histórico-política da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai após 1945, assim como do Mercado Comum do Sul-Mercosul, a fim de identificar a influência do referido bloco na qualidade do processo democrático e eleitoral de seus integrantes.

Em sequência, será discorrido sobre características comuns das eleições nos países do Mercosul, conjuntamente com a satisfação da democracia face aos dados do Latinobarómetro.

Com relação à integridade eleitoral, serão apresentados os dados obtidos dos projetos “Variedades da Democracia” (V-Dem), Instituto Internacional para Democracia

e Assistência Eleitoral - IDEA e “Percepção da Integridade Eleitoral”, assim como as conclusões dos relatórios das missões de observação eleitoral.

Por fim, os dados obtidos permitirão descrever o conjunto das dimensões do ciclo eleitoral, a fim de verificar as diferenças e semelhanças entre os membros do Mercosul, com objetivo de identificar as principais deficiências do processo eleitoral.

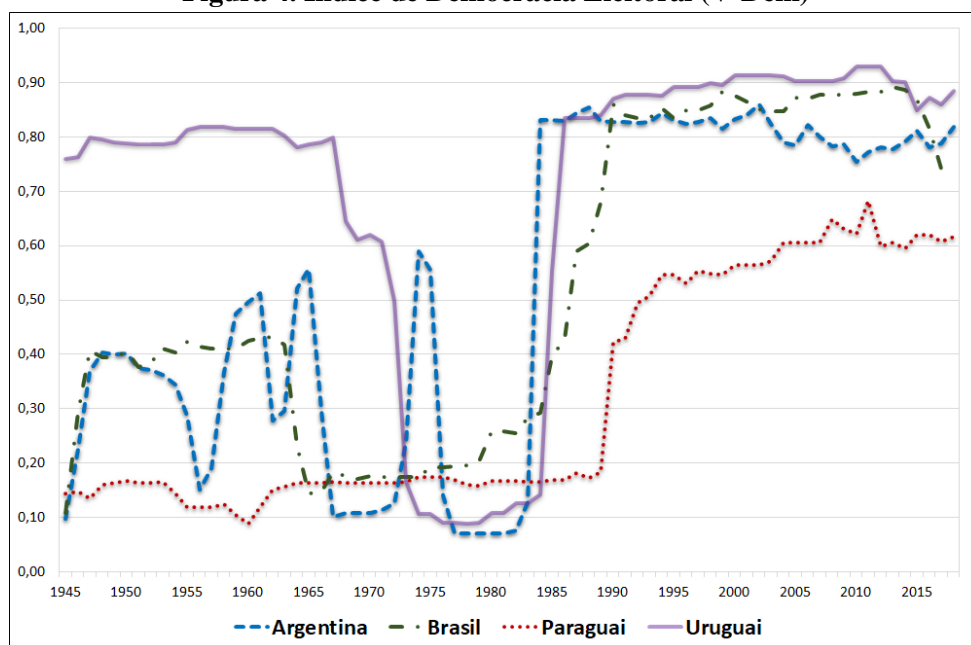
CAPÍTULO V

5. A dimensão histórica e o “Índice de Democracia Eleitoral (V-Dem)”

O estudo da dimensão histórica dos países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, bem como do Mercado Comum do Sul-Mercosul busca compreender a influência do projeto integracionista em face da consolidação democrática e integridade eleitoral.

O “Índice de Democracia Eleitoral (V-Dem)” (Figura 4) permite uma comparação longitudinal, abordando-se a competição limpa e justa, ausência de irregularidades sistemáticas, liberdade da sociedade civil e eleição do poder executivo.

Figura 4. Índice de Democracia Eleitoral (V-Dem)



“Questão: Em que medida o ideal da democracia eleitoral, em seu sentido mais amplo, é alcançado? Período de 1945 a 2018: Intervalo, de baixo para alto (0-1). Fonte: Projeto Variedades da Democracia (V-Dem). Coppedge et al. (2019)⁸

⁸ “Esclarecimento: O princípio eleitoral da democracia procura incorporar o valor central de tornar os governantes responsivos aos cidadãos, alcançado através da competição eleitoral para a aprovação do eleitorado sob circunstâncias em que o sufrágio é extenso; as organizações políticas e da sociedade civil podem operar livremente; as eleições são limpas e não são prejudicadas por fraudes ou irregularidades sistemáticas; e as eleições afetam a composição do executivo no país. Entre as eleições, há liberdade de expressão e uma mídia independente capaz de apresentar visões alternativas sobre questões de relevância política. No esquema conceitual V-Dem, a democracia eleitoral é entendida como um elemento essencial de qualquer outra concepção de democracia representativa - liberal, participativa, deliberativa, igualitária.” Fonte: Coppedge et al., 2019b.

Desta feita, o gráfico é representativo do período após a segunda guerra mundial, a tomada do governo pelos militares, principalmente a partir da década de sessenta, inserido no contexto de guerra fria e disputa entre o regime capitalista, liderado pelos Estados Unidos e comunista, liderado pela União Soviética, bem como a redemocratização após a década de oitenta.

Com a vigência dos regimes militares, os índices possuem variações negativas, dada a ausência de competição e liberdade, ressaltando que após a terceira vaga democrática, equiparam-se os índices brasileiro, argentino e uruguaio em níveis superiores a 0,80. Por sua vez, muito embora também ocorra uma variação positiva do Paraguai, ainda permanece na faixa de intermediária de 0,50-0,60.

Portanto, face às variações do “índice da democracia eleitoral”, aborda-se na sequência o contexto histórico-político de cada um dos países, tangenciando a eleição dos titulares do poder executivo (Anexos 3 a 6), permitindo discorrer sobre os períodos de consolidação democrática.

5.1. O contexto histórico-político da Argentina

Jones, Lauga e León-Roesch (2005, p. 59) traçam um panorama da experiência democrática argentina, tendo começado em 1912, porém a partir de 1930 iniciou-se um período de instabilidade política, com alterações entre regimes constitucionais ou ditatoriais até o ano de 1983, a partir do qual se inicia a consolidação democrática. Não obstante, como já afirmado por Malamud e Luca (2016, p. 29), o sistema partidário argentino desafia a capacidade analítica, dada a instabilidade e constantes crises.

As eleições presidenciais de 1946 têm como vencedor Juan Domingo Perón, que concorreu pelo Partido Trabalhista. Contudo, Perón fundou um novo partido, o “Partido Único da Revolução”, renomeado de “Partido Peronista” em 1947. Assim, o antagonismo político argentino não mais se estendeu entre radicais e conservadores, mas sim entre peronistas e seus opositores (Jones et al., 2005, p. 61).

Em 1949 foi promulgada uma nova Constituição sob o regime peronista, tornando-se o regime cada vez mais autoritário, com a intervenção do estado na sociedade, a hegemonia do partido e o estilo personalístico de seu líder, acabando por minar as instituições. Contudo, em decorrência da crise econômica que levou ao fim das

políticas distributivas, conflitos com a Igreja Católica, a morte de Eva Perón (*Evita*) em 1952, o governo de Perón enfraqueceu, intensificando-se a oposição. Nesse contexto, em junho de 1955, há uma tentativa falhada de golpe, posteriormente bem-sucedido em setembro do mesmo ano, forçando Perón ao exílio (Jones et al., 2005, p. 61).

Assim, com o banimento do peronismo, a Assembleia Constituinte de 1957 anulou as reformas constitucionais realizadas pelo governo anterior e reintroduziu a Constituição de 1853, com a representação proporcional como mecanismo de contenção a então dominância política peronista, aumentando-se a fragmentação partidária. Em 1962 outro golpe militar é realizado, realizando-se eleições em 1963. Posteriormente há um novo golpe em 1966, estabelecendo-se uma junta militar entre 1966 e 1970 e posteriores governos militares até 1973 (Jones et al., 2005, p. 62).

Em março de 1973, com a realização de novas eleições, os peronistas sob a denominação do “Partido Justicialista-PJ” vencem as eleições, com posterior retorno de Perón do exílio e sua vitória nas eleições de setembro de 1973 com mais de 60% dos votos. Com sua morte em 1974, assume a sua esposa Isabel Martínez de Perón, então vice-presidente e primeira-dama. Em 1976 ocorre um novo golpe militar, instaurando um regime que ficou caracterizado por elevada repressão e violência contra a oposição. Após a derrota argentina pelos britânicos no conflito pelas ilhas Malvinas ou Falklands em 1982, foram realizadas novas eleições competitivas em 1983, com a vitória de Raúl Alfonsín, marcando um retorno à democracia e coexistência pacífica entre os atores políticos (Jones et al., 2005, p. 62).

Em 1989, Carlos Menem é eleito presidente, promulgando-se uma nova Constituição em 1994, possibilitando a reeleição imediata do chefe do executivo, sendo reeleito em 1995. Posteriormente, é eleito Fernando de la Rúa, contudo renuncia em dezembro de 2001, sob pressão social. Segue-se um período de instabilidade em face de manifestações sociais e rotatividade do chefe do executivo. Em janeiro de 2002, por decisão do Congresso, Eduardo Duhalde é eleito presidente para término do mandato presidencial. Contudo, convoca novas eleições em abril de 2003, com a participação de 18 candidatos, com Carlos Menem e Néstor Kirchner recebendo a maioria dos votos na primeira volta. Com a previsão de derrota, Menem se retira da disputa, não se realizando a segunda volta presidencial, sendo Kirchner proclamado presidente, assumindo em maio de 2003 (Jones et al., 2005, p. 63).

Kirchner não disputa a reeleição em 2007, lançando como candidata a sua esposa, Cristina Fernandez Kirchner, que é eleita na primeira volta. Em 2011, Cristina é também reeleita em primeira volta pelo Partido Justicialista. Nas eleições de 2015, é eleito em segunda volta o então prefeito de Buenos Aires, Mauricio Macri, pela coligação “Mudemos”, integrada, dentre outros, pelos partidos União Cívica Radical e Proposta Republicana. Nas eleições de 2019, Macri concorre à reeleição, porém é derrotado pelo candidato opositor e de esquerda Alberto Fernandez, tendo como vice Cristina Kirchner.

5.2. O contexto histórico-político do Brasil

Amorim Neto e Lamounier (2005, p. 163) traçam o panorama brasileiro, afirmando que são realizadas eleições desde o período colonial, suprimidas durante o regime autoritário de Getúlio Vargas de 1937 a 1945 e permitidas para o legislativo durante o regime militar de 1964 a 1985. Contudo, não eram livres ou justas, dado a arena de manipulação em favor do governo. Com a redemocratização a partir da década de 1980, as eleições tornaram-se o instrumento para distribuição do poder, porém com grande variação na qualidade das eleições, ante as diferenças socioeconômicas do território.

Após 1945, emergiu-se um novo sistema multipartidário e democrático, contudo dominado pelas lideranças do antigo período, que acabaram por fundar novos partidos, como “Partido Social Democrático-PSD”, “Partido Trabalhista Brasileiro-PTB”, “União Democrática Nacional-UDN”, entre outros. Contudo, em 1964 ocorre um golpe militar, instituindo uma nova fase autoritária que terminou somente em 1985, banindo-se os partidos existentes e instituindo um sistema bipartidário: um partido governamental chamado de “Aliança Renovadora Nacional-ARENA” e outro de oposição, “Movimento Democrático Brasileiro-MDB”. (Amorim Neto & Lamounier, 2005, p. 166).

A redemocratização brasileira passou por períodos de transição, como a campanha por eleições presidenciais diretas conhecida como movimento das “Diretas já” em 1984, a eleição de 1985 para prefeitos das maiores capitais e a eleição da Assembleia Constituinte de 1986. A referida Assembleia promulgou a nova Constituição em 1988, estabelecendo o sufrágio universal, direto e secreto, ocorrendo a primeira eleição

presidencial após 1960, tendo sido eleito Fernando Collor de Melo, pelo inexpressivo “Partido da Reconstrução Nacional”. Após dois anos de mandato, ante diversas crises, falta de suporte legislativo, alta inflação e acusações de corrupção, o presidente Fernando Collor foi substituído por seu vice Itamar Franco (Amorim Neto & Lamounier, 2005, p. 166).

Em abril de 1993 ocorreu também um plebiscito para decidir qual sistema (presidencialismo ou parlamentarismo) e forma de governo (monarquia ou república) deveria prevalecer, vencendo o presidencialismo e o sistema republicano, tendo sido ainda aprovada em 1997 a reeleição imediata para os cargos do executivo. Dentre o período, em 1994 fora eleito Fernando Henrique Cardoso, então ministro das finanças, dada sua política de estabilização monetária e combate à inflação com a instituição de uma nova moeda, o “Real”. Cardoso foi reeleito em 1998 e sucedido por Luiz Inácio Lula da Silva, também conhecido por Lula, nas eleições de 2002, líder do “Partido dos Trabalhadores-PT” e primeiro presidente de origem da classe popular trabalhadora (Amorim Neto & Lamounier, 2005, p. 167).

Lula foi reeleito em 2006 e posteriormente nas eleições de 2010, fora eleita sua ministra Dilma Rousseff. Em 2014, Dilma Rousseff é reeleita, em uma eleição altamente competitiva na segunda volta contra o candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB.

Após um processo de *impeachment* iniciado em dezembro 2015, Dilma é removida da Presidência, assumindo seu vice, Michel Temer para conclusão do mandato. Nas eleições presidenciais de 2018, é eleito em segunda volta o deputado federal Jair Bolsonaro pelo “Partido Social Liberal-PSL”, ex-membro das Forças Armadas, tendo concorrido contra Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo e filiado ao “Partido dos Trabalhadores-PT”, que substitui a candidatura do ex-presidente Lula⁹ na corrida presidencial antes da primeira volta.

Com relação ao contexto da crise política brasileira decorrente da remoção da presidente eleita Dilma Rousseff em 2016, Bringel e Domingues (2018, p. 4) consideram que um largo ciclo de democratização se encerrou no Brasil e muito embora a

⁹ O ex-presidente Lula estaria impedido de concorrer em virtude de uma questionável decisão judicial (Rodrigues, 2018, p. 85), que influenciou sua elegibilidade e portanto a disputa no pleito eleitoral.

Constituição de 1988 siga vigente, pode se converter em um vazio quanto a sua componente democrática e aos direitos sociais.

Tavares de Almeida (2019, p. 93), discorrendo acerca das eleições presidenciais de 2018 enfatiza que:

“Cabe apenas enfatizar que aqui começa um novo ciclo sob o comando da extrema-direita e com uma agenda da qual está ausente o compromisso com a redução da pobreza e das desigualdades e com a visão de país moldada pela cultura política da transição. Os anos de ouro ficaram no passado. O consenso social-reformista que deu viabilidade ao governo e a oposição esvaiu-se, enquanto as instituições democráticas que o aninharam continuam de pé. É razoável apostar na sua continuidade, mas é impossível prever se outro projeto de país tão inclusivo e generoso virá abrigar-se nelas no futuro.”

5.3. O contexto histórico-político do Paraguai

Nos termos expostos por Ortiz e León-Roesch (2005, p. 411), a política do Paraguai desde 1811 pode ser dividida em quatro principais períodos: o primeiro período compreendido entre 1811 a 1870, caracterizado por um rudimentar sistema constitucional e legal, com elevada restrição da atividade política; o segundo de 1870 a 1954, marcado pela Constituição liberal de 1870, extrema instabilidade política e a Constituição de 1940, que levou ao autoritarismo. O terceiro período compreendido entre 1954 e 1989, caracterizado pelo regime autoritário do General Alfredo Stroessner, que presidiu a mais longa ditadura do país. Por fim, a quarta fase a partir de 1989, marcada pela transição democrática, com a Constituição de 1992 e novamente por instabilidade política.

Desde sua independência, a história política paraguaia foi determinada pela tradição militar e autoritária, evidenciada por longos governos ditatoriais, geralmente legitimados pelo congresso nacional ou por uma nova constituição, com papel quase irrelevante das eleições. A eleição de 1928 foi a primeira e único pleito livre até a eleição presidencial de 1989. Não obstante, apesar das eleições de 1993 a 2003, as forças armadas ainda permanecem uma força influente. Em 1993, após quase 50 anos, o primeiro presidente civil foi eleito. Nas eleições para o cargo da vice-presidência de 2000, foi a

primeira vez que o partido de oposição venceu em quase 90 anos. A eleição de 2003 foi vencida novamente pelo partido dominante da política nacional, o “Partido Colorado” (Ortiz & León-Roesch, 2005, p. 412).

Contudo, nas eleições gerais de 2008, após mais de sessenta anos de vitórias do Partido Colorado, é eleito Fernando Lugo, ex-bispo e membro da “Aliança Patriótica para a Mudança”, uma coligação de diversos partidos de centro-esquerda. Contudo, em junho de 2012, é destituído do cargo pelo Senado, em um processo de impeachment de apenas 36 horas, sendo substituído pelo vice-presidente Federico Franco.

Com a realização das eleições gerais em 2013, o partido Colorado retorna ao governo, com a eleição de Horácio Cartes, empresário. Posteriormente, nas eleições de 2018, é eleito Mario Abdo Benítez, também membro do Partido Colorado, Senador e integrante das forças armadas como Tenente Reserva da Aeronáutica.

5.4. O contexto histórico-político do Uruguai

Com relação ao panorama uruguaio, Nohlen (2005, p. 487) afirma que este se distancia em relação aos outros países latino-americanos, ante a tradição de respeito às instituições e competição democrática, dado que os partidos tradicionais, “Colorados” e os “Blancos ou Partido Nacional”, foram formados há 150 anos. Em que pese a dominação dos Colorados entre 1865 e 1958, a estabilidade democrática do Uruguai é resultado de mecanismos de divisão de poder entre os referidos partidos.

Contudo, na década de 1960, fatores como a prolongada crise econômica, o surgimento de atividades de guerrilha de esquerda conhecida como “Tupamaros”, a politização das Forças Armadas e da sociedade levaram a uma rutura democrática. Após 12 anos de governos militares, o regime democrático foi reinstalado em 1985. Desde então, a competição entre os tradicionais partidos e a “Frente Ampla”, uma nova coalizão eleitoral de esquerda, tem contribuído para estabilização da democracia. Em 1984, o país realiza sua primeira eleição presidencial e legislativa desde 1971, tendo sido vitorioso o partido Colorado e seu líder, Julio Sanguinetti. Em 1990 é sucedido por Luis Lacalle, líder do Partido “Blanco”. Em 1995, Sanguinetti é eleito novamente e em 1997 foram realizadas reformas constitucionais, tendo como objetivo a introdução de um sistema

maioritário absoluto para as eleições presidenciais, instituindo um sistema chamado de lemas (partidos) e o “voto simultâneo duplo” (Nohlen, 2005, p. 490).

Jorge Ibanez, membro do partido colorado, é eleito em 2000. Em 2004, é eleito para presidente Tabaré Vázquez, da Frente Ampla. Posteriormente, em 2009, é eleito José Mujica em primeira volta, ex-membro da guerrilha Tupamaro e também integrante da Frente Ampla. Em 2014, Tabaré Vázquez é eleito novamente em primeira volta para a presidência de 2015 a 2019, caracterizando 15 anos de mandato da Frente Ampla à frente do executivo nacional uruguaio.

Desta feita, Lanzaro (2003, p. 46) observa que após o restabelecimento democrático, ocorreu um realinhamento do sistema partidário uruguaio, tornando-se um multipartidarismo moderado, com fortalecimento da esquerda representado pela Frente Ampla.

Nas eleições de 2019, é eleito em segunda volta o candidato de direita Lacalle Pou, concorrendo pelo Partido Nacional contra o candidato governista Daniel Martínez da Frente Ampla.

5.5. O contexto histórico-político do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

O “Mercado Comum do Sul”, também conhecido por Mercosul é um processo de integração regional que tem sua origem no “Tratado de Assunção”, firmado em março de 1991 entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

Tem como objetivos a criação de um Mercado Comum, com a circulação de bens, serviços e fatores produtivos, a adoção de uma política comercial comum frente a terceiros, coordenação de políticas macroeconômicas e compromisso de harmonizar a legislação em áreas pertinentes (Mercosul, s.d.).

Em dezembro de 1994, fora aprovado o “Protocolo de Ouro Preto”, assumindo o Mercosul a condição de organismo com personalidade jurídica de Direito Internacional, cuja titularidade é exercida pelo Conselho de Mercado Comum. Em 1998 é editado o “Protocolo de Ushuaia”, estabelecendo a vinculação de seus membros com o compromisso democrático.

É permitida a adesão plena de outros Estados membros, ou somente como associados ou observadores. A Venezuela¹⁰ foi primeiro estado latino-americano a aderir o tratado constitutivo como membro pleno em 2012 e mais recentemente a Bolívia em 2015. São ainda estados associados o Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

A integração regional do Mercosul (Malamud, 2010 e 2011) seria um intento para “reconstruir” as fronteiras nacionais, como uma manobra protecionista em um processo conduzido e formalizado pelos Estados, em virtude da integração económica resultante da globalização¹¹.

Desta forma, para Malamud (2013, p. 279), o Mercosul seria um tipo “extremo de intergovernamentalismo”¹², denominado de “interpresidencialismo”, combinando a estrutura doméstica de democracia presidencial como uma estratégia de política externa, realizada mediante a negociação direta entre os presidentes e as chancelarias. Como consequência, o processo decisório requer a unanimidade entre os membros e a internalização de suas decisões constitui uma ineficiência executória, eis que a autoridade de implementação das políticas regionais reside nas burocracias nacionais que carecem de incentivos para as priorizarem.

¹⁰ Muito embora a Venezuela tenha concluído seu processo de adesão a condição de Estado pleno do Mercosul em 2012, fora suspensa em dezembro de 2016, por descumprimento de seu Protocolo de Adesão e novamente em agosto de 2017, com fundamento no parágrafo segundo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia, por violação à respectiva cláusula democrática. Outrossim, a Bolívia ainda se encontra em processo de adesão, eis que até o momento não houve ratificação do requerimento de ingresso ao bloco pelo Congresso brasileiro. Mercosul, s.d.

¹¹ A integração económica admitiria quatro etapas: a zona de livre comércio, a união aduaneira, o mercado comum e a união económica. A zona de livre comércio se caracterizaria por um âmbito territorial, no qual não existiriam fronteiras domésticas, de maneira que qualquer produto dos países membros poderiam entrar em outros sem pagar tributos como se fossem vendidos em seu próprio país. No que tange a união aduaneira estabelece uma tributação a ser pago por produtos provenientes de países terceiros, de maneira que os estados membros formam uma única entidade em âmbito internacional. Com relação ao mercado comum, é uma união aduaneira que se agrega a livre movimentação dos fatores produtivos como capital e trabalho, mobilidade de bens e serviços, com coordenação de políticas macroeconômicas e harmonização das legislações nacionais. Por fim, a união económica aprofunda a integração com a adoção de uma moeda e política monetária única. Malamud (2011, p. 57).

¹² Igualmente, Malamud (2011, p. 60) afirma que o estudo da integração regional compreende dois fenômenos distintos: o primeiro como “integração propriamente dita”, enquanto processo de formação de novas comunidades e por outro a “governança regional”, através dos mecanismos que regulam essas comunidades; tendo como principais teorias o “intergovernamentalismo liberal”, que considera a integração regional como resultado da soberania de um grupo de Estados vizinhos e a “governança supranacional”, concebendo a integração regional como um processo que a partir do momento que é iniciado, gera uma dinâmica própria, como é o caso da União Europeia.

Assim, o Mercosul (Malamud, 2012 e 2013) evoluiu de uma zona de livre comércio para uma união aduaneira, sem a construção de uma estrutura institucional significativa, com decisões tomadas por mecanismos intergovernamentais presidenciais, com ausência da sociedade na participação das discussões estatais que não conduziram a criação de instituições comuns ou delegação de soberania. Por conseguinte, sofre um processo de degradação, dissimulado pela retórica integracionista, chamada de “*dissonância cognitiva*”, podendo a curto prazo retroceder a uma zona de livre comércio.

Do mesmo modo, a integração regional (Malamud, 2013, p. 279) ainda enfrenta condições desfavoráveis como restrições estruturais, o culto da soberania estatal na qual as elites priorizam a autonomia e o empresariado o protecionismo, no qual as economias não têm aumentado a sua complementaridade, competindo tanto em mercados como em produtos. Para Malamud (2013, p. 279), o Mercosul “*cumpriu sua missão*”, eis que, muito embora a contribuição primordial resida na integração e democracia regional, cumpre uma função diferente para cada país membro e carece de uma identidade institucional comum.

Ressalta-se que o início da integração regional na América Latina (Malamud, 2019a, p. 158), a democracia não era objetivo ou condição, apenas após a terceira vaga de democratização, a democratização teve um papel central nos blocos regionais: no caso do Mercosul, o tratado fundamental fora assinado após o Paraguai deixar a ditadura do Presidente Stroessner. Da mesma forma, as cláusulas democráticas seriam instrumentos operativos como estratégia para induzir candidatos ou membros a cumprir com os padrões de democracia.

Não obstante, Malamud (2019a, p. 158) afirma que em alguns casos as violações aos princípios democráticos não são sancionadas, na medida que a aplicação da cláusula democrática depende de interesses geopolíticos, nacionais, ou materiais da potência regional. Conclui ainda que, na ausência de pressões externas, os interesses da potência regional explicariam o comportamento da organização regional. Desta forma, traz como exemplo as diferentes reações ao impeachment de Fernando Lugo no Paraguai em 2012 e de Dilma Rousseff no Brasil em 2016, eis que o Mercosul suspendeu temporariamente o Paraguai no primeiro caso, enquanto não se aventou tal discussão quando da ocorrência do impedimento da mandatária brasileira.

Ainda segundo o referido autor (Malamud, 2019a, pp. 164-165), a adoção de mecanismos de proteção democrática pelas organizações regionais latino-americanas não teria contribuído para consolidação da democracia, na medida que seu desempenho é ligado aos interesses dos governos, que procuram favorecer mais a estabilidade e soberania do regime do que a própria democracia.

Igualmente, para Malamud (2019b, p.40) as organizações regionais continuaram com uma função marginal para incentivar o desenvolvimento, eis que o comércio e oportunidades de investimento depende de polos extrarregionais como EUA e China. Contudo uma inesperada oportunidade pode surgir tendo em vista o aumento das atividades ilícitas, tráfico de drogas e corrupção em âmbito transregional, na medida que os Estados podem considerar necessário uma maior cooperação para enfrentar essas novas ameaças. Assim, ainda que paradoxalmente, o autor considera que a integração informal decorrente de atividades ilegais contribuiria para uma maior integração formal.

Não obstante, o Mercosul tem desenvolvido órgãos de sua estrutura institucional conforme definido no Protocolo de Ouro Preto, porém apenas de natureza consultiva, como a Comissão Parlamentar Conjunta, substituída pelo Parlamento do Mercosul, o Foro Consultivo Econômico e Social, o Instituto Social e o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos.

Igualmente, o Parlamento do Mercosul criou o “Observatório da Democracia”, órgão interno a sua estrutura, com o objetivo de fortalecer o Protocolo de Ushuaia acerca do compromisso democrático do Mercosul, tendo como principais atribuições acompanhar os processos eleitorais dos Estados que solicitem sua participação, coordenar ações do seu “Corpo de Observadores Eleitorais”, realizar atividades e relatórios solicitados pelo parlamento, apresentar relatórios anuais e estudos vinculados à democracia na região (Parlamento do Mercosul, 2008 e 2009).

Contudo, conforme exposto por Arlindo Chinaglia (2018, p. 11) então presidente do referido Observatório da Democracia, até dezembro de 2018, não se realizou nenhum estudo quanto a consolidação da democracia na região, tampouco fora estabelecido qualquer indicador ou estatística de análise da qualidade das eleições pelo referido órgão.

Ressalta-se que com a criação do Parlamento do Mercosul no ano de 2006, órgão unicameral e de representação cidadã de acordo com o critério demográfico, fora

estabelecido o ano de 2020 para que todos os seus membros fossem eleitos por sufrágio universal e direto, fato que somente ocorre com parlamentares do Paraguai e Argentina, pois Brasil, Uruguai e Venezuela¹³ ainda elegem seus representantes indiretamente entre os legisladores nacionais (Mercosul, 2015). Contudo, em abril de 2019, os Estados partes suspenderam esta determinação, a fim de que o parlamento seja integrado pelos legisladores dos parlamentos nacionais, até que seja realizada uma eleição simultânea em todos os membros (Mercosul, 2019a; 2019b; 2019c).

Desta feita, tal decisão corresponde um retrocesso democrático, impedindo o exercício da cidadania e conscientização da população acerca da importância e funcionamento de sua estrutura. Muito embora esteja prevista uma eleição simultânea, no protocolo adicional não há calendário definido ou mesmo forma de eleição, associado à ausência de uma estrutura efetivamente decisória e vinculativa, como já ocorre com o Parlamento europeu, bem como a resistência de delegação de competência pelas elites nacionais, obsta-se que o Parlamento do Mercosul seja um órgão central no desenvolvimento da política regional.

Outrossim, Chiazzaro (2019) considera que se aprofunda a desintegração do Mercosul, ante a nova conjuntura política decorrente da ameaça brasileira em deixar o bloco, a criação do Prosul (Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul), bem como a reconfiguração geopolítica de interesses comerciais bilaterais, principalmente sob a administração americana do presidente Trump.

Não obstante, para Malamud e Sousa (2005, p. 403) os parlamentos regionais podem complementar os processos de integração, mediante uma identidade regional entre as elites, a presença simbólica na organização pública e promoção face a terceiros. Todavia, ressaltam que (2005, p. 398) apenas o Parlamento Europeu desenvolveu um caráter supranacional e com poderes efetivos e próprios, tornando-se um elemento essencial da estrutura da União Europeia (Tabela 2), citando como principais fatores que contribuíram para essa estrutura em face dos processos de integração latino-americanos, (2005, pp. 402-403): em primeiro lugar o tempo, dadas as décadas de integração europeia e os processos recentes na América Latina.

¹³ O Parlamento do Mercosul, na XLV Sessão Ordinária, realizada em março de 2017, afirmando-se como órgão independente e autônomo, decidiu pela permanência dos parlamentares venezuelanos, manifestando tal decisão ao Conselho do Mercado Comum. Fonte: Parlamento do Mercosul, 2017.

Em segundo, a sequência, cuja estrutura da União Europeia foi desenvolvida pelo “método Monet”, com a função precedendo a forma e o “incrementalismo” preferido à institucionalização.

Em terceiro lugar, a disparidade no nível de integração, na medida que a União Europeia é um mercado comum, consolidando a união econômica, enquanto na América Latina não se alcançou a união aduaneira integral.

Em quarto, a criação de instituições supranacionais não pode estar desassociada do modo como funcionam a nível regional, dado que a instabilidade das instituições nacionais não seria base estável para integração regional.

Por fim, a natureza do regime nos Estados-membros, presidencialista ou parlamentar, possui implicações quanto à criação e desempenho dos parlamentos regionais, que tendem a replicar o esquema nacional. Isto porque, na Europa, os Parlamentos nacionais seriam instituições supremas, constituindo governos, enquanto na América Latina os governos presidencialistas são independentes do parlamento.

Tabela 2. Diferenças e Semelhanças entre o Parlamento Europeu e o Parlamento do Mercosul

		Parlamento Europeu	Parlamento do Mercosul
Representação	Eleição Direta	Sim	Não*
	Grupos Políticos	Permanentes, fortes	Não
	Accountability dos deputados	Aos eleitores dos círculos nacionais	Aos parlamentos nacionais
Legislação	Aprovação do orçamento regional	Sim	Não
	Competências Legislativas	Codecisão, consulta	Não**
	Direito de Iniciativa	Sim	Não***
	Mecanismos de decisão	Diferentes maiorias	Consenso
Controlo e	Censura do governo	Sim	Não

fiscalização	Fiscalização da burocracia	Sim	Não
Formação de Elites	Comissões	Permanentes e especializadas	Ad hoc
	Socialização	Forte	Fraca
<p><i>*Conforme estabelecido em abril de 2019, os membros do Parlamento do Mercosul serão designados entre os parlamentares nacionais até a realização de uma eleição simultânea. Contudo, cumprirão seus mandatos os parlamentares diretamente eleitos do Paraguai e Argentina</i></p> <p><i>**Competências de Controlo para efetuar pedidos de informações aos órgãos do Mercosul.</i></p> <p><i>***Proposições normativas encaminhadas ao Conselho de Mercado Comum e aos Parlamentos Nacionais para consideração.</i></p>			
Fonte: Adaptado de Malamud & Sousa, 2005			

5.6. Das Eleições e Democracia nos países do Mercosul

A região possui em sua história longa tradição na realização de eleições, ainda que não democráticas devido à restrição de sufrágio, utilização de fraudes para garantir a legitimidade dos detentores do poder, bem como tem sido marcada por instabilidade e alternância cíclica de experiências democráticas com diferentes tipos de regimes autoritários (Nohlen, 2005, p. 4; Freire, Cotias, & Menezes, 2018, p. 35). Do mesmo modo, segundo Huntington (2000, p. 26), as democracias latino-americanas têm sido nominadas de “*democracias por delegação, autoritárias, quasi-democracias ou governadas por homens fortes*”.

Ante constantes problemas com a implementação do estado de direito nas atividades eleitorais, uma característica concernente ao desenvolvimento democrático refere-se à administração das eleições. Isto porque, segundo Nohlen (2005), órgãos eficientes foram criados na seara eleitoral, levando a progressos quanto à credibilidade das eleições, através de uma justiça especializada, com a completa responsabilidade para o processo eleitoral, com exceção da Argentina, na qual o executivo nacional administra as eleições com a supervisão da autoridade judicial.

Outrossim, são persistentes as dificuldades em superar o baixo desenvolvimento econômico, a problemática do papel do Estado na economia, seja como indutor ou

empresário, com a tradicional cultura de ausência de distância entre o bem público e privado, em que os interesses deste último buscam se utilizar do primeiro para seu benefício, resultando em práticas como nepotismo, clientelismo, patrimonialismo e paternalismo (Nohlen, 2005, p. 10).

Os partidos políticos (Alcantara-Sáez, 2013, p. 36) ainda seguem mantendo pautas clientelares, com esquema de liderança caudilista e baixos níveis de institucionalização que os aproximam de ser máquinas eleitorais.

O ciclo eleitoral (Alcantara-Sáez & Gómez, 2019, pp. 201-202) é marcado por um contexto recorrente de denúncias sobre má gestão governamental, promovendo a percepção dos cidadãos de que os políticos perseguem prioritariamente seus próprios interesses e que pouco se esforçam para articular o destino da nação, expressando-se no aumento dos níveis de insatisfação frente às instituições liberais da região, com a consequente desconfiança e deterioração da credibilidade e institucionalidade democrática.

Igualmente, a questão do financiamento da política e sua correlação com a corrupção, o elevado custo das campanhas, em grande parte vinculadas aos meios de comunicação, assim como lacunas no ordenamento jurídico e sistemas de controle são as principais causas a considerar face ao binômio equidade e transparência (Zovatto 2008, p. 372 e Alcantara-Sáez, 2013, p. 43).

Carreras e Irepoglu (2013, pp. 609-610) consideram que, muito embora os processos eleitorais latino-americanos sejam descritos atualmente como razoavelmente livres e justos, ainda continuam sendo afetados pelo desigual acesso a mídia e ao financiamento para diferentes partidos, irregularidades no alistamento eleitoral e compra de voto. Uma das desigualdades refere-se à limitação de “tempo de tv” alocado aos partidos da oposição, eis que os partidos governamentais tendem a estar muito mais presentes nos *media*, ante a possibilidade de utilização dos recursos públicos para compra de anúncios, ou mesmo da utilização da mídia pública para favorecer a propaganda governamental.

Freidenberg (2017, p. 1097) argumenta que nos processos eleitorais da região houve melhora na qualidade quanto às dimensões da organização e dos direitos políticos,

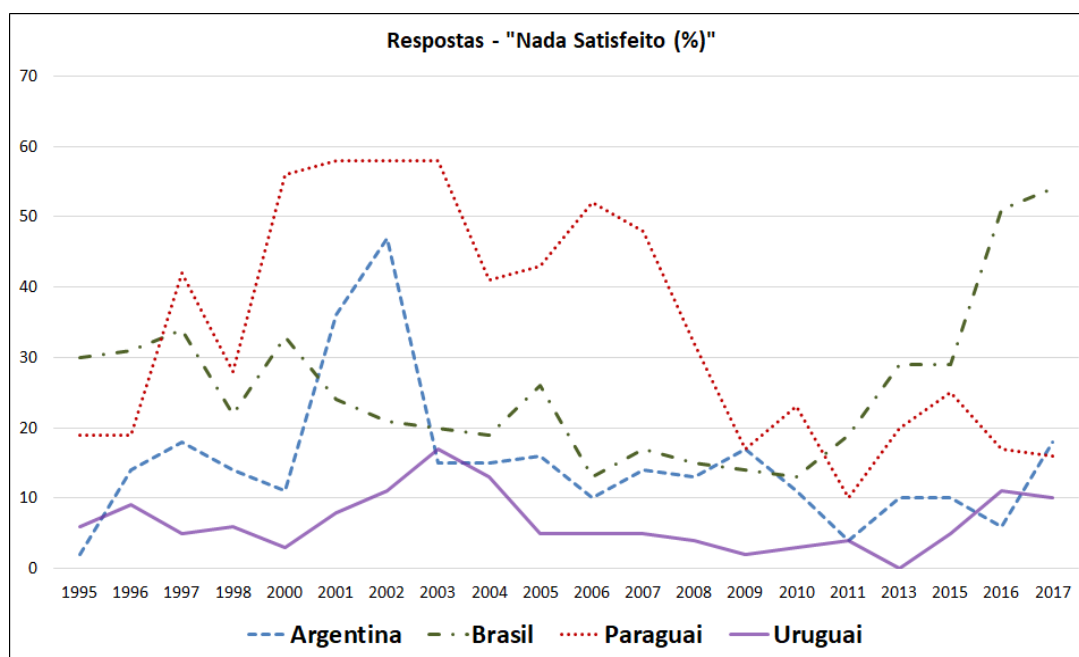
contudo permanecem os problemas quanto aos baixos níveis de confiança e insatisfação, bem como as condições desiguais e irregularidades.

Zovatto (2008, pp. 376-377) afirma que as democracias latino-americanas têm demonstrado um vigor eleitoral, contudo ainda caracterizadas pela recorrente debilidade institucional e uma cidadania de baixa intensidade, sendo necessário avançar no aperfeiçoamento da institucionalidade política e atores comprometidos com seu desenvolvimento. Ademais, a tentação autoritária, caracterizada por golpes de estado já não é uma alternativa, tendo sido suplantada por uma tendência ao neopopulismo. Os movimentos de oposição não tendem hoje a uma solução militar senão por líderes populistas que se apresentam como fora do poder tradicional e que prometem soluções inovadoras e por vezes autoritárias. Não obstante, apesar da presença de políticos demagogos, militares ambiciosos ou ideologias autoritárias, um dos maiores riscos a democracia é o desempenho econômico medíocre e a incapacidade dos governos frente às necessidades e demandas do cidadão.

Lagos (2018, p. 17) afirma que o ano de 2018 é um “ano horrível” para a América Latina, eis que a região retrocede em face da qualidade democrática e aumento da corrupção, com a piora na avaliação das instituições e da política conforme demonstram as pesquisas do Latinobarómetro. Ressalta ainda que a percepção de retrocesso é a mais alta em 23 anos, recebendo os governos uma ruim avaliação do desempenho econômico, com diminuição da classe média, devendo as lideranças de direita e esquerda liderarem o debate democrático.

A pesquisa de satisfação com a democracia nos países do Mercosul realizada pelo Latinobarómetro (2018) (Figura 5) tem demonstrado uma crescente insatisfação nos últimos anos, principalmente com a população brasileira, no qual a percentagem de respostas “nada satisfeito” passou de 13% em 2013 para 54% em 2017; a população uruguaia variou de 2% em 2009 para 10% em 2017; a população argentina oscilou de 4% em 2011 para 18% em 2017. Contudo, com relação ao Paraguai, é possível observar uma tendência contrária, diminuindo acentuadamente a percentagem de “nada satisfeitos” de 58% em 2002 para 16% em 2017.

Figura 5 - Satisfação com a Democracia - Latinobarómetro



“*Questão: Em geral, diria que está i. muito satisfeito, ii. bastante satisfeito, iii. não muito satisfeito ou iv. nada satisfeito com o funcionamento da democracia no (PAÍS)? Gráfico contendo somente as respostas - iv. nada satisfeito (em % do total).*” Fonte: Corporación Latinobarómetro, 2018.

Outrossim, Pereira, Cancela e Sanches (2019, p. 7) afirmam que a consolidação da democracia é erodida pela crise de confiança dos cidadãos, mediante um desenvolvimento negativo, porém ressaltam que a mesma não geraria obrigatoriamente o colapso do regime ou uma transição ao autoritarismo.

Castells e Calderón (2015, p. 20) afirmam que a partir do início deste século, a América Latina engendrou uma política estratégica de desenvolvimento liderada pelo Estado, com base na criação de uma infraestrutura produtiva e fornecendo recursos para gastos sociais. Apoiados em movimentos neopopulistas e partidos de esquerda, o sucesso fora decorrente das condições favoráveis da economia mundial, primordialmente da ascensão econômica chinesa e indiana, fornecendo um gigantesco mercado para as principais *commodities* exportadas pela região: agrícolas, matérias-primas e energia, associada a sua elevada cotação no mercado.

Contudo, a inabilidade dos países em transformar a economia para desenvolvimento de produtos com alto valor agregado, baseando o crescimento econômico no setor extractivista, sofreu o impacto das flutuações do mercado

internacional, dada a redução do consumo chinês e queda dos preços das principais *commodities*. Igualmente, a consolidação de regimes estatistas, controlado por partidos poderosos, evolui para um estado patrimonial, no qual o acesso a empresas públicas se tornou uma fonte de financiamento, induzindo à corrupção política (Castells & Calderón, 2015, p. 21).

Por conseguinte, devido à deterioração das condições de vida sob o impacto de políticas de estagnação econômica e austeridade, aliada às denúncias de corrupção, desencadearam-se movimentos sociais que demandaram novas formas de representação política e que, inicialmente espontâneos, dirigidos por uma população mais jovem, logo tiveram apoio da classe média, preocupada com a perda de privilégios. Por conseguinte, a região entrou num período de instabilidade política em 2015, eis que a estrutura social formada durante o período de crescimento da década de 2000 não correspondia aos agentes políticos que chegaram ao poder através da luta contra o neoliberalismo, com a consequente fratura da sociedade e a redução do modelo desenvolvimentista estatal (Castells & Calderón, 2015, p. 21).

CAPÍTULO VI

6. A integridade eleitoral nos países do Mercosul

A abordagem da integridade eleitoral dos países do Mercosul tem como fundamento uma análise descritiva e comparada, iniciando pelos relatórios das missões de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos-OEA e União Europeia.

Na sequência, o enfoque longitudinal, com referência aos dados obtidos do projeto “Variedades da Democracia (V-Dem)” e do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional).

Com relação às dimensões do ciclo eleitoral, a investigação assenta-se no projeto da “Percepção da Integridade Eleitoral”, enfatizando os media, financiamento e autonomia dos órgãos de administração eleitoral. Finalmente, destaca-se o fenômeno da compra de voto, com fundamento nas pesquisas do Latinobarómetro.

6.1. Informe e Relatórios das Missões de Observação Eleitoral

Como já discorrido, a observação eleitoral é um dos instrumentos para avaliar a integridade eleitoral, compilando informações acerca do processo eleitoral e emitindo recomendações para o aperfeiçoamento, ressaltando o convite formal do Estado parte como requisito necessário para que a missão ocorra.

A presente investigação aborda os relatórios das Missões de Observação da Organização dos Estados Americanos (OEA) para as eleições gerais do Paraguai (2013 e 2018) e Brasil (2018), bem como da União Europeia realizada no Paraguai em 2018.

6.1.1. Missões de Observação Eleitoral no Paraguai: Organização dos Estados Americanos (eleições gerais de 2013 e 2018) e União Europeia (eleições gerais de 2018)

O Informe da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos nas eleições gerais de 2013 no Paraguai (OEA, 2013) constatou as principais deficiências, bem como sugeriu as seguintes recomendações:

Quanto ao Órgão de Administração Eleitoral, a missão sugeriu reformar composição em todos os níveis hierárquicos, haja vista ter sido constatado declarações de alguns integrantes, demonstrando vínculo partidário e ausência de imparcialidade do processo eleitoral (OEA, 2013, p. 42).

Com relação aos delitos, a missão observou a entrega de dinheiro com o fim de promover a votação em algum candidato, bem como testemunhou uma prática conhecida como “encerrona ou corralón”, na qual membros de comunidades indígenas são transportados aos lugares de votação em dias anteriores ao pleito e confinados em estâncias da região (OEA, 2013, p. 42).

No que tange à cobertura dos meios de comunicação, alguns candidatos foram excluídos dos debates televisivos e a cobertura de suas atividades. Observou-se ainda, a prática de divulgar pesquisas de boca de urna anteriormente ao encerramento da votação, com potencial de distorção da vontade popular, bem como se recomendou a melhora da precisão metodológica (OEA, 2013, p. 43).

Acerca do controle do financiamento eleitoral, observou-se fracos mecanismos de controle governamental do financiamento de origem privada e a falta de limites de gasto para campanhas, recomendando-se aprimorar a legislação. Quanto à paridade de gêneros, observou-se a baixa incidência das mulheres nos cargos eletivos, recomendando a reforma legislativa para uma maior participação feminina, definindo mecanismos concretos a fim de assegurar recursos para as respectivas campanhas, bem como melhorar a paridade de gênero nas esferas do Tribunal Eleitoral (OEA, 2013, p. 43).

No tocante ao Informe preliminar da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos nas eleições gerais de 2018 no Paraguai (OEA, 2018a) constatou-se que poucas horas após a abertura dos centros de votações, foi observada a disseminação de projeções de sondagens, caracterizando uma prática reiterada, muito embora seja proibida pela legislação. As pesquisas demonstraram um claro vínculo entre empresas, *media* e partidos políticos, constituindo sua difusão durante a votação um mecanismo de manipulação (OEA, 2018a, p. 4).

Dentre os países da região, ainda possui o menor nível de representação feminina em suas câmaras legislativas, resultado de uma legislação de cotas deficiente, eis que desde 1996, o Código Eleitoral estabelece para as eleições internas dos partidos uma cota

mínima de 20% a favor das mulheres. Tal mecanismo atuaria como um freio ao invés de impulsionar a participação feminina, tendo seus efeitos agravados pelo comportamento burocrático e reducionista das organizações partidárias, que alocam as mulheres na percentagem mínima exigida pela lei (OEA, 2018a, p. 5).

Com relação ao Financiamento de Campanha, existe um modelo de financiamento misto, combinando-se recursos de origem pública e privada. Com relação ao financiamento público, o Estado fornece recurso para o funcionamento de organizações políticas (chamada de contribuição estatal) e para campanhas eleitorais (subsídio eleitoral). Este último se distribui em função do número de votos que obteve cada partido e a sua entrega se realizando posteriormente às eleições. Desta forma, os partidos que desejam realizar as atividades de campanha devem utilizar recursos privados até o momento em que se deposita o subsídio. Contudo, muitos dos partidos não contam com os fundos suficientes e o acesso ao crédito está sujeito a projeções eleitorais, tendo a missão recomendado o financiamento público anteriormente às eleições (OEA, 2018a, pp. 6-7).

Quanto à prestação de contas, houve a implementação da primeira fase do Sistema Nacional de Financiamento Político, um *software* que facilitaria a transparência do registro das contas partidárias, contudo a missão constatou que os órgãos de controle não contam com ferramentas de verificação e auditorias adequadas (OEA, 2018a, p. 7).

Relativamente ao financiamento público indireto, os canais de rádio e televisivos devem destinar gratuitamente uma percentagem dos espaços diários aos partidos, durante dez dias anteriores ao encerramento das campanhas. Muito embora as disposições eleitorais determinem que a distribuição dos espaços deve ser realizada de maneira igualitária, uma resolução emitida pelo Tribunal Eleitoral transfere aos media os poderes para atribuir a pauta, o que pode dar origem a tratamento discricionário e desigual (OEA, 2018a, p. 7).

Por fim, a missão observou a falta de regulamentação acerca dos sistemas de financiamento nas eleições internas dos partidos, permitindo a utilização de dinheiro de fontes desconhecidas do sistema político, recomendando-se aprimorar a fiscalização sobre os recursos para as campanhas primárias dos partidos (OEA, 2018a, p. 7).

O Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia - MOE-UE (2018) acerca das eleições gerais do Paraguai de 2018, teve como recomendações os principais pontos:

Com relação ao órgão de administração eleitoral, aprimorar a estrutura imparcial do órgão, estabelecer mecanismos efetivos de aplicação das decisões do Tribunal Eleitoral e permitir a recontagem dos votos em caso de discrepância nos resultados eleitorais, aprimorando a transparência e a credibilidade das eleições (Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Paraguai-MOE-UE, 2018, p. 27).

No que tange ao financiamento de campanhas, o financiamento das eleições primárias deveria ser incluído na legislação nacional, a fim de incrementar o nível de transparência e controle dos grupos políticos, incluindo a identificação e origem dos recursos e estabelecendo limites de gastos das campanhas eleitorais, assim como aprimorar os mecanismos de supervisão e auditoria dos gastos pela Corte Eleitoral (MOE-UE, 2018, p. 27).

Do mesmo modo, recomendou-se a adoção de mecanismos efetivos para sancionar as irregularidades eleitorais, a proibição do transporte de eleitores pelos partidos políticos no dia de votação, descriminalizar o delito de difamação, bem como aprimorar o registro civil de indígenas a fim de garantir a participação nos assuntos públicos (MOE-UE, 2018, p. 28).

6.1.2. Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos para o Brasil - eleições gerais de 2018

O Relatório da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos-OEA (2018b) referente às eleições gerais brasileiras de 2018 constatou que, apesar da complexidade da organização das eleições, face às dimensões territoriais e número de eleitores, a Justiça Eleitoral possui um sistema de votação profissional, consistente na urna eletrônica, que foi capaz de obter resultados de maneira segura e rápida, garantindo transição de poder pacífica (OEA, 2018b, p. 40).

Contudo, com relação ao sistema de votação eletrônica, recomendou-se assegurar a presença de técnicos dos partidos nas diversas instâncias de fiscalização das urnas, certificando-as sob as normas de padrões internacionais (OEA, 2018b, p. 39). Igualmente,

ampliar a implementação do registo biométrico, que identifica o eleitor através da sua impressão digital, ressaltando que dos 147.306.275 eleitores registados para votar em 2018, 59% utilizaram a biometria, reconhecendo-se a utilidade da medida para evitar a duplicação dos registos e falsificações na identidade do eleitorado (OEA, 2018b, p. 20).

Não obstante, quanto ao registo eleitoral, houve revisão excecional do registo efetuado entre 2016 e 2018, com o cancelamento de 3.368.447 títulos eleitorais. Muito embora tal procedimento esteja previsto na legislação para eliminação de pessoas falecidas ou títulos duplicados, aventa-se a possibilidade de que um cidadão que não esteja ciente da necessidade de atualizar o registo ou tenha dificuldade em comparecer ao cartório eleitoral não seja habilitado ao exercício do sufrágio (OEA, 2018b, p. 19).

Com relação ao registo de candidaturas, observou-se que o período de análise e julgamento fora realizado simultaneamente com as atividades de campanha, existindo registos não julgados no dia de votação (OEA, 2018b, p. 6).

A missão também constatou a divulgação de notícias falsas por meio de redes sociais e serviços de mensagens na internet, com utilização de sistemas criptografados para difusão massiva de desinformação, intensificado no segundo turno, principalmente através de plataformas como o Whatsapp (OEA, 2018b, p. 17). Da mesma forma, agressão aos jornalistas em redes sociais e ferramentas digitais, através da exposição indevida de imagem, sugerindo que seria simpatizante de determinada ideologia e incitando a sua agressão, em clara violação ao direito da liberdade de expressão.

Concernente à participação política das mulheres (OEA, 2018b, pp. 21-22), o país possui um dos níveis mais baixos de representação feminina no legislativo, apesar da disposição legislativa determinando aos partidos a apresentação mínima de 30% como cota de gênero nas eleições. Na Câmara dos deputados, as mulheres ocupam 15% dos assentos, enquanto no Senado Federal o percentual é de 16%. O relatório considera ainda que a ausência de eficácia não ocorre apenas pelo baixo percentual da cota, mas também em face do sistema de listas abertas, não garantindo lugares para as mulheres, a dificuldade destas ao acesso de recursos, assim como o comportamento dos dirigentes que concentram os recursos em algumas poucas candidatas, muitas vezes suplentes e consideram a percentagem de 30% como limite máximo e não piso mínimo.

Relativamente à participação política dos povos indígenas e afrodescendentes, a missão verificou que não existem dados sobre a taxa de alistamento e participação de indígenas e quilombolas, assim como há uma sub-representação dos mesmos tanto em face das candidaturas apresentadas, quanto dos Congressistas eleitos (OEA, 2018b, p. 22). Ressalta-se que, para Nicolau e Stadler (2016), o sistema brasileiro de representação proporcional de lista aberta é caracterizado como uma grande barreira institucional.

No que tange ao financiamento político (OEA, 2018b, p. 20), há um sistema misto, de origem privada e pública. Além do financiamento pelo fundo partidário, no qual há disponibilização de recursos pelo Estado aos partidos para garantir o seu funcionamento ordinário, nas eleições de 2018, o financiamento público também contou com o “Fundo Eleitoral de Campanha”, para as agremiações partidárias apresentarem seus candidatos e propostas.

Conforme a legislação, a fórmula de distribuição dos recursos obtidos é definida internamente por cada partido, tendo a missão observado que há concentração de recursos nos candidatos que já contam com grande nível de popularidade entre o eleitorado.

Igualmente, Avelino e Fisch (2019, p. 172) afirmam que, com o financiamento público das eleições brasileiras, a alocação dos recursos para as campanhas é concentrada em grandes partidos, com distribuição mediante a decisão de seus respectivos líderes e geralmente concentrada em determinados candidatos.

Outrossim, introduziu-se mudanças significativas acerca do financiamento privado, tendo o Supremo Tribunal Federal declarado a inconstitucionalidade das doações de empresas aos partidos, bem como o Tribunal Superior Eleitoral definiu limites de gastos para as Campanhas, considerado como fator a possibilitar maior equidade na disputa. Verificou-se também a redução dos gastos de campanha face a 2014, com a redução de propaganda eleitoral em via pública.

No tocante ao controlo das finanças partidárias (OEA, 2018b, p. 21), o órgão de administração eleitoral (Tribunal Eleitoral) dispõe de uma aplicação chamada de Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, no qual há o registo das operações financeiras dos partidos e candidatos, permitindo ao cidadão o acompanhamento das informações prestadas e contribuindo para a transparência das contas eleitorais.

Quanto ao regime sancionatório (OEA, 2018b, p. 21), a legislação prevê multas pecuniárias para recursos irregulares, porém o seu pagamento pode ser descontado do fundo partidário, carecendo tais sanções de um efetivo impacto dissuasivo.

Por fim, constatou-se agressividade durante o pleito eleitoral, seja na retórica, quanto na agressão física, bem como pela polarização, com uso de discursos ofensivos, homofóbicos e racistas por parte de alguns candidatos, acabando por desviar o eixo do debate político (OEA, 2018b, pp. 7-8).

Tabela 3. Principais deficiências abordadas pelas Missões de Observação Eleitoral

Ciclo Eleitoral	Paraguai	Brasil
Legislação	-Ausência de mecanismos sancionatórios efetivos para coibir as irregularidades	-Legislação prevê multas pecuniárias com baixo impacto dissuasivo;
Recenseamento	-Irregularidades no registro civil de indígenas;	-Cancelamento de títulos, com a possibilidade de um cidadão que não atualize ou compareça ao cartório eleitoral não seja habilitado ao sufrágio;
Registro de Candidatos	-Baixo nível de representação feminina e indígenas; -Alocação de candidaturas femininas na cota mínima de 20%;	-Análise das candidaturas é realizada em simultâneo com a campanha, com registros não julgados no dia da votação; -Baixo nível de representação feminina, indígena e afrodescendente; -Alocação de candidaturas femininas na cota mínima de 30%;
Media	-Candidatos excluídos dos debates; -Divulgação de pesquisas e sondagens durante a votação;	-Divulgação de notícias falsas nas redes sociais e serviços de mensagens;
Financiamento de Campanha	-Ausência de controlo do financiamento privado e limite de gastos; -Financiamento público após o pleito eleitoral, proporcional ao número de votos recebidos; -Ausência de regulamentação e controlo do financiamento partidário;	-Distribuição dos recursos públicos obtidos é definida pelos próprios partidos, concentrando os recursos em poucos candidatos. -Financiamento público distribuído maioritariamente para grandes legendas partidárias;

Processo de Votação	-Transporte de eleitores por partidos políticos; -“Encerrona ou corralón”- transporte e confinamento de indígenas; -Compra de votos, mediante a entrega de dinheiro;	-Ausência de técnicos dos partidos na fiscalização das urnas de votação eletrônica e respetiva certificação sob os padrões internacionais;
Contagem dos Votos	-Recontagem dos votos não permitida;	
Órgão de Administração Eleitoral	-Ausência de imparcialidade; -Declarações demonstrando vínculo partidário; -Ausência de auditoria adequada para verificação das contas de campanha;	-Ausência de mecanismos para coibir a divulgação de notícias falsas e agressividade durante o pleito eleitoral, permitindo-se discursos ofensivos, homofóbicos e racistas; -Fiscalização da integridade da urna eletrônica;

Fonte: Elaboração do autor.

6.2. Dos índices do projeto “Variedades da Democracia (V-Dem)” e Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional)

A integridade eleitoral é analisada também mediante estudos de especialistas, tais como o projeto “Variedades da Democracia (V-Dem)” e Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional).

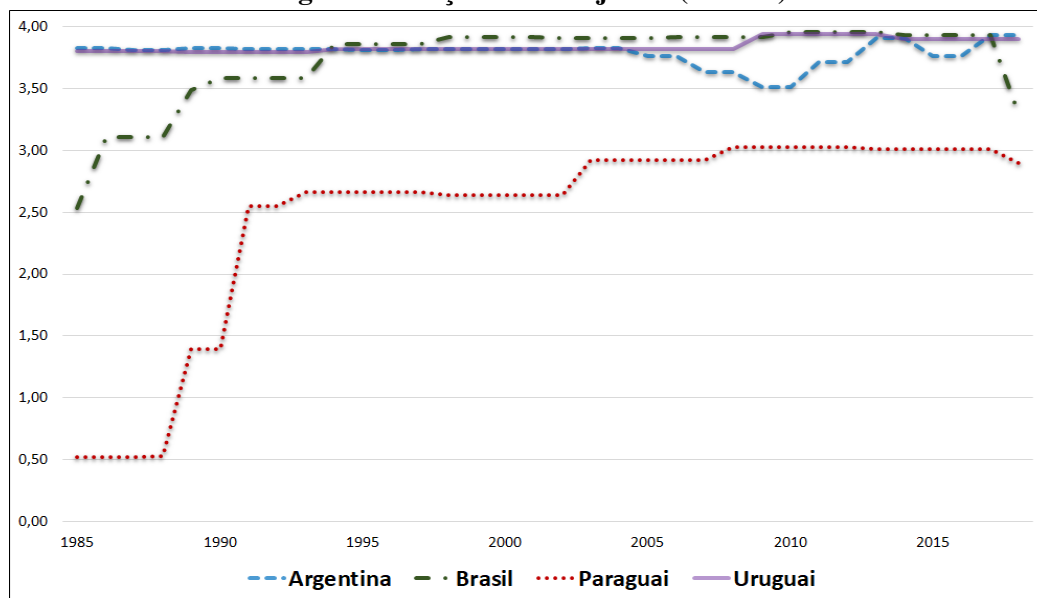
Os índices apresentados pelo projeto Variedades da Democracia (V-Dem) “eleições livres e justas” (Figura 6), bem como o índice “eleições limpas” (Figura 7) do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional) permitem uma análise longitudinal da qualidade eleitoral, comparando-se os países membros do Mercosul desde a redemocratização.

O índice “eleições livres e justas” do projeto “Variedades da Democracia” (Figura 6) fundamenta-se nos aspetos do período eleitoral, a fim de questionar se a eleição nacional é livre e justa.

Depreende-se que para o Uruguai, Argentina e Brasil, as eleições são consideradas livres e justas, ocorrendo alguma quantidade de erro humano e restrições logísticas, porém não intencionais e sem consequências significativas.

Porém, cumpre observar a queda do índice brasileiro após 2015, situando-se no patamar intermediário, com existência de deficiências e algum grau de irregularidades, mas que não afetaram o resultado, como é o caso do Paraguai.

Figura 6. Eleições livres e justas (V-Dem)



Questão: Tendo em conta todos os aspetos do período pré-eleitoral, do dia das eleições e do processo pós-eleitoral, considera esta eleição nacional livre e justa?

Valores:

0: Não. As eleições foram fundamentalmente imperfeitas e os resultados oficiais não refletem a 'vontade popular';

1: Não. Embora as eleições permitissem alguma competição, as irregularidades afetaram o resultado da eleição;

2: Ambíguo. Houve concorrência substancial e liberdade de participação, mas também houve irregularidades significativas, sendo difícil determinar se as irregularidades afetaram o resultado ou não;

3: Sim, porém com deficiências e algum grau de fraude e irregularidades, mas que não afetaram o resultado;

4: Sim. Houve alguma quantidade de erro humano e restrições logísticas, mas estas foram não intencionais e sem consequências significativas."

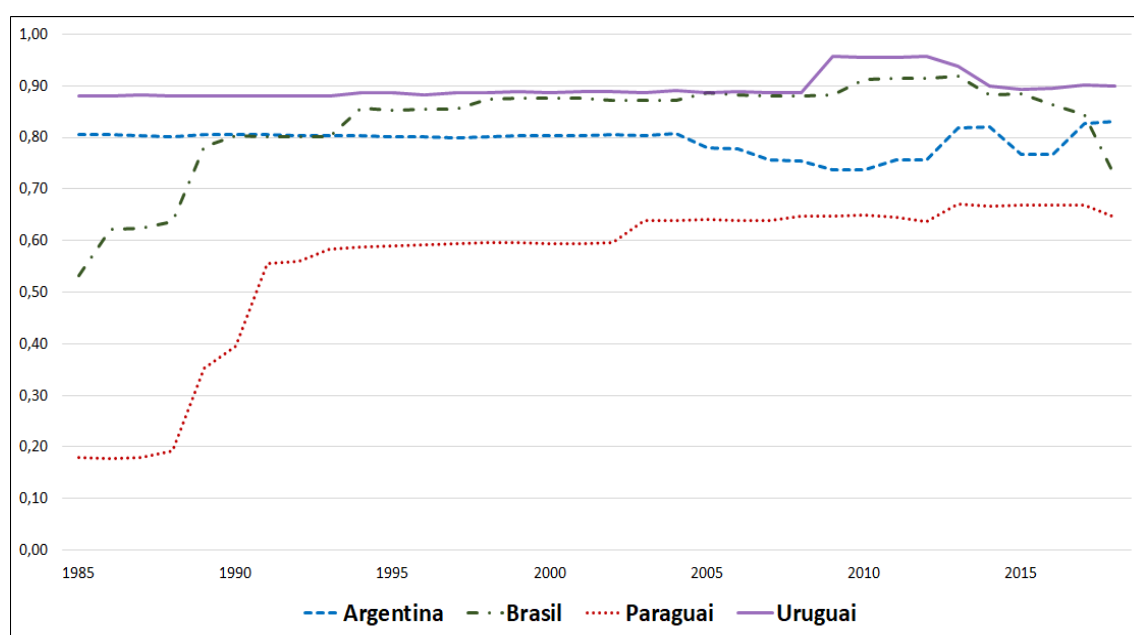
Índice agregado: eleições livres e justas (v2elfrfair).

Fonte: Projeto Variedades da Democracia (V-Dem). Coppedge et al., 2019 e 2019b.

Por sua vez, o índice “eleições limpas” do IDEA Internacional (Figura 7) considera a ausência de irregularidades no recenseamento e campanha, fraude na contagem dos votos e intimidação dos eleitores. Novamente, observa-se os índices mais elevados (acima de 0,7) para Uruguai, Argentina e Brasil em face do Paraguai (acima de 0,6).

Observa-se, ainda, uma melhoria da qualidade do processo eleitoral do Brasil e Paraguai no período de 1985 a 1992, coincidindo com a redemocratização dos referidos países e a consequente constituição do Mercosul.

Figura 7. Eleições Limpas (1985-2018) - IDEA



Nota: Intervalo, de baixo para alto (0-1).

O Índice “Eleições limpas” denotam até que ponto as eleições estariam livres de irregularidades, tais como no recenseamento e campanha, a ocorrência de intimidação dos eleitores e fraude na contagem dos votos.

Fonte: Skaaning (2018, p.14) e IDEA, 2018.

Insta salientar a queda dos índices brasileiros após 2015, haja vista a destituição da presidente Dilma Rousseff, mediante um *impeachment* parlamentar, o contexto de crise econômica e o aumento da insatisfação popular ante o desempenho democrático.

Os referidos projetos demonstram que se equiparam os índices brasileiros, argentinos e uruguaios: as eleições são livres e justas, com alguma quantidade de erro humano e restrições logísticas, porém não intencionais e significativas. O Paraguai, por sua vez, permanece com deficiências, fraudes e irregularidades, mas que não acabam por afetar o resultado geral da eleição.

6.3. Índice da “Percepção da Integridade Eleitoral”

O projeto da “Percepção da Integridade Eleitoral” (Norris, 2015) também decorre de avaliações de especialistas para aferir a integridade eleitoral, com a característica de desagregar as dimensões do ciclo eleitoral (Anexo 8 e *seguintes*).

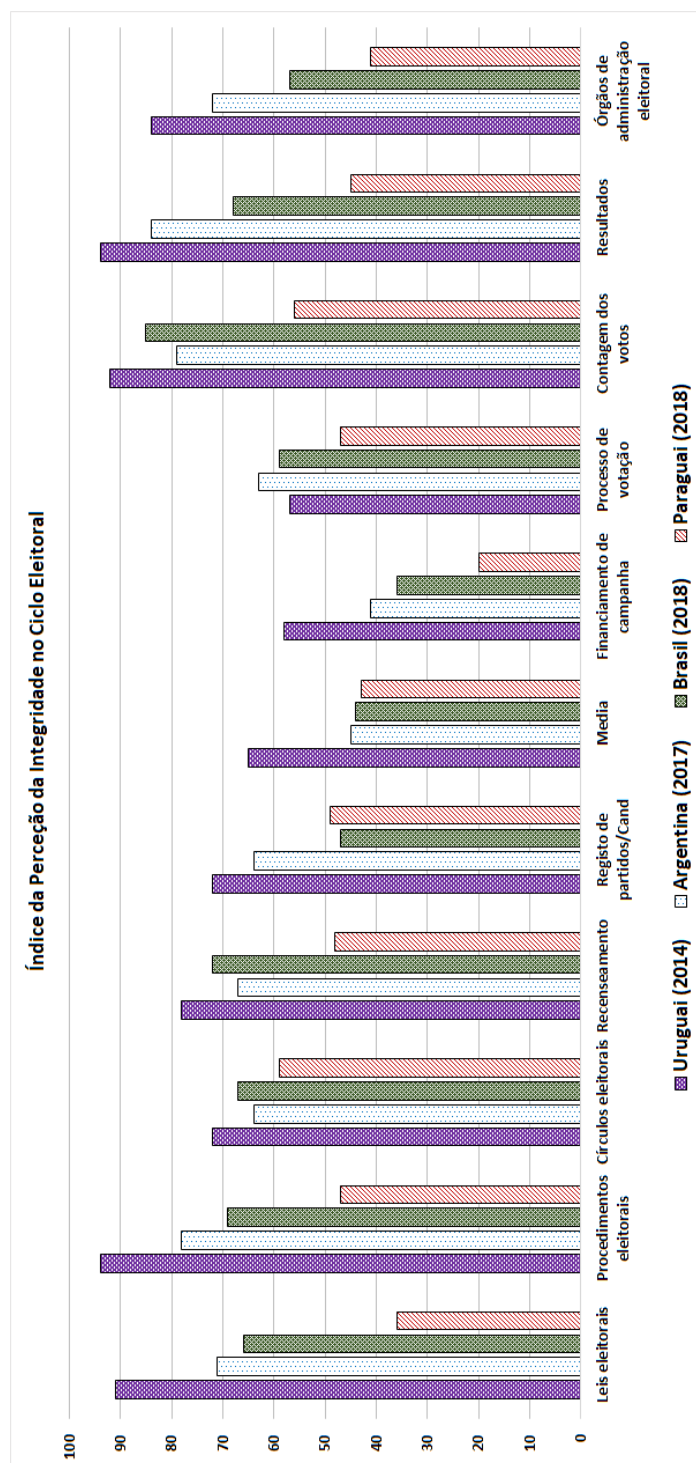
A presente dissertação tem como fonte o índice da “Percepção da Integridade 7.0” (Norris e Gromping, 2019), que classifica cada dimensão do ciclo eleitoral em uma variação de 0 (mais baixo) até 100 (mais alto), compreendendo cinco categorias: i. Muito baixo, com valores menores de 40; ii. Baixo, com valores entre 40-49; iii. Moderado, com valores entre 50-59; iv. Alto, com valores entre 60-69 e; v. Muito alto, com valores acima de 70.

No âmbito do Mercosul, Uruguai, Brasil e Argentina possuem índices mais elevados em face do Paraguai em cada etapa do Ciclo Eleitoral (Figura 8 e Anexo 20).

Os procedimentos eleitorais, contagem dos votos e resultados receberam as melhores avaliações. Com relação aos procedimentos (Anexo 11), as eleições foram bem gerenciadas, com informações amplamente disponíveis, funcionários eleitorais justos e eleições conduzidas conforme previsto na legislação. Quanto à contagem dos votos (Anexo 18), as urnas estavam seguras, os votos contados de maneira imparcial e resultados anunciados sem demora injustificada. Quanto aos resultados (Anexo 19), sublinha-se que não foram desencadeados protestos violentos.

A semelhança existente entre os membros do Mercosul reflete-se nos índices círculos eleitorais e processo de votação. Conforme se depreende do inquérito realizado face aos círculos eleitorais (Anexo 12), os distritos não discriminaram os concorrentes e tampouco favoreceram os incumbentes. Quanto ao processo de votação (anexos 16 e 17), o mesmo foi considerado fácil, ressaltando que se considerou a existência de alguns votos fraudulentos no Paraguai, bem como o Uruguai não permitiu a votação de cidadãos no exterior.

Figura 8. Índice da Percepção da Integridade no Ciclo Eleitoral

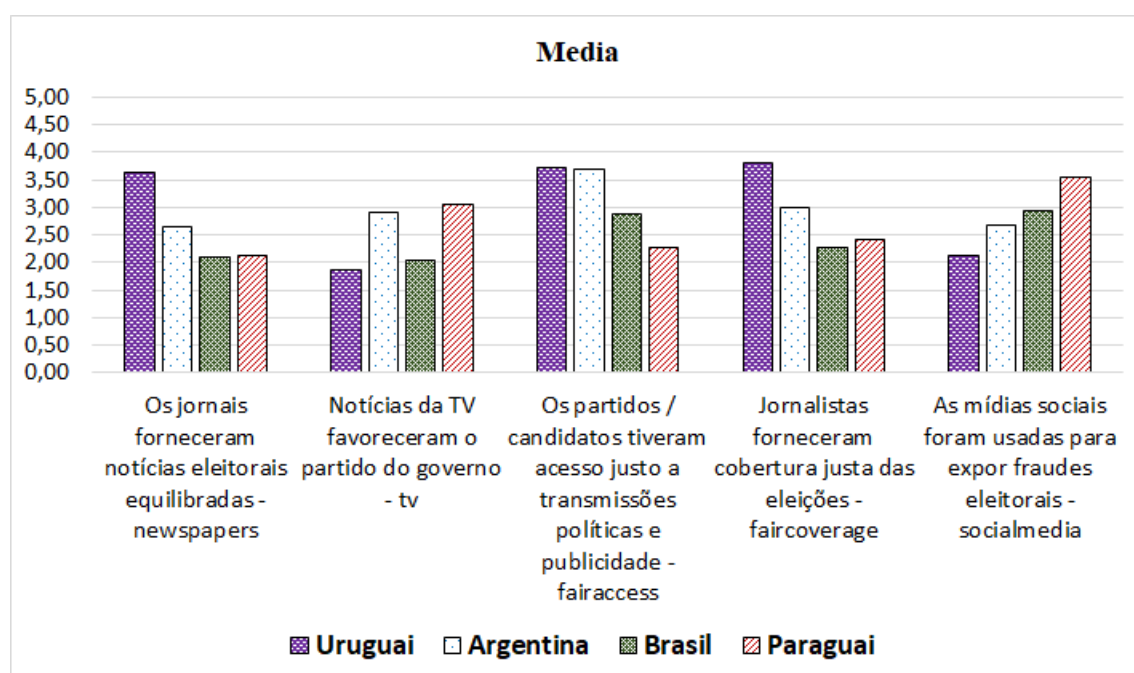


Índice de “Percepção da Integridade Eleitoral (7.0)” imputado, classificado em escala a partir de 0 (mais baixo) até 100 (mais alto). Classificação do índice em cinco categorias: 1. Muito baixo (menos de 40); 2. Baixo (40-49); 3. Moderado (50-59); 4. Alto (60-69); 5. Muito alto (70 ou mais). Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Outrossim, as principais deficiências dos membros do Mercosul consistem no financiamento de campanha e *media*, com o índice demonstrando baixos padrões para Argentina, Brasil e Paraguai. Desta feita, cumpre explorar os inquéritos realizados para cada respectiva dimensão.

Com relação aos *media* (Figura 9), ressaltando o Uruguai, os jornais não forneceram notícias equilibradas das eleições, muito embora os partidos e candidatos possam ter relativo acesso às transmissões políticas e publicidade.

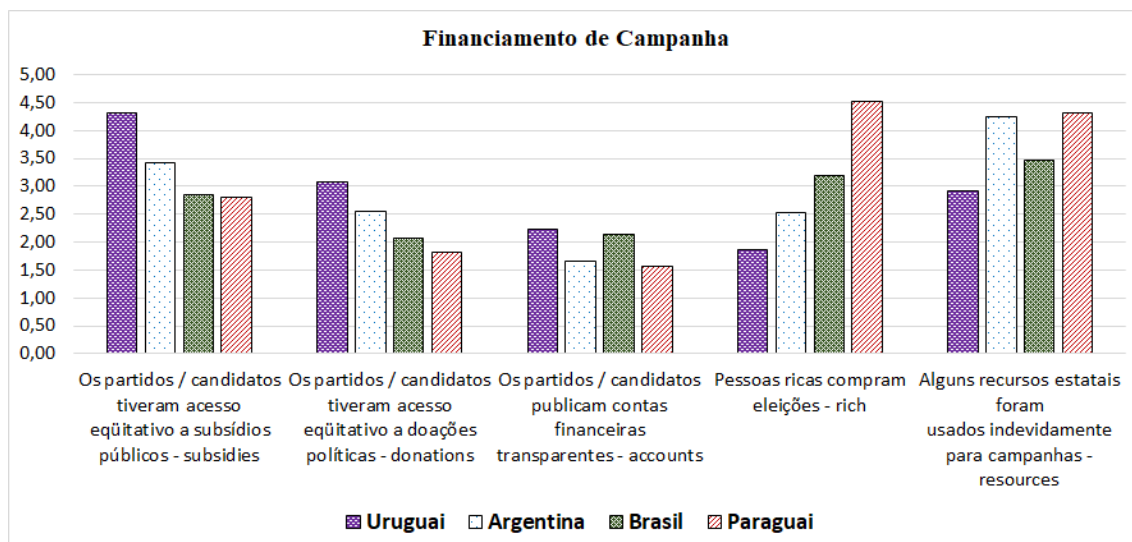
Figura 9. Media - “Percepção da Integridade Eleitoral”



“Pensando na cobertura da mídia sobre essas eleições, você concorda ou discorda das seguintes declarações?” Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: *Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0)*. Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Quanto ao financiamento eleitoral (Figura 10), considerando Argentina, Brasil e Paraguai, depreende-se que os partidos e candidatos não tiveram um acesso equitativo às doações políticas, bem como recursos estatais foram indevidamente utilizados para as campanhas. Todavia, ressaltando uma característica comum entre os membros do Mercosul, as contas financeiras dos partidos e candidatos não são publicadas de maneira transparente.

Figura 10. Financiamento de Campanha - “Percepção da Integridade Eleitoral”



Quanto ao financiamento de campanhas, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Ressalta-se ainda, quanto ao Paraguai, o inquérito apontando que pessoas ricas comprem eleições (Figura 10), demonstrando que o elevado patrimônio financeiro do candidato acabaria por influenciar as opções apresentadas ao eleitorado e impactando na integridade do pleito.

6.4. Autonomia dos órgãos de administração eleitoral

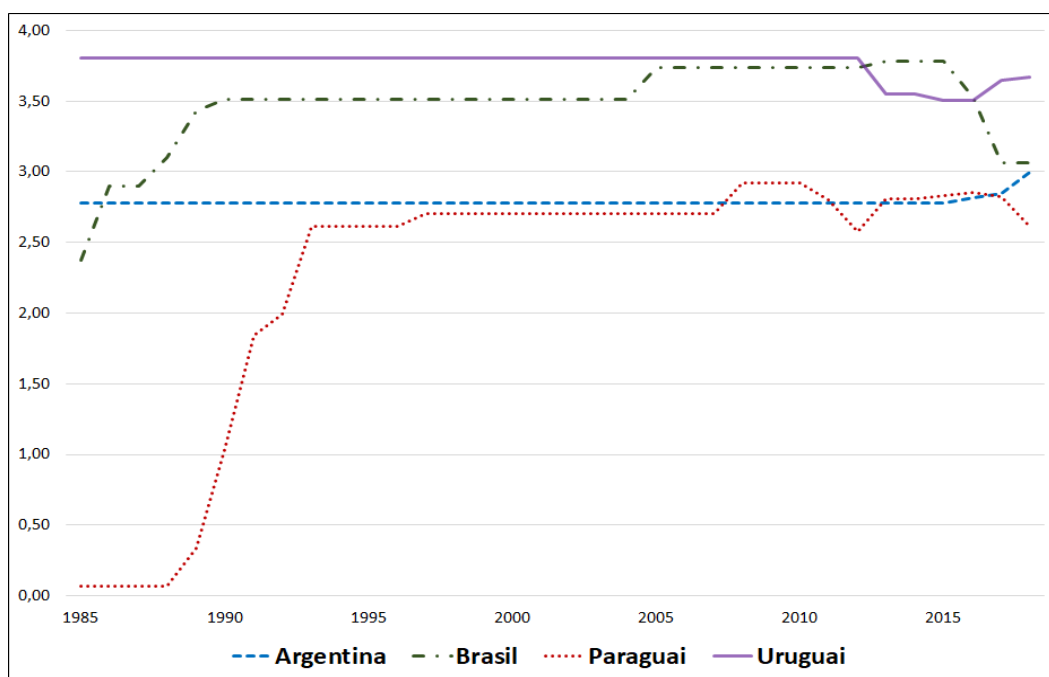
Quanto aos órgãos de administração eleitoral, como já sublinhado no capítulo V, os países criaram uma estrutura eficiente, conferindo credibilidade às eleições, seja através da justiça especializada como ocorre no Brasil, Uruguai e Paraguai, seja através da administração do executivo, com supervisão judicial no caso argentino.

Conforme dados do projeto Variedades da Democracia (Figura 11), o Uruguai permanece com o melhor índice, no qual o Órgão de Administração Eleitoral pode ser considerado autônomo e aplicando a legislação de forma imparcial.

Observa-se ainda uma queda na qualidade do órgão brasileiro após 2014, equiparando-se a Argentina: não obstante os órgãos de administração eleitoral de ambos os países possam ser influenciados pelo governo em questões pontuais, ainda mantêm a imparcialidade e não influenciam o resultado.

Quanto ao respectivo órgão paraguaio, situa-se numa zona intermediária, considerando que possui alguma autonomia, mas também é parcial, na medida que pode ser influenciado pelo governo, não restando claro sua influência face ao resultado eleitoral.

Figura 11. Autonomia do órgão de administração eleitoral (V-Dem)



Questão: O Órgão de Administração Eleitoral (OAE) tem autonomia do governo para aplicar as leis eleitorais e as regras administrativas de forma imparcial nas eleições nacionais?
Respostas: 0: não. O OAE é controlado pelo governo em exercício, pelos militares ou por outro órgão governamental de facto.

1: um pouco. O OAE tem alguma autonomia em algumas questões, mas é parcial em questões críticas que influenciam o resultado das eleições;

2: ambíguo. O OAE tem alguma autonomia, mas também é parcial, e não está claro até que ponto isso influencia o resultado da eleição.

3: quase. O OAE tem autonomia e age imparcialmente quase o tempo todo. Pode ser influenciado pelo corpo governante, porém não influenciam o resultado das eleições.

4: sim. O OAE é autônomo e aplica de maneira imparcial as leis eleitorais.

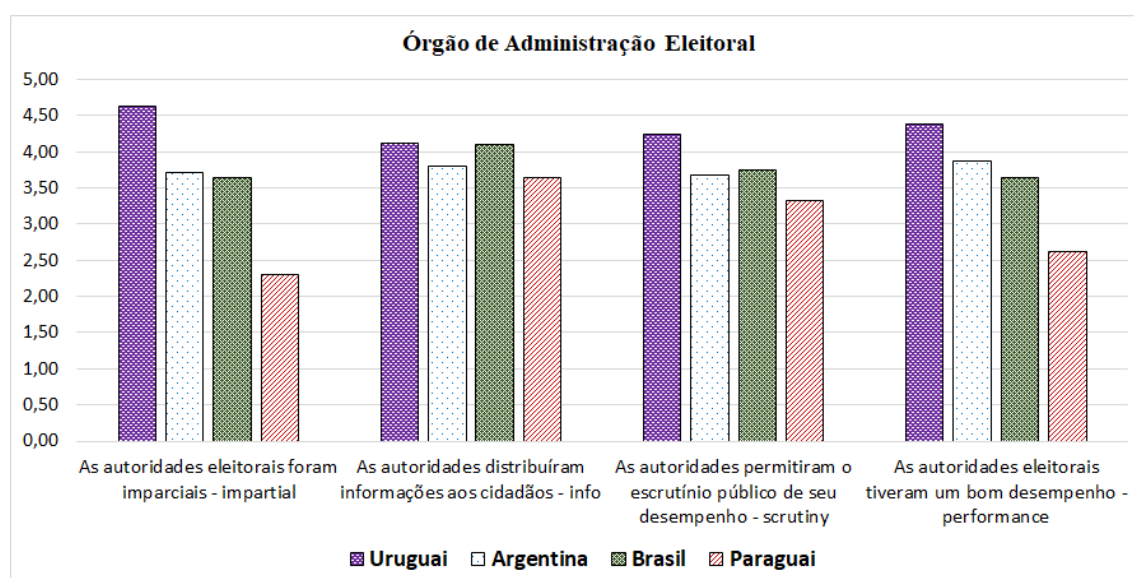
Esclarecimento: O Órgão de Administração Eleitoral-OAE se refere a qualquer órgão encarregado de administrar eleições nacionais.

Fonte: Projeto Variedades da Democracia (V-Dem). Coppedge et al. (2019 e 2019b)

Não obstante, como demonstrou o Índice de Percepção Eleitoral (Anexo 20), há uma diferença considerável da administração eleitoral entre os países: Uruguai e Argentina possuem índices “muito alto”, Brasil “moderado” e Paraguai “baixo”.

Ressalta-se que o inquérito da “Percepção da Integridade Eleitoral” (Figura 12) também constatou deficiências existentes no Paraguai, no qual há discordância quanto à imparcialidade e o bom desempenho do órgão de administração eleitoral. Sublinha-se que tais imperfeições igualmente foram identificadas nos relatórios das missões de observação eleitoral.

Figura 12. Órgão de Administração Eleitoral - “Percepção da Integridade Eleitoral”



Pensando nas autoridades eleitorais que administram as eleições, na sua opinião, você concorda ou discorda das seguintes declarações? Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

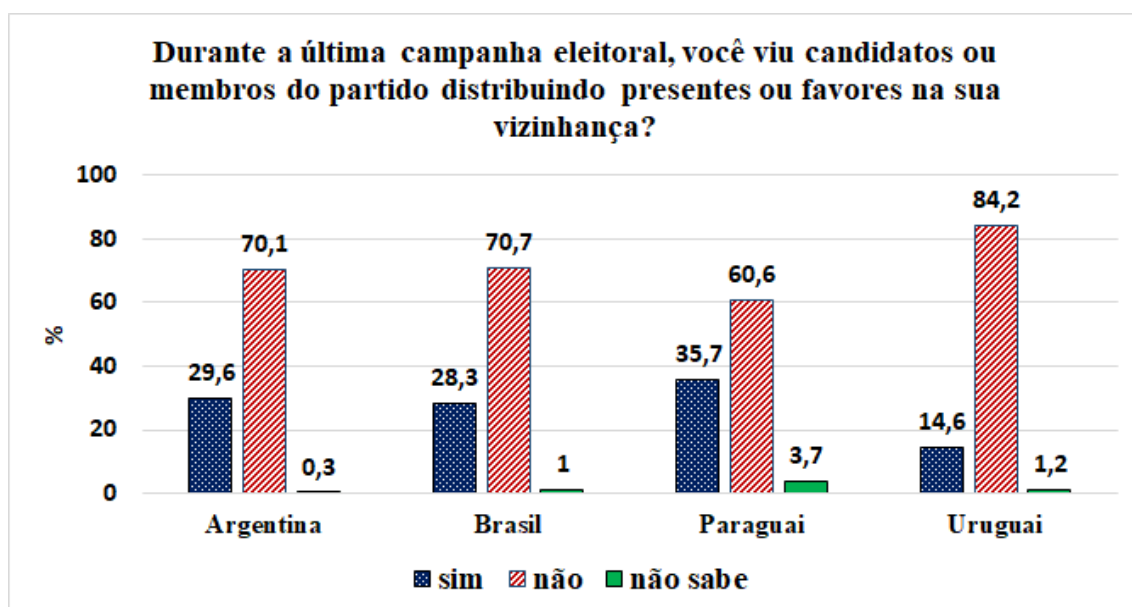
6.5. A “compra de voto”

Muito embora as legislações nacionais censurem a “compra do voto” e os órgãos de administração eleitoral atuem para coibir tal prática, ainda é um fenômeno recorrente após o período de redemocratização.

O projeto Variedades da Democracia (V-Dem) (Anexo 7) demonstra que, com exceção do Uruguai, na Argentina, Brasil e Paraguai permanece a distribuição de dinheiro ou presentes por partidos e candidatos durante as campanhas, como também evidenciado pelas missões de observação eleitoral no Paraguai.

Outrossim, a pesquisa do Latinobarómetro (Figura 13), referente ao ano de 2018, evidencia que mais de um quarto do eleitorado no Brasil, Argentina e Paraguai presenciou a distribuição de presentes ou favores na última campanha.

Figura 13. Distribuição de presentes e favores durante a campanha eleitoral - Latinobarómetro (2018)



Fonte: Corporación Latinobarómetro, 2018

A pesquisa demonstra que, no universo dos entrevistados, a elevada cifra de 35% no Paraguai, 29% na Argentina e 28% no Brasil já presenciaram a distribuição de favores ou presentes por candidatos ou membros partidários.

Considerando o universo do eleitorado brasileiro e argentino (Anexo 8), a pesquisa demonstra que um expressivo número de cidadãos já presenciaram a compra de voto, influenciando a igualdade do pleito e comprometendo a integridade eleitoral.

6.6. Discussão do processo eleitoral nos países do Mercosul

A abordagem da questão delineada na presente investigação acerca da qualidade do processo eleitoral nos países membros do Mercosul evidencia a evolução longitudinal mediante os índices “democracia eleitoral”, “eleições livres e justas” do Projeto Variedades da Democracia (V-Dem) e “eleições limpas” do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral-IDEA, permitindo concluir que o Mercosul não foi um fator que contribuiu com uma alteração significativa da integridade eleitoral, dado que a variação positiva ocorreu após a redemocratização dos países a partir da década de oitenta, período anterior à constituição do Mercado Comum do Sul.

Não obstante, a dimensão internacional do Mercosul foi um contributo para democracia, cooperação e integração regional (Piovesan, 2000, p. 236; Freixo & Ristoff, 2008, p.42; Vigevani, Mariano & Oliveira, 2000, p. 184). Assim, as dimensões com melhor desempenho a nível do processo eleitoral, tais como contagem dos votos e resultados, beneficiaram-se da crescente difusão das normas democráticas decorrente do processo de integração.

Todavia, o Mercosul ainda permanece com lacunas e défice no processo decisório e de internalização das normas (Ribeiro, 2018, p. 132). Igualmente, o Parlamento, que detém apenas competência consultiva, necessita além da eleição direta de seus membros, uma “*institucionalidade autônoma*” (Mariano, 2014, p. 104).

No que tange ao ciclo eleitoral, o projeto “Percepção da Integridade Eleitoral” permite comparar as respetivas dimensões, atribuindo também um índice geral (Anexo 20). Destaca-se que o Uruguai possui o índice mais elevado (75), seguido pela Argentina (65) e Brasil (60), com altos índices e, por fim, o Paraguai (44) considerado baixo.

Sem embargo, as melhores atribuições do referido projeto da percepção eleitoral estão relacionadas às dimensões “contagem dos votos”, “resultados” e “procedimentos eleitorais”, decorrentes da estrutura de administração eleitoral capaz de organizar o processo e garantir transições de governo.

Não obstante, os índices mais baixos relacionam-se ao financiamento eleitoral e aos media, sublinhando-se a ausência de equilíbrio na divulgação das campanhas, bem como a falta de transparência das contas partidárias.

O projeto da “Perceção da Integridade” ainda demonstra que, na dimensão do financiamento das eleições, com exceção do Uruguai, os demais países foram classificados com baixos índices: Argentina (41), Brasil (36) e Paraguai (20). Igualmente, nestes três países, persiste o fenómeno da compra de voto.

Outrossim, a dimensão histórica buscou compreender o processo eleitoral ante ao desenvolvimento democrático, dado que os projetos demonstraram que os índices eleitorais de competição e liberdade foram negativamente afetados com a tomada do poder pelos governos militares. Contudo, a despeito da dimensão histórica, insta pontuar hipóteses alternativas a nível socioeconómico, cultural e institucional para explicar as diferenças nos padrões de integridade encontrados.

Destarte, com relação às instituições, não é possível considerar que as diferenças nos modelos de gestão eleitoral estão relacionadas com os diferentes padrões eleitorais. Isto porque Uruguai, Brasil e Paraguai possuem uma justiça especializada para gestão eleitoral e apresentaram disparidades face à autonomia do órgão de administração eleitoral. Do mesmo modo, o índice brasileiro se equipara ao Argentino, na qual a gestão é realizada sob administração do executivo, ainda que com supervisão judicial.

Relativamente à cultura política de cada um dos países, existem diferenças que podem explicar as variações na integridade eleitoral, haja vista o contexto uruguaio, de respeito às instituições e tradição democrática, com mecanismos de divisão de poder entre os partidos, citando-se como exemplo a administração do país entre os anos de 1952 e 1967, sob titularidade do “Conselho Nacional de Governo” mediante um sistema colegiado que congregava membros dos partidos Colorado e Nacional. Salienta-se que, após o período de regime militar, o país continuou apresentando elevados índices de integridade eleitoral.

O Brasil, por sua vez, posteriormente a redemocratização da década de oitenta, tem em seu percurso político dois presidentes eleitos que sofreram *impeachment* (Collor e Dilma); os resultados das eleições presidenciais de 2014 foram contestados pelo partido

derrotado na segunda volta¹⁴. Nas eleições presidenciais de 2018, o candidato Bolsonaro ameaçou não aceitar os resultados, acaso não fosse eleito¹⁵, bem como “eliminar” integrantes do partido opositor¹⁶ ou de orientação política de esquerda¹⁷.

Concernente à cultura política paraguaia, o Partido Colorado mantém a influência nos resultados eleitorais por mais de sessenta anos (Anexo 5), dos quais entre os anos de 1954 a 1989 esteve sob controle dos militares através da ditadura do General Stroessner. Com a vitória de um partido da oposição em 2008, houve novo período de instabilidade democrática, tendo o presidente Fernando Lugo (Aliança Patriótica) sofrido um *impeachment* parlamentar¹⁸, com exíguo prazo para defesa, em infringência aos princípios da ampla defesa e contraditório, princípios basilares do Estado de Direito.

Por fim, os fatores relacionados aos níveis socioeconômicos também podem contribuir para explicar as diferenças regionais, tais como o fenômeno da compra de voto e práticas de clientelismo serem mais frequentes na Argentina, Brasil e Paraguai do que o Uruguai, demandando-se uma correlação da integridade eleitoral face às variáveis de concentração de renda, fundiária e índices econômicos, como o crescimento do produto interno bruto (PIB).

Ressalta-se que, dentre os países analisados, existe uma grande disparidade econômica quanto ao PIB per capita, tendo o Paraguai mantido seu padrão de desigualdade apesar da instituição do Mercosul, como afirmam Ilha, Alves e Coronel (2004, p. 17). Os referidos autores consideram ainda que as discrepâncias regionais são um entrave ao processo de integração. Igualmente, Baumann (2011, p. 34-35) identifica desequilíbrios comerciais recorrentes e disparidades de potencial econômico, com taxa de crescimento modestas entre os países, de maneira que a decisão política de seguir com a integração está relacionada com a identificação dos ganhos por parte dos agentes econômicos.

¹⁴ “PSDB pede ao TSE auditoria para verificar ‘lisura’ da eleição”. (G1, 2014).

¹⁵ “Bolsonaro diz: ‘Não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição’”. (G1, 2018).

¹⁶ “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre. Enquanto discursava em um carro de som, o candidato do PSL imitou um fuzilamento e disse querer “botar estes picaretas pra comer capim na Venezuela”. (Ribeiro, 2018)

¹⁷ “Bolsonaro ao ataque. ‘Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria’”. (Observador, 2018)

¹⁸ “Sem apoio, Lugo terá duas horas para se defender de impeachment”. (G1, 2012).

CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objetivo analisar a qualidade do processo eleitoral nos países do Mercado Comum do Sul - Mercosul, quais sejam: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, eis que a Venezuela encontra-se suspensa e a Bolívia ainda em processo de adesão. Igualmente, suprir uma lacuna na literatura, a fim de analisar a influência do Mercosul para integridade eleitoral de seus membros.

Destarte, com relação ao estudo da integridade eleitoral, foram revistas as abordagens delineadas por van Ham, Freidenberg e Pippa Norris, apresentando seu embasamento em face das normas internacionais aprovadas pelas Nações Unidas, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, bem como o conceito do “ciclo eleitoral”, compreendendo as eleições e irregularidades não apenas no dia de votação, mas também inseridas no contexto anterior e posterior ao pleito.

Insta sublinhar que não há um padrão geral para aferir a integridade eleitoral, podendo ocorrer mediante pesquisas de opinião, avaliação de especialistas, observação eleitoral, avaliações temáticas ou certificação.

No que tange às pesquisas de opinião e avaliação de especialistas, muito embora retratem uma série de percepções acerca da qualidade eleitoral, a crítica existente tange à sua diversidade metodológica: definição dos dados coletados, detalhes dos indicadores e abordagem quantitativa e qualitativa.

Do mesmo modo, a observação eleitoral: ainda que seja uma fonte de conhecimento direto e sistemático dos pleitos, com a elaboração de conclusões e recomendações, a mesma pode estar sujeito a variáveis que afetam a capacidade de julgamento imparcial, seja por interesses das entidades financiadoras, ou mesmo questões concretas como duração, quais as partes do processo são analisadas e treinamento dos integrantes da missão.

Outrossim, a pesquisa documental fora realizada através de projetos que se fundamentam nas avaliações de especialistas, como a “Percepção da Integridade Eleitoral”, “Variedades da Democracia (V-Dem)” e IDEA Internacional, pesquisas do

Latinobarómetro e relatórios das missões de observação eleitoral da União Europeia e Organização dos Estados Americanos.

Os índices do projeto “Variedades da Democracia (V-Dem)” e do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral - IDEA permitem uma comparação temporal longitudinal, abordando-se a dimensão histórica da instituição do Mercosul face à integração regional e integridade eleitoral dos países membros.

O projeto “Percepção da Integridade Eleitoral” possibilita uma comparação entre as diversas dimensões do ciclo eleitoral, identificando as semelhanças e as principais deficiências na qualidade do processo eleitoral dos países em análise.

Portanto, face aos dados obtidos no âmbito do Mercosul, o Uruguai possui os maiores índices de integridade eleitoral, enquanto o Paraguai, os menores. Brasil e Argentina situam-se nos patamares intermediários.

Sublinhe-se que os países desenvolveram uma estrutura de administração eleitoral capaz de gerir o processo eleitoral, com índices mais elevados de integridade no que tange aos procedimentos eleitorais, contagem dos votos e resultados, garantindo-se, por conseguinte, transições pacíficas de poder.

Não obstante, as dimensões dos media e do financiamento representam os menores índices de integridade, seja porque não há disponibilização de notícias equilibradas das eleições, assim como não existe um acesso equitativo às doações políticas, permanecendo o uso indevido de recursos estatais para campanhas e ausência de transparência na publicação das contas financeiras de partidos e candidatos.

O fenômeno da compra de votos é ainda recorrente na Argentina, Brasil e Paraguai, ressaltando que a pesquisa do latinobarómetro de 2018 demonstrou que mais de um quarto do eleitorado dos referidos países já presenciou a distribuição de presentes e favores durante a campanha eleitoral. Sendo assim, questionar o porquê da compra de voto ser ainda um fenômeno recorrente na região, haja vista as legislações vedarem tal prática é uma problemática que pode pautar futuras pesquisas, a fim de compreender o fenômeno e propor medidas para melhora nos índices de integridade eleitoral.

Igualmente, com relação ao uso das novas ferramentas digitais consistentes nas redes sociais, como regulamentar, fiscalizar e sancionar efetivamente a disseminação de notícias falsas e propaganda política não contabilizada.

Ademais, é possível observar no período recente uma diminuição da integridade eleitoral, principalmente no Brasil e Paraguai, permitindo-se concluir que: i. este processo não pode ser considerado como adquirido, ocorrendo a possibilidade de retrocessos, sobretudo quando surgem actores políticos que colocam em causa “as regras do jogo”; ii. bem como a integridade eleitoral não está plenamente institucionalizada, ou seja, não há instituições fortes que sejam capazes de evitar este retrocesso e o abuso que alguns actores possam fazer das regras democráticas.

A despeito dessas considerações, constata-se que a instituição do Mercosul foi um contributo ao processo de integração política regional e à vinculação ao compromisso democrático com a edição do “Protocolo de Ushuaia”, associado à criação do Parlamento do Mercosul. Contudo, ainda enfrenta condições desfavoráveis, haja vista a ausência de competência legislativa, o protecionismo, restrições estruturais e diferentes respostas às rupturas democráticas ocorridas no Paraguai, Venezuela e Brasil.

Quanto à influência da constituição do Mercosul para integridade eleitoral de seus membros, verificou-se que não houve uma variação significativa dos índices de “democracia eleitoral”, “eleições livres e justas” do Projeto Variedades da Democracia (V-Dem) e “eleições limpas” do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral-IDEA. A variação positiva dos mesmos verificou-se anteriormente a constituição do bloco econômico, período no qual os países suplantaram ditaduras em virtude da redemocratização.

Ressalta-se que esta dissertação abordou principalmente a dimensão histórica para compreender e explicar as diferenças na qualidade das eleições entre os membros do Mercosul. Todavia, as dimensões socioeconómica, cultural e institucional também podem contribuir para o debate.

Não obstante, ponderam-se as limitações da metodologia na presente dissertação: i. a recolha dos dados não se pautou por fontes primárias, mediante inquéritos com autoridades eleitorais, partidos ou candidatos; ii. não houve um detalhamento estatístico, correlações ou análise multivariada; iii. limitações na identificação sistemática dos

factores explicativos; iv. restringiu-se o número de países em análise, com elevada diferença populacional e territorial, sendo desejável também expandir os casos a considerar. A título exemplificativo, o eleitorado total do Uruguai corresponde a apenas 1,78% do eleitorado brasileiro, bem como não se abordou os países como a Venezuela, com as reeleições do presidente Maduro e Bolívia, com a tentativa frustrada de reeleição de Evo Morales em 2019, contextos que se inserem no âmbito da integridade eleitoral.

Outrossim, muito embora o Mercosul, através do seu Parlamento, tenha instituído o “Observatório da democracia”, ainda necessita desenvolver mecanismos efetivos e vinculativos para contribuir com a integridade eleitoral dos países membros, propondo alterações legislativas para regulação do financiamento de campanha e media. Igualmente, a eleição dos membros de seu Parlamento, por voto direto, será um contributo para conscientização da integração e qualidade da democracia na região.

Por fim, refletir sobre a evolução do Mercosul, se irá trilhar o percurso de integração da União Europeia, almejando os valores da liberdade, igualdade, democracia e respeito ao Estado de Direito, promovendo a paz, o progresso, combatendo a exclusão social e estabelecendo uma coesão económica, ou se resumirá apenas a um tratado comercial, no qual as elites nacionais permanecem refratárias à delegação de competência e solidariedade, exacerbando o nacionalismo e o princípio da não intervenção.

Referências Bibliográficas

ACE: The Electoral Knowledge Network. (s.d.). *Campaign Finance*. Disponível em <https://aceproject.org/ace-en/focus/campaign-finance/onePage>

ACE: The Electoral Knowledge Network. (s.d.). *About ACE*. Disponível em <https://aceproject.org/about-en/>

ACE: The Electoral Knowledge Network. (2012). *Electoral Integrity*. Disponível em <http://aceproject.org/ace-en/topics/ei/default>

Alcántara-Sáez, M., & Díez, F. G. (Coords.). (2008). *Elecciones y política en América Latina*. México: Miguel Ángel Porrúa.

Alcántara-Sáez, M. (2013). Elecciones en América Latina: un análisis comparado. Em Alcántara-Sáez, M., & Tagina, M. L. (Coords.). *Elecciones y Política en América Latina 2009-2011* (pp. 9-70). México: Mapourra

Alcántara-Sáez, M., & Arenas Gómez, J. C. (2019). Presentación sección temática. Elecciones 2017-2018 en América Latina ante el cambio de ciclo político. *Estudios Políticos*, 54, 200-202. Doi: <http://doi.org/10.17533/udea.espo.n54a10>

Alvim, F. F. (2015). Integridade eleitoral: significado e critérios de qualificação. *Ballot*, 1(2), 213-228. Doi: <https://doi.org/10.12957/ballot.2015.22134>

Amorim Neto, O. & Lamounier, B. (2005). Brazil. Em Nohlen, D. (Ed.). *Elections in the Americas: A Data Handbook Volume 2 South America* (pp. 163-252). Oxford University Press.

Anstead, N. & Chadwick, A. (2010). Parties, election campaigning, and the internet Toward a comparative institutional approach. Em Chadwick, A. & Howard, P. N. (ed.). *The Routledge Handbook of Internet Politics* (pp. 56-71). Taylor & Francis Books. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/7434/14c16b9f503c824723e0bb1d288cdf982c37.pdf>

Avelino, G. & Fisch, A. (2019). Money, Elections, and Candidates. Em Ames, B. (ed). *Routledge Handbook of Brazilian Politics* (pp. 161-174). Taylor & Francis Books.

Baumann, R. (2011). *O Mercosul aos vinte anos: uma avaliação econômica*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1493/1/td_1627.pdf

Bordewich, C., Davis-Roberts, A. & Carroll, D. (s.d.). *International Election Observation*. ACE Electoral Knowledge Network. Disponível em: <http://aceproject.org/ace-en/focus/international-election-observation/onePage>

- Birch, S. (2011). *Electoral malpractice*. Oxford University Press.
- Bishop, S. & Hoeffler, A. (2016). Free and fair elections: A new database. *Journal of Peace Research*, 53(4), pp. 608-616. Doi: <https://doi.org/10.1177/0022343316642508>
- Bringel, B. M., & Domingues, J. M. (2018). *Brasil cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos*. Madri: Los Libros de la Catarata.
- Carreras, M., & İrepoğlu, Y. (2013). Trust in elections, vote buying, and turnout in Latin America. *Electoral Studies*, 32(4), 609-619. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2013.07.012>
- Castells, M. & Calderón, F. (2015). Latin America: Economic Faultlines. *Berkeley Review of Latin American Studies*, 2015 (Fall), 14-22. Disponível em <https://clas.berkeley.edu/research/latin-america-economic-faultlines>
- Castells, M. (2011). Democracy in the age of the Internet. *Journal of contemporary culture*, 6, 96-103. Disponível em https://lull.cat/IMAGES_175/transfer06-not01.pdf
- Chiazzaro, R. (2019). *Se profundiza el proceso de desintegración regional en el Mercosul*. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/17150/2/parlasur/se-profundiza-el-proceso-de-desintegracion-regional-en-el-mercosur.html>
- Chinaglia, A. (2018). Em defesa da democracia - Opinião Parlamentar. *Revista Parlasur*, 18(dez), 11. Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/16205/1/revista-diciembre-2018.pdf>
- Comissão Europeia. (2016). *Compendium of international standards for elections*. Disponível em <https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/compendium-en-n-pdf.pdf>
- Coppedge, M.; Gerring, J.; Knutsen, C. H.; Lindberg, S. I.; Teorell, J.; Altman, D.; Bernhard, M.; Fish, S.; Glynn, A.; Hicken, A.; Lührmann, A.; Marquardt, K. L.; McMann, K.; Paxton, P.; Pemstein, D.; Seim, B.; Sigman, R.; Skaaning, S.; Staton, J.; Wilson, S.; Cornell, A.; Gastaldi, L.; Gjerløw, H.; Ilchenko, N.; Krusell, J.; Mechkova, V.; Medzihorsky, J.; Pernes, J.; Römer, J.; Stepanova, N.; Sundström, A.; Tzelgov, E.; Wang, Y.; Wig, T.; & Ziblatt, D. (2019). *V-Dem [Country-Year/Country-Date] Dataset v. 9.0*, Varieties of Democracy (V-Dem) Project. Doi: <https://doi.org/10.23696/vdemcy19>
- Coppedge, M.; Gerring, J.; Knutsen, C. H.; Lindberg, S. I.; Teorell, J.; Altman, D.; Bernhard, M.; Fish, S.; Glynn, A.; Hicken, A.; Lührmann, A.; Marquardt, K. L.; McMann, K.; Paxton, P.; Pemstein, D.; Seim, B.; Sigman, R.; Skaaning, S.; Staton, J.; Wilson, S.; Cornell, A.; Gastaldi, L.; Gjerløw, H.; Ilchenko, N.; Krusell, J.; Mechkova, V.; Medzihorsky, J.; Pernes, J.; Römer, J.; Stepanova, N.; Sundström, A.; Tzelgov, E.; Wang, Y.; Wig, T.; & Ziblatt, D. (2019b). *V-Dem Codebook v9*, Varieties of Democracy (V-Dem) Project. Disponível em <https://www.v-dem>

dem.net/media/filer_public/e6/d2/e6d27595-9d69-4312-b09f-63d2a0a65df2/v-dem_codebook_v9.pdf

Corporación Latinobarómetro. (2018). *Informe 2018*. Disponível em http://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf

Dahl, R. A. (1979). *Polyarchy: Participation and opposition*. Yale University Press.

Dahl, R. A. (2000). Democracia (Braga, T., Trad.). Lisboa: Temas e Debates. (Obra originalmente publicada em 1999).

Diamond, L. (2000). O fim da terceira vaga e o início da quarta (Sá Nogueira, B., Trad.). Em Espada, J. C. (Coord.). *A Invenção Democrática* (pp. 135-158). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Diamond, L. (2002). Thinking About Hybrid Regimes. *Journal of Democracy*, 13(2), 21–35. Doi: <https://doi.org/10.1353/jod.2002.0025>

Diamond, L. (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, 26(1), 141-155. Doi: <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0009>

Duignan, B. (2019). *Gerrymandering*. Encyclopædia Britannica. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/gerrymandering>

Edgell, A. B., Mechkova, V., Altman, D., Bernhard, M., & Lindberg, S. I. (2015). When and where do elections matter? A global test of the democratization by elections hypothesis, 1900–2012. *V-Dem Working Paper*, 2015(8). Disponível em https://www.v-dem.net/media/filer_public/fb/de/fbde2cd6-2e6f-49ac-a4f0-6e3e8cd7aee2/v-dem_working_paper_2015_8.pdf

Elklit, J. & Reynolds, A. (2005). A framework for the systematic study of election quality. *Democratization*, 12(2), 147-162. Doi: <https://doi.org/10.1080/13510340500069204>

Espinoza, I. M. (2015). *¿Cómo se ha evaluado la calidad de las elecciones?*. Disponível em <http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/Como%20se%20ha%20evaluado%20la%20calidad%20de%20las%20elecciones.pdf>

Fernandes, T. (2017). As origens políticas da democracia na Europa do Sul (1968-2016): partidos, sociedade civil e coligações partidárias. Em Fernandes, T. (Org.). *Variedades de democracia na Europa do sul, 1968-2016: uma comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal* (pp. 19-39). Imprensa de Ciências Sociais.

Freidenberg, F. (2017). ¿Qué es una Buena Elección? El Uso de los Informes de las Misiones de Observación Electoral para Evaluar los Procesos Electorales Latinoamericanos (2013-2016). *Dados*, 60(4), 1095-1142. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017143>

Freire, D., Cotias, M. L. & Menezes, P. V. (2018). Integridade Eleitoral e Qualidade da Democracia na América Latina. *Revista de Estudos Eleitorais*, 2(3), 34-41. Disponível: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5360/2018_freire_integridade_eleitoral_qualidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Freixo, A. & Ristoff, T. (2008). Democracia e integração regional: a experiência do Mercosul, *Agenda social (UENF)*, 32-47. Disponível em http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5273_1208282265.pdf

Fukuyama, F. (2015). *Ordem política e decadência política: da Revolução Industrial à globalização da democracia*. Leya

G1. (2012). *Sem apoio, Lugo terá duas horas para se defender de impeachment*. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/sem-apoio-lugo-tera-duas-horas-para-se-defender-de-impeachment.html>

G1. (2014). *PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição*. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>

G1. (2018). *Bolsonaro diz: 'Não aceito resultado das eleições diferente da minha eleição'*. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/bolsonaro-diz-que-nao-aceitara-resultado-diferente-do-que-seja-a-minha-eleicao.ghtml>

Gandhi, J., & Przeworski, A. (2007). Authoritarian institutions and the survival of autocrats. *Comparative political studies*, 40(11), 1279-1301. Doi: <https://doi.org/10.1177/0010414007305817>

Gandhi, J., & Lust-Okar, E. (2009). Elections under authoritarianism. *Annual review of political science*, 12, 403-422. Doi: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.060106.095434>

Heiler, J. G., Viana, J. P. S. L., & dos Santos, R. D. (2016). O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. *Opinião Pública*, 22(1), 56-92. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32944928003>

Huntington, S. P. (1991). Democracy's Third Wave. *Journal of democracy*, 2(2), 12-34. Doi: <https://doi.org/10.1353/jod.1991.0016>

Huntington, S. P. (2000). Vinte anos depois: o futuro da terceira vaga (Sá Nogueira B., Trad.). Em Espada, J. C. (Coord). *A Invenção Democrática* (pp. 19-27). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ilha, A. S., Alves, F. D. & Coronel, D. A. (2014). Assimetrias Regionais no Mercosul: uma análise dos coeficientes de renda e a perspectiva de uma maior integração

econômica. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 16, 1-21. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/download/3441/1968>

Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral - IDEA Internacional. (2002). *International Electoral Standards: Guidelines for Reviewing the Legal Framework of Elections*. Disponível em <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/international-electoral-standards-guidelines-for-reviewing-the-legal-framework-of-elections.pdf>

Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral - IDEA Internacional. (2018). *The Global State of Democracy Indices database*. Disponível em <https://www.idea.int/gsod-indices/#/indices/world-map>

Jones, M. P., Lauga, M. & Leon-Roesch, M. (2005). Argentina. Em Nohlen, D. (Ed.). *Elections in the Americas: A Data Handbook Volume 2 South America* (pp. 59-122). Oxford University Press.

Lanzaro, J. (2003). Os partidos uruguaio: a transição na transição. *Opinião Pública*, 9(2), 46-72. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762003000200003>

Lagos, M. (2018). *El fin de la tercera ola de democracias*. Corporación Latinobarómetro (pp. 1-17). Disponível em http://www.latinobarometro.org/latdocs/Annus_Horribilis.pdf

Lehoucq, F. (2007). ¿Qué es el fraude electoral? Su naturaleza, sus causas y consecuencias. *Revista mexicana de sociología*, 69(1), 1-38. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032007000100001

Levitsky, S. & Way, L. (2002). The Rise of Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy*, 13(2), 51–66. Doi: <https://doi.org/10.1353/jod.2002.0026>

Levitsky, S. & Way, L. (2015). The myth of democratic recession. *Journal of Democracy*, 26(1), 45-58. Doi: <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0007>

Levitsky, S. & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.

Lisi, M. (2019). *Eleições Campanhas eleitorais e decisão de voto em Portugal*. Lisboa: Edições Sílabo.

Lindberg, S. I., Coppedge, M., Gerring, J., & Teorell, J. (2014). V-Dem: A new way to measure democracy. *Journal of Democracy*, 25(3), 159-169. Doi: <https://doi.org/10.1353/jod.2014.0040>

Lista de Presidentes da Argentina. (s.d). Em *Wikipedia*. Acessado em 26 de Junho 2020, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_da_Argentina

Lista de Presidentes do Brasil. (s.d). Em *Wikipedia*. Acessado em 26 de Junho 2020, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Brasil#cite_note-62

Lista de Presidentes do Paraguai. (s.d). Em *Wikipedia*. Acessado em 26 de Junho 2020, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Paraguai

Lista de Presidentes do Uruguai. (s.d). Em *Wikipedia*. Acessado em 26 de Junho 2020, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Uruguai

Lührmann, A. (2019). United Nations electoral assistance: More than a fig leaf?. *International Political Science Review*, 40(2), 181-196. Doi: <https://doi.org/10.1177/0192512117740915>

Lührmann, A., Grahn, S., Pillai, S., & Lindberg, S. (2019). State of the World 2018 – Liberal and Electoral Democracy. Em Lührmann, A. & Lindberg, S. (Eds.). *Democracy Facing Global Challenges V-Dem annual democracy report 2019* (pp.10-26). University of Gothenburg. Disponível em https://www.v-dem.net/media/filer_public/99/de/99dedd73-f8bc-484c-8b91-44ba601b6e6b/v-dem_democracy_report_2019.pdf

Lührmann, A., Grahn, S., Morgan, R., Pillai, S., & Lindberg, S. (2019). State of the world 2018: democracy facing global challenges, *Democratization*, 26(6), 895-915. Doi: <https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1613980>

Lust-Okar, E. (2006). Elections under authoritarianism: Preliminary lessons from Jordan. *Democratization*, 13(3), 456-471. Doi: <https://doi.org/10.1080/13510340600579359>

Magaloni, B. (2008). Credible power-sharing and the longevity of authoritarian rule. *Comparative Political Studies*, 41(4-5), 715-741. Doi: <https://doi.org/10.1177/0010414007313124>

Malamud, A. (2010). La diplomacia presidencial y los pilares institucionales del Mercosur: un examen empírico. *Relaciones Internacionales*, 15, 113-138. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11916/1/ICS_AMalamud_Diplomacia_ARI.pdf

Malamud, A. (2011). Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. Em Arnaiz, A. S., Antoniazzi, M. M., Ugartemendia, J. I. *Las implicaciones constitucionales de los procesos de integración en América Latina: un análisis desde la Unión Europea* (pp. 55-84). Disponível em <https://www.ics.ulisboa.pt/file/5050/download?token=LVPcbuRj>

Malamud, A. (2012). Las teorías de la integración regional y el estado del Mercosur. Em Klor, A. D. (Dir.) & Harrington, C. (Coord.). *El derecho en movimiento: en homenaje a Elena Highton* (pp. 281-308). Rubinzal-Culzoni Editores. Disponível em <https://www.ics.ulisboa.pt/file/5151/download?token=ConjcUbt>

Malamud, A. (2013). El Mercosur: misión cumplida. *Revista SAAP*, 7(2), 275-282. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702013000200005&lng=es&tlng=es

Malamud, A. (2019a). Regional organizations and development in Latin America. Em Cupples, J., Palomino-Schalscha, M. & Prieto, M. (Eds.). *The Routledge Handbook of Latin American Development* (pp. 156-167). Londres: Routledge. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/36134>

Malamud, A. (2019b). ¿Se está muriendo la democracia?. *Nueva Sociedad*, 282, 30-42. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39490>

Malamud, A. & De Luca, M. (2016). ¿ Todo sigue igual que ayer? Continuidad y ruptura en el sistema de partidos argentino (1983-2015). Em Freidenberg, F. (Ed.). *Los sistemas de partidos en América Latina (1978-2015)*, vol. 2 (pp. 27-68). Instituto Nacional Electoral e Instituto de Investigaciones Jurídicas - UNAM. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/25332>

Malamud, A. & Sousa, L. (2005). Parlamntos Supranacionais na Europa e na América Latina: Entre o Fortalecimento e a Irrelevância. *Contexto Internacional*, 27(2), 369-409. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292005000200005>

Manin, B., Przeworski, A. & Sokes, S. B. (1999). Elections and Representation. Em Manin, B., Przeworski, A. & Sokes, B. (Eds.). *Democracy, Accountability and Representation* (pp. 29-54). Cambridge University Press.

Mariano, K. L. P. (2014). Parlamento do Mercosul, integração e déficit democrático. *Século XXI*, 4(2), 89-106. Disponível em <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1869/152>

Mercosul. (2015). *Mercosur: estructura y agendas*. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/folleto-mercotur-academico/>

Mercosul. (2017). *Decisão sobre a suspensão da Venezuela do Mercosul*. Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercotur/>

Mercosul. (2019a). *Estados Partes acordam em suspender as eleições diretas de seus integrantes*. Disponível em <https://www.mercotur.int/pt-br/estados-partes-acordam-em-suspender-as-eleicoes-diretas-de-seus-integrantes/>

Mercosul. (2019b). *Declaración Conjunta Relativa al Funcionamiento del PARLASUR*. Disponível em <https://www.mercotur.int/documento/declaracion-conjunta-relativa-al-funcionamiento-del-parlasur/#>

Mercosul. (2019c). *Protocolo Adicional al Protocolo Constitutivo del PARLASUR*. Disponível em <https://www.mercotur.int/documento/protocolo-adicional-al-protocolo-constitutivo-del-parlasur/#>

Mercosul. (s.d.). *Saiba mais sobre o Mercotur*. Disponível em <http://www.mercotur.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercotur>

Mercosul. (s.d.). *Países del Mercosur*. Disponível em <https://www.mercosur.int/quienes-somos/paises-del-mercotur/>

Malesky, E. & Schuler, P. (2011). The Single-Party Dictator's Dilemma: Information in Elections without Opposition. *Legislative Studies Quarterly*, 36(4), 491-530. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1939-9162.2011.00025.x>

Missão de Observação Eleitoral da União Europeia no Paraguai-MOE-UE (2018). *Paraguay Informe Final - Elecciones generales 22 de abril de 2018*. Disponível em https://eeas.europa.eu/election-observation-missions/eom-paraguay-2018/46830/moe-ue-paraguay-2018-informe-final_es

Nações Unidas, A. G. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolution 217A)*. Disponível em https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

Nações Unidas, A. G. (1966). *Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos*. Disponível em https://treaties.un.org/doc/Treaties/1976/03/19760323%2006-17%20AM/Ch_IV_04.pdf

Nações Unidas, A. G. (1971). *Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations (Resolution 2758)*. Disponível em https://digitallibrary.un.org/record/192054/files/A_RES_2758%28XXVI%29-EN.pdf

Nações Unidas. (2005). *Declaração dos Princípios de Observação Eleitoral Internacional*. Disponível em <https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/dop-eng.pdf>

Nicolau, J. & Stadler, J. (2016). The Brazilian Electoral System. Em de la Fontaine, D. & Stehnen, T. (Eds.). *The Political System of Brazil*. Springer, Berlin, Heidelberg. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-642-40023-0_7

Norris, P. (2013a). Does the world agree about standards of electoral integrity? Evidence for the diffusion of global norms. *Electoral Studies*, 32(4), 576-588. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2013.07.016>

Norris, P. (2013b). The new research agenda studying electoral integrity. *Electoral Studies*, 32(4), 563-575. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2013.07.015>

Norris, P. (2014). *Why Electoral Integrity Matters*. New York: Cambridge University Press.

Norris, P. (2017a). Electoral Integrity. Em Fisher, J., Fieldhouse, E., Franklin, M. N., Gibson, R., Cantijoch, M. & Wlezien, C. (Eds.). *The Routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion* (pp. 220-231). Routledge.

Norris, P. (2017b). *Strengthening electoral integrity*. Cambridge University Press.

Norris, P. (2017c). Is Western democracy backsliding? Diagnosing the risks. *HKS Faculty Research Working Paper Series*, n. RWP17-012. Disponível em <https://research.hks.harvard.edu/publications/getFile.aspx?Id=1514>

Norris, P., Frank, R. W. & Coma, F. M. (2014). Measuring electoral integrity around the world: A new dataset. *PS: Political Science & Politics*, 47(4), 789-798. Doi: <https://doi.org/10.1017/S1049096514001061>

Norris, P. & Grömping, M. (2019). *Perceptions of Electoral Integrity (PEI-7.0)*. Harvard dataserv, v.2. Doi: <https://doi.org/10.7910/DVN/PDYRWL>

Norris, P. & Grömping, M. (2019b). *Codebook – The expert survey of Perceptions of Electoral Integrity, Release 7.0, (PEI_7.0)*. The Electoral Integrity Project, University of Sydney. Disponível em <https://dataverse.harvard.edu/api/access/datafile/:persistentId?persistentId=doi:10.7910/DVN/PDYRWL/XTU33M>

Norris, P., Wynter, T. & Cameron, S. (2018). *Electoral Integrity & Campaign Media The Electoral Integrity Project: 2018 mid-year update*. The Electoral Integrity Project. Disponível em <https://www.electoralintegrityproject.com/2018midyearupdate>

Nohlen, D. (Ed.). (2005). *Elections in the Americas A Data Handbook: Volume 2 South America*. Oxford University Press.

Observador. (2018). “Bolsonaro ao ataque. “Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria”. Disponível em <https://observador.pt/2018/10/23/bolsonaro-ao-ataque-esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-da-nossa-patria/>

Ortiz, R. O. & León-Roesch, M. (2005). Paraguay. Em Nohlen, D. (Ed.). *Elections in the Americas A Data Handbook: Volume 2 South America* (pp. 411-444). Oxford University Press.

Organização dos Estados Americanos-OEA. (2013). *Informe de la Misión de Observación Electoral - Elecciones Generales del 21 de abril de 2013 en la República del Paraguay*. Disponível em <http://www.oas.org/eomdatabase/MoeReport.aspx?Lang=es&Id=165&MissionId=212>

Organização dos Estados Americanos-OEA. (2018a). *Informe Preliminar de la Misión de Observación Electoral de la Organización de los Estados Americanos en Paraguay*. Disponível em <http://www.oas.org/eomdatabase/MoeReport.aspx?Lang=es&Id=404&MissionId=481>

Organização dos Estados Americanos-OEA. (2018b). *Missão de Observação Eleitoral - Eleições Gerais- Brasil - Relatório Final*. Disponível em <http://www.oas.org/eomdatabase/MoeReport.aspx?Lang=es&Id=410&MissionId=490>

Parlamento do Mercosul. (s.d.). *Observatório da Democracia*. Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/15400/2/parlasur/>

Parlamento do Mercosul. (2008). *Mercosur/PM/Disp. 26/2008 Que crea el Observatorio de la Democracia del Parlamento del Mercosur*. Disponível em [https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/15404/1/disp-26-2008-esp\[1\].pdf](https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/15404/1/disp-26-2008-esp[1].pdf)

Parlamento do Mercosul. (2009). *Mercosur/PM/Disp. 07/2009 Reglamento del Observatorio de La Democracia del Parlamento del Mercosur*. Disponível em [https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/15405/1/disp-07-2009\[1\].pdf](https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/15405/1/disp-07-2009[1].pdf)

Parlamento do Mercosul. (2017). *Mercosul/PM/SO/DECL. 01/2017 A respeito dos parlamentares venezuelanos*. Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/13324/1/decl.-01---2017.pdf>

Parlamento do Mercosul. (2018). *Democracia en el Mercosur. Revista Parlasur, 18(dez)*. Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/file/16205/1/revista-diciembre-2018.pdf>

Parlamento Europeu (2019). *Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de abril de 2019, sobre a China, nomeadamente a situação das minorias religiosas e étnicas (2019/2690(RSP))*. Disponível em http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2019-0422_PT.html?redirect

Pereira, J. S., Cancela, J. & Sanches, E. R. (2019). Introdução. Em Fernandes, T. (Coord.) *Instituições e qualidade da democracia: Cultura política na Europa do Sul* (pp. 5-21). Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Piovesan, F. (2000). Direitos humanos, democracia e integração regional: os desafios da globalização. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo*, 54, pp. 221-247. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista%20pge%2054.pdf#page=221>

Plattner, M. F. (2015). Is democracy in decline? *Journal of Democracy*, 26(1), 5-10. Doi: <https://doi.org/10.1353/jod.2015.0014>

Przeworski, A. (2018). *Why bother with elections?* Polity Press.

Pottie, D. (s.d.). *Measuring Electoral Quality*. ACE Electoral Knowledge Network. Disponível em <http://aceproject.org/ace-en/focus/measuring-electoral-quality/onePage>

Powell, G. B. (2000). *Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions*. Yale University Press.

Ribeiro, J. (2018). “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre Enquanto discursava em um carro de som, o candidato do PSL imitou um fuzilamento e

disse querer "botar estes picaretas pra comer capim na Venezuela". *Exame*. Disponível em <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>

Ribeiro, E. S. (2018). *Mercosul: sobre democracia e instituições*, 2ª ed. Brasília: UniCEUB. Disponível em <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12747/1/Mercosul%20sobre%20democracia%20e%20institui%c3%a7%c3%b5es.pdf>

Roberts, A. (2005). The quality of democracy. *Comparative Politics*, 37(3), 357-376. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/20072894>

Rodrigues, E. B. (2018). Estado pós-democrático, lawfare e a decisão do TRF-4 contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em Prones, C, Citaddino, G., Ricobom, G. & Dornelles, J. (Eds.). *Comentários a um acórdão: o processo Lula no TRF4* (pp. 81-86). São Paulo: Clacso. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctvn96ggq.13

Sartori, G. (2018). *Ensaio de Política Comparada*. Livros Horizonte.

Schedler, A. (Ed.). (2006). *Electoral Authoritarianism: The Dynamics of Unfree Competition*. Lynne Rienner.

Speck, B. W. (2003). A compra de votos: uma aproximação empírica. *Opinião pública*, 9(1), 148-169. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762003000100006>

Speck, B. W. (2006). O financiamento de campanhas eleitorais. Em Avritzer, L. & Anastasia, F. (Orgs.). *Reforma política no Brasil* (pp. 153-158). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Skaaning, S. (2018). *The Global State of Democracy Indices Methodology - Conceptualization and Measurement Framework*, v. 2. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. Doi: <https://doi.org/10.31752/idea.2018.66>

Tavares de Almeida, M. H. (2019). *Os Anos de Ouro- Ensaio sobre a Democracia no Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

Van Ham, C. (2015). Getting elections right? Measuring electoral integrity. *Democratization*, 22(4), 714-737. Doi: <https://doi.org/10.1080/13510347.2013.877447>

Vigevani, T., Mariano, K. L. P. & Oliveira, M. F. D. (2001). Democracia e atores políticos no Mercosul. Em CLACSO. *Los rostros del Mercosur. El difícil camino de lo comercial a lo societal*, 183-228. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101026063856/9vigevani.pdf>

Zovatto, D. (2008). Elecciones y democracia en América Latina. Balance electoral latinoamericano. Noviembre 2005- diciembre 2006. Em Alcántara Sáez, M. & Díez, F. G. (Coords.). *Elecciones y política en América Latina* (pp. 353-378). México: Miguel Ángel Porrúa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de países realizando eleições para executivo e legislativo

Figura 2. O ciclo eleitoral

Figura 3. *Gerrymandering*: diferentes desenhos de distrito produzem diferentes resultados eleitorais

Figura 4. Índice de Democracia Eleitoral (V-Dem)

Figura 5. Satisfação com a Democracia - Latinobarómetro

Figura 6. Eleições livres e justas (V-Dem)

Figura 7. Eleições Limpas (1985-2018) - IDEA

Figura 8. Índice de Percepção da Integridade no Ciclo Eleitoral

Figura 9. Média - “Percepção da Integridade Eleitoral”

Figura 10. Financiamento de Campanha - “Percepção da Integridade Eleitoral”

Figura 11. Autonomia do órgão de administração eleitoral (V-Dem)

Figura 12. Órgão de Administração Eleitoral - “Percepção da Integridade Eleitoral”

Figura 13. Distribuição de presentes e favores durante a campanha eleitoral - Latinobarómetro (2018)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Avaliação comparativa da regulação do financiamento de campanha

Tabela 2. Diferenças e Semelhanças entre o Parlamento Europeu e o Parlamento do Mercosul

Tabela 3. Principais deficiências abordadas pelas Missões de Observação Eleitoral

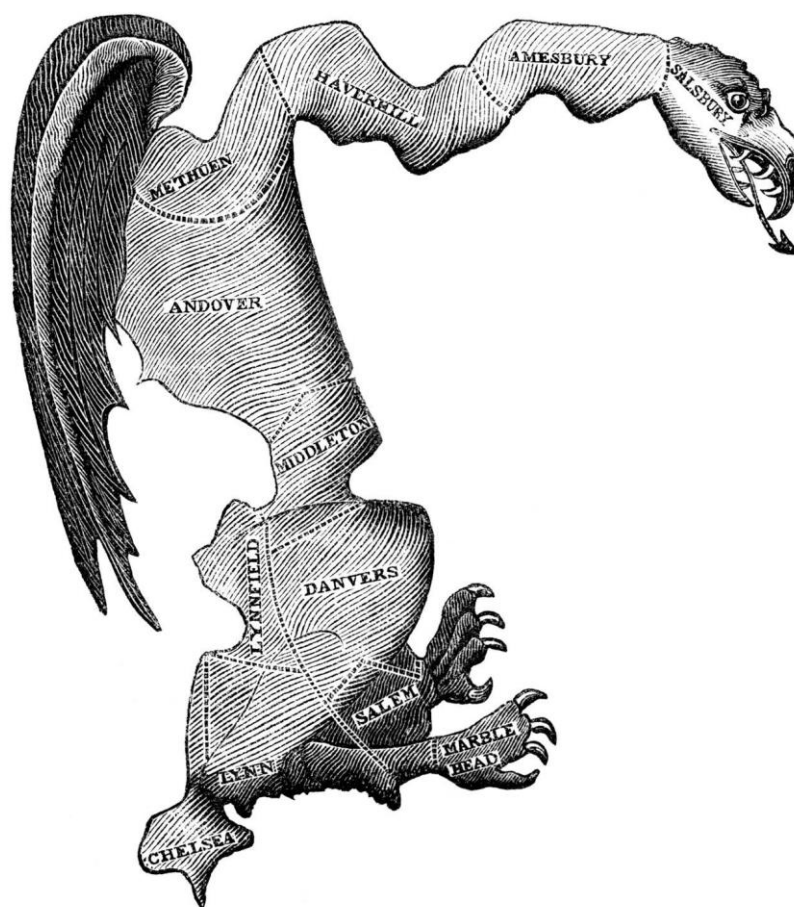
ANEXOS

Anexo 1. Abordagens para conceituar a integridade eleitoral

Autor (es)	Nome do Conceito	Positivo\Negativo	Universal\particular	Processo\Conceito
Hermet et al. (1978)	Eleições sem escolha	Negativo	Universal	Conceito
Elklit & Svensson (1997)	Eleições livres e justas	Positivo	Universal	Conceito e Processo
Pastor (1999)	Eleições imperfeitas	Negativo	Particular	Conceito
O'Donnell (2001)	Eleições democráticas	Positivo	Universal	Conceito
Mozaffar & Schedler (2002)	Governança eleitoral	Neutro	Universal	Processo
Schedler (2002, 2013)	Manipulação eleitoral	Negativo	Universal	Conceito e Processo
Schmeets (2002)	Eleições livres e justas	Positivo	Universal	Conceito e Processo
Lehoucq (2003)	Fraude eleitoral	Negativo	Particular	Conceito
Van de Walle (2003)	Eleições livres e justas	Positivo	Universal	Conceito
Elklit e Reynolds (2005)	Qualidade eleitoral	Positivo	Universal e Particular	Processo
Calingaert (2006)	Manipulação eleitoral	Negativo	Universal	Processo
Lindberg (2006)	Eleições livres e justas	Positivo	Universal	Conceito
Birch (2011)	Manipulação eleitoral	Negativo	Universal	Conceito e Processo
Hartlyn et al. (2008)	Qualidade eleitoral	Positivo	Universal	Conceito
Munck (2009)	Eleições democráticas	Positivo	Universal	Conceito
Davis-Roberts & Carroll (2010)	Eleições democráticas	Positivo	Universal	Conceito e Processo
Kelley & Kiril	Qualidade eleitoral	Positivo	Universal	Conceito e Processo
López-Pintor (2010)	Fraude eleitoral	Negativo	Universal	Conceito
Hyde & Marinov (2012)	Eleições competitivas	Positivo	Universal	Conceito
Norris (2012)	Integridade eleitoral	Positivo	Universal	Conceito
Donno (2013)	Falha eleitoral	Negativo	Universal	Conceito
Simpser (2013)	Manipulação eleitoral	Negativo	Universal	Conceito e Processo

Fonte: van Ham, 2015, p. 717.

Anexo 2. Desenho- “*Cartoon The Gerry-mander*”, por Elkanah Tisdale, 1812”



Fonte: Duignan, 2019.

Anexo 3. Lista de Presidentes da Argentina após 1928

Nome	Mandato	Partido
Hipólito Yrigoyen	12 de outubro de 1928-6 de setembro de 1930	União Cívica Radical
José Félix Uriburu	6 de setembro de 1930-20 de fevereiro de 1932	<i>Militar</i>
Agustín Pedro Justo	20 de fevereiro de 1932-20 de fevereiro de 1938	Concordância
Roberto Marcelino Ortiz	20 de fevereiro de 1938 - 27 de junho de 1942	Concordância
Ramón Castillo	27 de junho de 1942-4 de junho de 1943	Partido Nacional Democrático
Arturo Rawson	4 de junho de 1943-7 de junho de 1943	<i>Militar</i>
Pedro Pablo Ramírez	7 de junho de 1943-25 de fevereiro de 1944	<i>Militar</i>
Edelmiro Julián Farrell	25 de fevereiro de 1944-4 de junho de 1946	<i>Militar</i>
Juan Domingo Perón	4 de junho de 1946-21 de setembro de 1955	Partido Laborista e Partido Justicialista
Eduardo Lonardi	23 de setembro de 1955-13 de novembro de 1955	<i>Militar</i>
Pedro Eugenio Aramburu	13 de novembro de 1955-1 de maio de 1958	<i>Militar</i>
Arturo Frondizi	1 de maio de 1958-29 de março de 1962	União Cívica Radical
José María Guido	29 de março de 1962-12 de outubro de 1963	União Cívica Radical
Arturo Umberto Illia	12 de outubro de 1963-28 de junho de 1966	União Cívica Radical
Juan Carlos Onganía	28 de junho de 1966-8 de junho de 1970	<i>Militar</i>
Roberto Marcelo Levingston	18 de junho de 1970-22 de março de 1971	<i>Militar</i>
Alejandro Agustín Lanusse	22 de março de 1971-25 de maio de 1973	<i>Militar</i>
Héctor José Cámpora	25 de maio de 1973-13 de julho de 1973	Frente Justicialista
Raúl Alberto Lastiri	13 de julho de 1973-12 de outubro de 1973	Frente Justicialista
Juan Domingo Perón	12 de outubro de 1973-1 de julho de 1974	Frente Justicialista
Isabel Martínez de Perón	1 de julho de 1974-24 de março de 1976	Frente Justicialista
Jorge Rafael Videla	29 de março de 1976-29 de março de 1981	<i>Militar</i>
Roberto Eduardo Viola	29 de março de 1981-11 de dezembro de 1981	<i>Militar</i>
Leopoldo Galtieri	22 de dezembro de 1981-18 de junho de 1982	<i>Militar</i>
Reynaldo Bignone	1 de julho de 1982-10 de dezembro de 1983	<i>Militar</i>
Raúl Alfonsín	10 de dezembro de 1983-8 de julho de 1989	União Cívica Radical
Carlos Menem	8 de julho de 1989-10 de dezembro de 1999	Partido Justicialista
Fernando de la Rúa	10 de dezembro de 1999-20 de dezembro de 2001	União Cívica Radical
Adolfo Rodríguez Saá	22 de dezembro de 2001-30 de dezembro de 2001	Partido Justicialista
Eduardo Duhalde	2 de janeiro de 2002-25 de maio de 2003	Partido Justicialista
Néstor Kirchner	25 de maio de 2003-10 de dezembro de 2007	Partido Justicialista
Cristina Fernández de Kirchner	10 de dezembro de 2007-10 de dezembro de 2015	Partido Justicialista
Mauricio Macri	10 de dezembro de 2015-10 de dezembro de 2019	Proposta Republicana
Alberto Fernández	10 de dezembro de 2019-atualidade	Partido Justicialista

Fonte: Adaptado de Wikipedia (s.d.)

Anexo 4. Lista de Presidentes do Brasil após 1930

Nome	Mandato	Partido
Junta Governativa Provisória de 1930	24 de outubro de 1930-3 de novembro de 1930	<i>nenhum</i>
Getúlio Vargas	3 de novembro de 1930-29 de outubro de 1945	<i>nenhum</i>
José Linhares	29 de outubro de 1945-31 de janeiro de 1946	<i>nenhum</i>
Eurico Gaspar Dutra	31 de janeiro de 1946 - 31 de janeiro de 1951	Partido Social Democrático (PSD)
Getúlio Vargas	31 de janeiro de 1951-24 de agosto de 1954	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Café Filho	24 de agosto de 1954-8 de novembro de 1955	Partido Social Progressista (PSP)
Carlos Luz	8 de novembro de 1955-11 de novembro de 1955	Partido Social Democrático (PSD)
Nereu Ramos	11 de novembro de 1955-31 de janeiro de 1956	Partido Social Democrático (PSD)
Juscelino Kubitschek	31 de janeiro de 1956-31 de janeiro de 1961	Partido Social Democrático (PSD)
Jânio Quadros	31 de janeiro de 1961-25 de agosto de 1961	Partido Trabalhista Nacional (PTN)
Ranieri Mazzilli	25 de agosto de 1961-7 de setembro de 1961	Partido Social Democrático (PSD)
João Goulart	7 de setembro de 1961-2 de abril de 1964	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Ranieri Mazzilli	2 de abril de 1964-15 de abril de 1964	Partido Social Democrático (PSD)
Humberto Castelo Branco	15 de abril de 1964-15 de março de 1967	<i>Militar</i> -Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Artur da Costa e Silva	15 de março de 1967-31 de agosto de 1969	<i>Militar</i> -Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Pedro Aleixo	<i>Vice-presidente impedido de tomar posse como Presidente pela Junta Governativa Provisória de 1969.</i>	
Junta Governativa Provisória de 1969	31 de agosto de 1969-30 de outubro de 1969	<i>nenhum</i>
Emílio Garrastazu Médici	30 de outubro de 1969-15 de março de 1974	<i>Militar</i> -Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Ernesto Geisel	15 de março de 1974-15 de março de 1979	<i>Militar</i> -Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
João Figueiredo	15 de março de 1979-15 de março de 1985	<i>Militar</i> -Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Tancredo Neves	<i>Faleceu antes da posse</i>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
José Sarney	15 de março de 1985-15 de março de 1990	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Fernando Collor	15 de março de 1990-29 de dezembro de 1992	Partido da Reconstrução Nacional (PRN)
Itamar Franco	29 de dezembro de 1992-1º de janeiro de 1995	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Fernando Henrique Cardoso	1º de janeiro de 1995-1º de janeiro de 2003	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Luiz Inácio Lula da Silva	1º de janeiro de 2003-1º de janeiro de 2011	Partido dos Trabalhadores (PT)
Dilma Rousseff	1º de janeiro de 2011-31 de agosto de 2016	Partido dos Trabalhadores (PT)
Michel Temer	31 de agosto de 2016-1º de janeiro de 2019	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Jair Bolsonaro	1º de janeiro de 2019- atualidade	Partido Social Liberal (PSL)

Fonte: Adaptado de Wikipedia (s.d.)

Anexo 5. Lista de Presidentes do Paraguai após 1936

Nome	Mandato	Partido
Rafael Franco	17 de fevereiro de 1936-13 de agosto de 1937	<i>Militar</i>
Felix Paiva	13 de agosto de 1937-15 de agosto de 1939	Partido Liberal
José Félix Estigarribia	15 de agosto de 1939-7 de setembro de 1940	Partido Liberal
Higino Moríngio	7 de setembro de 1940-13 de junho de 1948	<i>Militar</i>
Juan Manoel Frutos	13 de junho de 1948-15 de agosto de 1948	Partido Colorado
Juan Natalicio González	15 de agosto de 1948-30 de janeiro de 1949	Partido Colorado
Raimundo Rolón	30 de janeiro de 1949-26 de fevereiro de 1949	Partido Colorado
Felipe Molas López	26 de fevereiro de 1949-11 de setembro de 1949	Partido Colorado
Frederico Chaves	11 de setembro de 1949-4 de maio de 1954	Partido Colorado
<i>(Cargo vago)</i>	<i>4 de maio de 1954-8 de maio de 1954</i>	
Tomás Romero Pereira	8 de maio de 1954-15 de agosto de 1954	Partido Colorado
Alfredo Stroessner	15 de agosto de 1954-3 de fevereiro de 1989	Partido Colorado
Andrés Rodríguez Pedotti	3 de fevereiro de 1989-15 de agosto de 1993	Partido Colorado
Juan Carlos Wasmosy	15 de agosto de 1993-15 de agosto de 1998	Partido Colorado
Raúl Cubas Grau	15 de agosto de 1998-28 de março de 1999	Partido Colorado
Luis Ángel González Macchi	28 de março de 1999-15 de agosto de 2003	Partido Colorado
Nicanor Duarte Frutos	15 de agosto de 2003-15 de agosto de 2008	Partido Colorado
Fernando Lugo	15 de agosto de 2008-22 de junho de 2012	Aliança Patriótica
Federico Franco	22 de junho de 2012-15 de agosto de 2013	Partido Liberal
Horacio Cartes	15 de agosto de 2013-15 de agosto de 2018	Partido Colorado
Mario Abdo Benítez	15 de agosto de 2018-atualidade	Partido Colorado

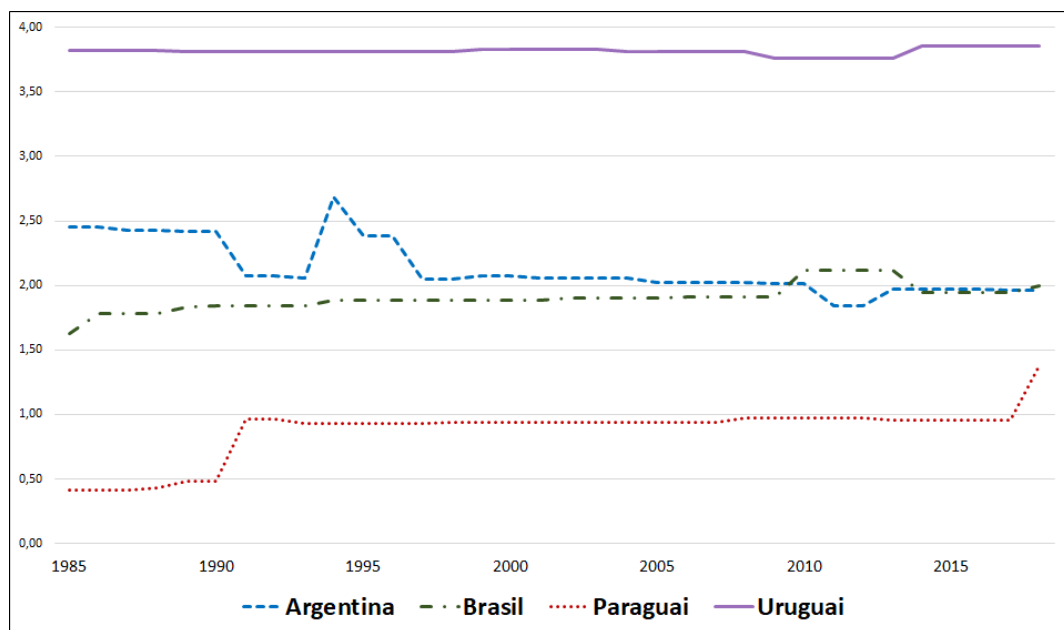
Fonte: Adaptado de Wikipedia (s.d.)

Anexo 6. Lista de Presidentes do Uruguai após 1943

Nome	Mandato	Partido
Juan José de Amézaga Landaraso	1 de Março de 1943 - 1 de Março de 1947	Colorado
Tomás Berreta	1 de Março de 1947 - 2 de Agosto de 1947	Colorado
Luis Batlle Berres	2 de Agosto de 1947 - 1 de Março de 1952	Colorado
Andrés Martínez Trueba	1 de Março de 1951 - 1 de Março de 1952	Colorado
Conselho Nacional de Governo	1 de Março de 1952 - 1 de Março de 1967	Colorado (1952-1959) Nacional (1959-1962)
Óscar Gestido	1 de Março de 1967 - 6 de Dezembro de 1967	Colorado
Jorge Pacheco Areco	6 de Dezembro de 1967 - 1 de Março de 1972	Colorado
Juan María Bordaberry	1 de Março de 1972 - 12 de Junho de 1976	Colorado
Alberto Demicheli	12 de Junho de 1976 - 1 de Setembro de 1976	Colorado
Aparicio Méndez	1 de Setembro de 1976 - 1 de Setembro de 1981	Colorado
Gregorio Álvarez	1 de Setembro de 1981 - 12 de Fevereiro de 1985	Sem partido
Rafael Addiego Bruno	12 de Fevereiro de 1985 - 1 de Março de 1985	União Cívica
Julio María Sanguinetti	1 de Março de 1985 - 1 de Março de 1990	Colorado
Luis Alberto Lacalle	1 de Março de 1990 - 1 de Março de 1995	Nacional
Julio María Sanguinetti	1 de Março de 1995 - 1 de Março de 2000	Colorado
Jorge Batlle	1 de Março de 2000 - 1 de Março de 2005	Colorado
Tabaré Vázquez	1 de Março de 2005 - 1 de Março de 2010	Frente Ampla
José Mujica	1 de Março de 2010 - 1 de Março de 2015	Frente Ampla
Tabaré Vázquez	1 de Março de 2015 - 1 de Março de 2020	Frente Ampla
Lacalle Pou	1 de Março de 2020 - Presente	Nacional

Fonte: Adaptado de Wikipedia (s.d.)

Anexo 7. Índice “Compra de voto” - Variedades da Democracia (V-Dem)



Questão: Na eleição nacional, houve evidência de compra de voto?

Respostas: 0: Sim. Houve compra sistemática e generalizada de votos por quase todos os partidos e candidatos;

1: Sim. Havia esforços não sistemáticos, mas bastante comuns, de compra de votos, mesmo que apenas em algumas partes do país ou por um ou alguns partidos;

2: Restrito. Dinheiro ou presentes pessoais foram distribuídos por partidos ou candidatos;

3: Quase nenhum. Houve uso limitado de dinheiro e presentes pessoais, ou essas tentativas foram limitadas a algumas pequenas áreas do país. Ao todo, provavelmente afetaram uma pequena percentagem dos eleitores;

4: Não houve evidência de compra de voto.

Esclarecimento: A compra de votos e comparecimento refere-se à distribuição de dinheiro ou presentes a indivíduos, famílias ou pequenos grupos para influenciar sua decisão de voto.

Fonte: Projeto Variedades da Democracia (V-Dem) e Coppedge et al. (2019 e 2019b)

Anexo 8. Eleições incluídas no Projeto de “Percepção da Integridade Eleitoral- 7.0”

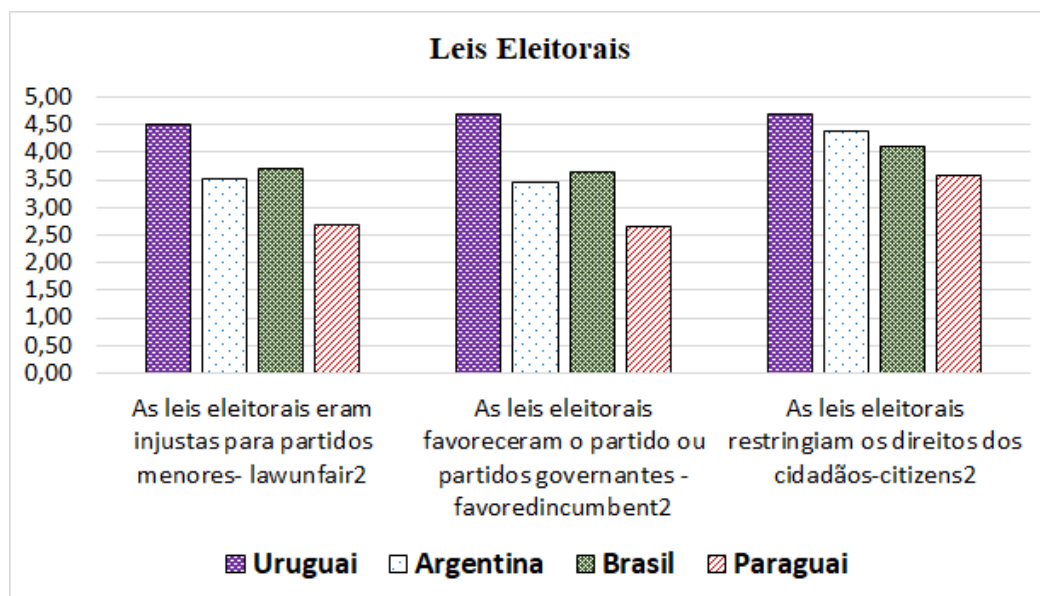
País	Data	Eleição	Eleitorado Total	Comparecimento
Argentina	27.10.2013	Legislativas	30.635.464	72,4 %
Argentina	22.11.2015	Legislativas	32.130.853	78,7 %
Argentina	22.10.2017	Legislativas	33.454.411	76,81 %
Brasil	26.10.2014	Presidencial	142.822.046	77,6 %
Brasil	28.10.2018	Presidencial	147.302.654	78,7 %
Paraguai	01.04.2013	Presidencial	3.516.275	68,5 %
Paraguai	22.04.2018	Presidencial	4.241.507	61,25 %
Uruguai	30.11.2014	Presidencial	2.620.791	88,6 %
Fonte: Norris e Gromping, 2019				

Anexo 9. Inquérito de especialistas do projeto “Percepção da Integridade Eleitoral”

Período		Questões
Pré-eleição	1. Leis Eleitorais	1. As leis eleitorais eram injustas com os partidos menores.
		2. As leis eleitorais favoreceram o partido ou partidos do governo.
		3. As leis eleitorais restringiram os direitos dos cidadãos.
	2. Procedimentos Eleitorais	4. As eleições foram bem conduzidas.
		5. Informações sobre o procedimento de votação estavam disponíveis.
		6. As autoridades eleitorais eram justas.
		7. As eleições foram conduzidas conforme a legislação.
	3. Distritos	8. Os distritos discriminaram alguns partidos.
		9. Distritos favoreceram os incumbentes.
		10. Os distritos eram imparciais.
	4. Registo do Voto	11. Alguns cidadãos não estavam registados.
		12. O registo eleitoral era impreciso.
		13. Eleitores inelegíveis estavam registados.
	5. Processo de registo para partidos e candidatos disputarem as eleições	14. Candidatos da oposição forma impedidos de concorrer.
		15. As mulheres tiveram iguais oportunidades para concorrer.
		16. Minorias étnicas possuíam iguais direitos para concorrer.
		17. Apenas os líderes partidários selecionavam os candidatos.
		18. Partidos ou candidatos eram restringidos em realizar comícios eleitorais.
Campanha	6. Cobertura da mídia	19. Os jornais publicavam notícias balanceadas sobre as eleições.
		20. As notícias de TV favoreceram o partido do governo.
		21. Partidos e candidatos possuíam acesso igualitário a propaganda política.
		22. Os jornalistas realizavam cobertura imparcial das eleições.
		23. As redes sociais eram usadas para expor as fraudes eleitorais.
	7. Financiamento de campanha	24. Partidos e candidatos tinham acesso equitativo ao financiamento público.
		25. Partidos e Candidatos tinham acesso equitativo às doações políticas.
		26. Partidos e candidatos publicavam suas contas transparentemente.
Dia da eleição		27. As pessoas ricas compravam as eleições.
		28. Recursos públicos eram indevidamente usados para campanha eleitoral.
	8. O voto	29. Alguns eleitores eram ameaçados com violência na votação.
		30. Ocorrência de votos fraudulentos.
		31. O processo de votação era fácil.
		32. Aos eleitores era oferecida uma escolha genuína.
		33. Voto postal estava disponível.
		34. Deficientes possuíam meios para votar.
Pós-eleição		35. Cidadãos vivendo no estrangeiro poderiam votar.
		36. Alguma forma de voto pela internet estava disponível.
	9. Após o encerramento das urnas	37. As urnas eram seguras.
		38. O resultado era anunciado sem atraso injustificado.
		39. A contagem dos votos era justa e imparcial.
		40. Havia restrição aos observadores internacionais.
		41. Havia restrição aos observadores nacionais.
	10. Anúncio do resultado oficial	42. Partidos ou candidatos contestaram o resultado.
		43. As eleições resultaram em protestos pacíficos.
		44. As eleições resultaram em protestos violentos.
		45. As disputas eram resolvidas por meios legais.
	11. Autoridades Eleitorais	46. As autoridades eleitorais eram imparciais.
		47. As autoridades distribuíram informações aos cidadãos.
		48. As autoridades permitiram o escrutínio público de seu desempenho.
		49. As autoridades eleitorais atuaram bem.

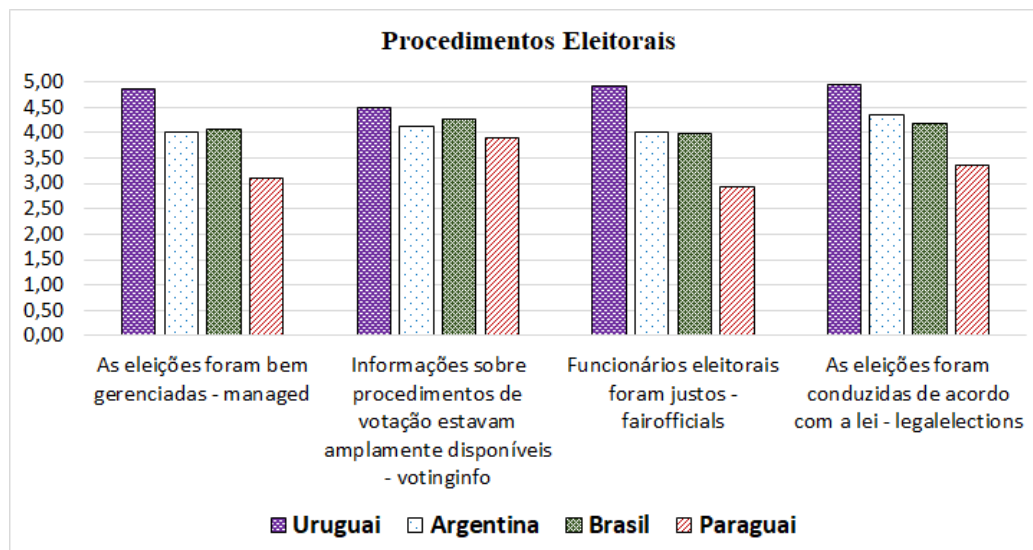
Fonte: Norris e Gromping, 2019b.

Anexo 10. Leis Eleitorais - “Percepção da Integridade Eleitoral”



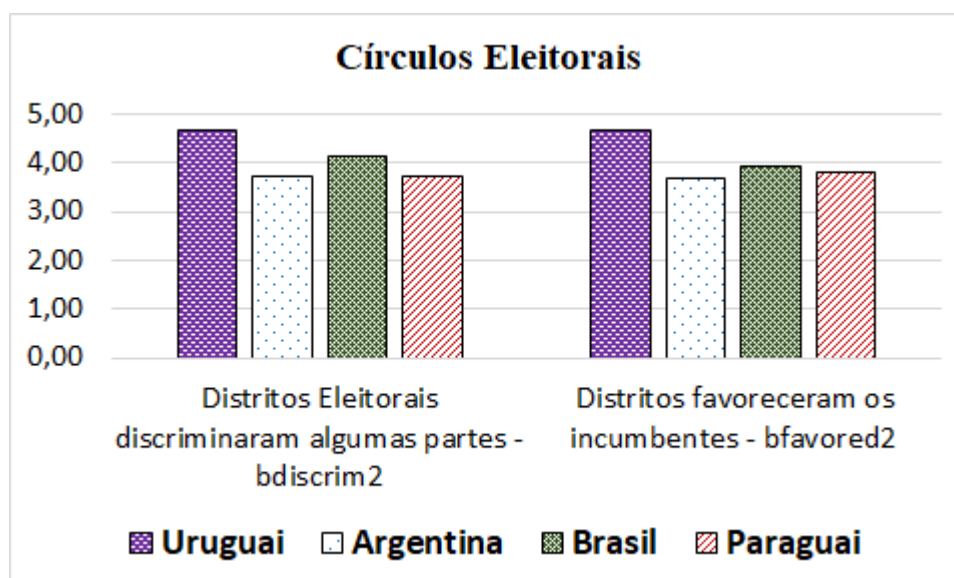
Ao pensar nas leis eleitorais usadas nas últimas eleições nacionais neste país, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?” Respostas: 1. Concordo plenamente; 2. Concordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Discordo; 5. Discordo totalmente. Obs: Valores mais altos indicam maior integridade. Fonte: “Percepção da Integridade Eleitoral (7.0)”. Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 11. Procedimentos Eleitorais - “Percepção da Integridade Eleitoral”



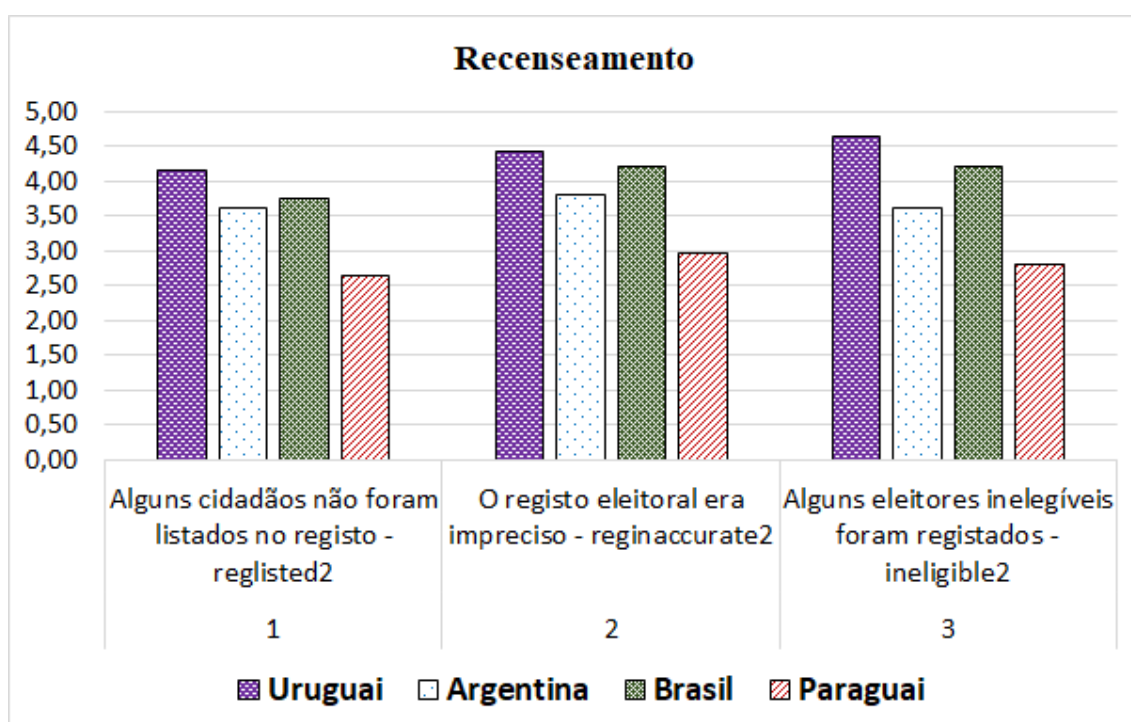
Em termos de procedimentos eleitorais, você concorda ou discorda das seguintes declarações? Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 12. Círculos Eleitorais - “Percepção da Integridade Eleitoral”



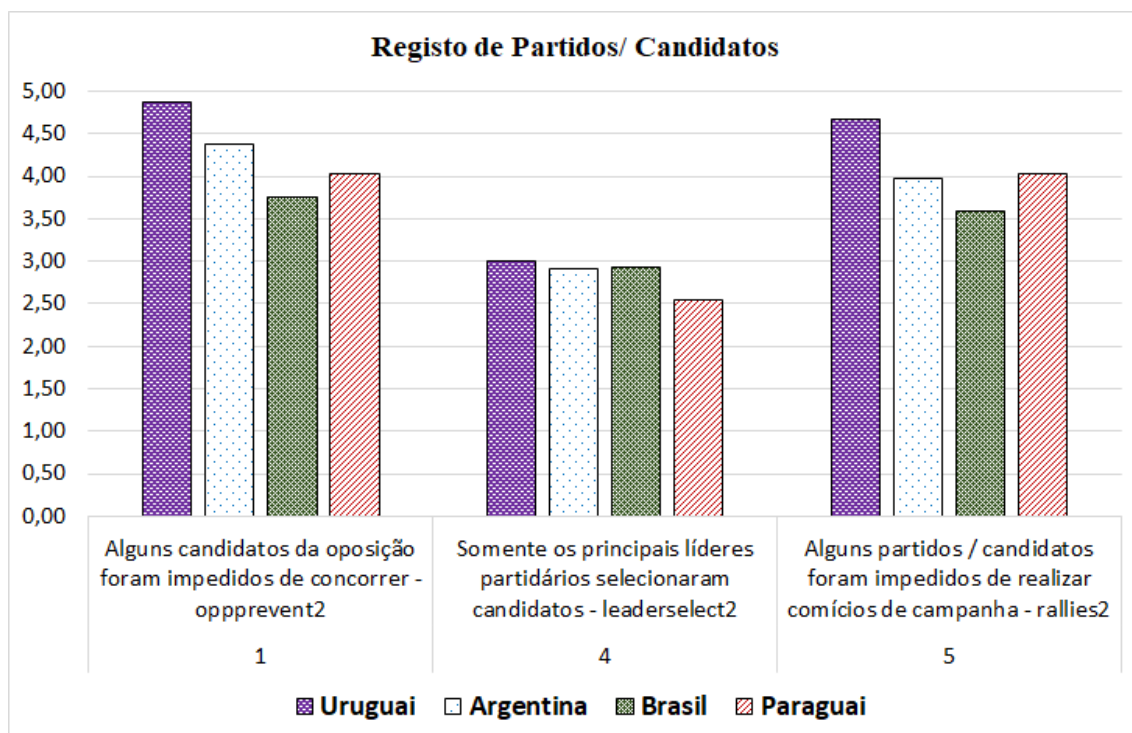
Com relação aos círculos eleitorais, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Concordo plenamente; 2. Concordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Discordo; 5. Discordo totalmente. Obs: Valores mais altos indicam maior integridade. Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 13. Recenseamento - “Percepção da Integridade Eleitoral”



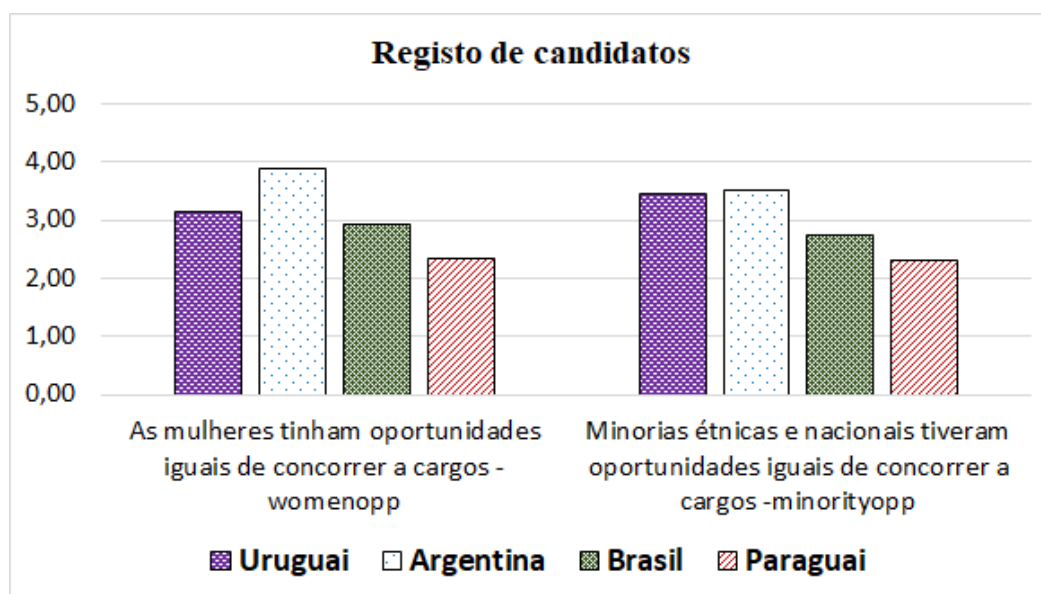
Quanto ao recenseamento eleitoral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Concordo plenamente; 2. Concordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Discordo; 5. Discordo totalmente. Obs: Valores mais altos indicam maior integridade. Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 14. Registo de Partidos/Candidatos - “Percepção da Integridade Eleitoral”



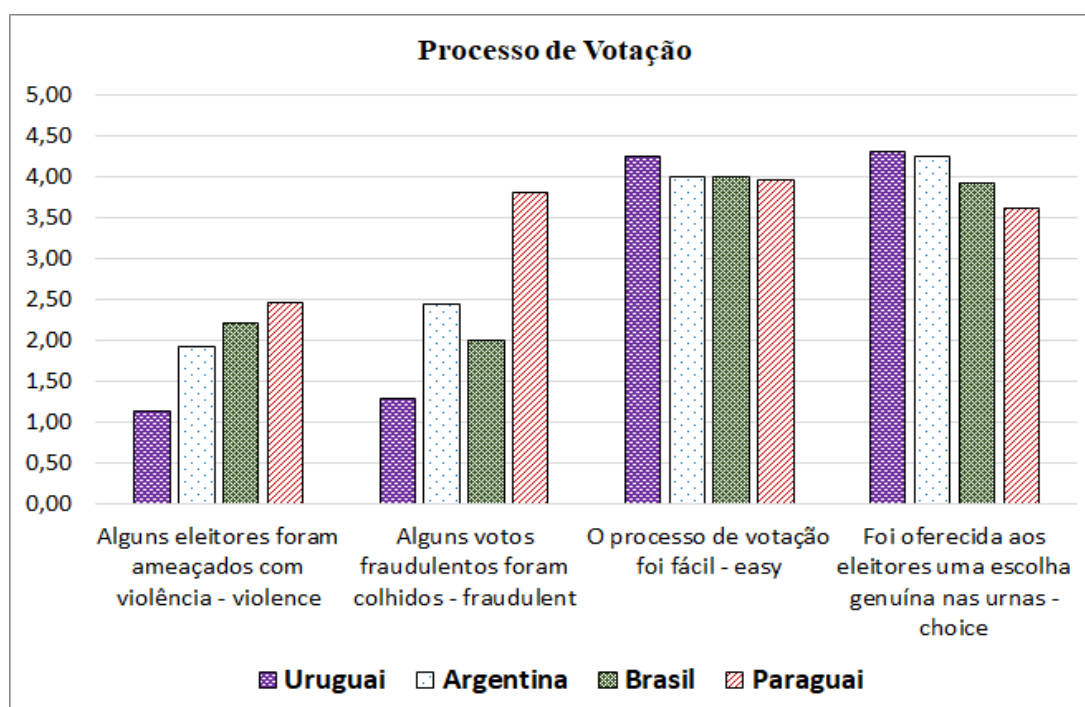
Quanto ao processo de inscrição de partidos e candidatos para a votação, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Concordo plenamente; 2. Concordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Discordo; 5. Discordo totalmente. Obs: Valores mais altos indicam maior integridade. Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 15. Registo de Candidatos - “Percepção da Integridade Eleitoral”



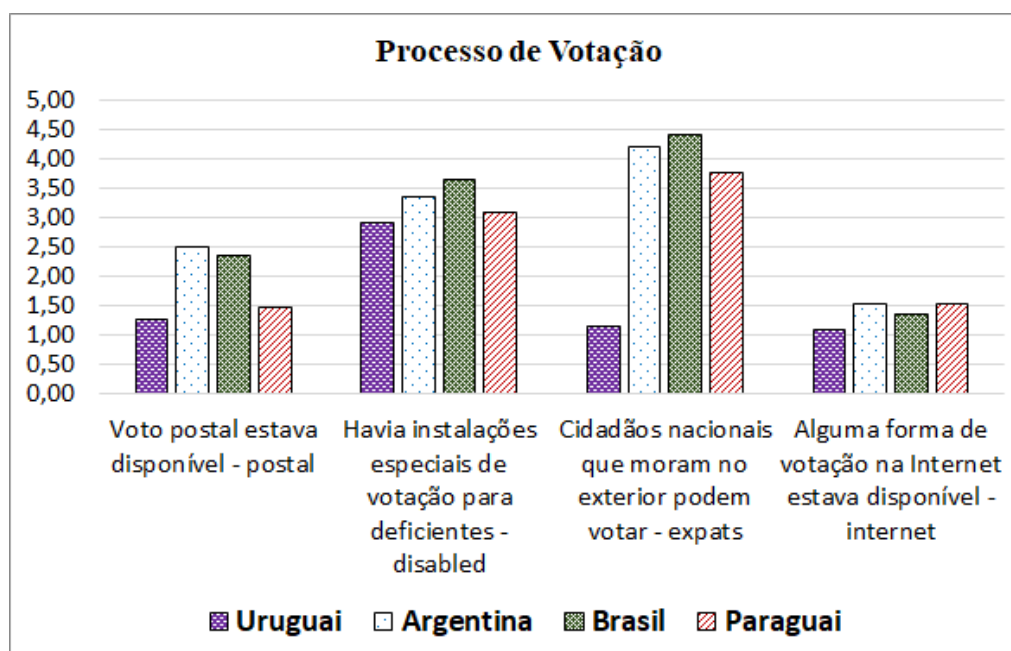
Quanto ao processo de inscrição de partidos e candidatos para a votação, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0). Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 16. Processo de Votação - “Percepção da Integridade Eleitoral”



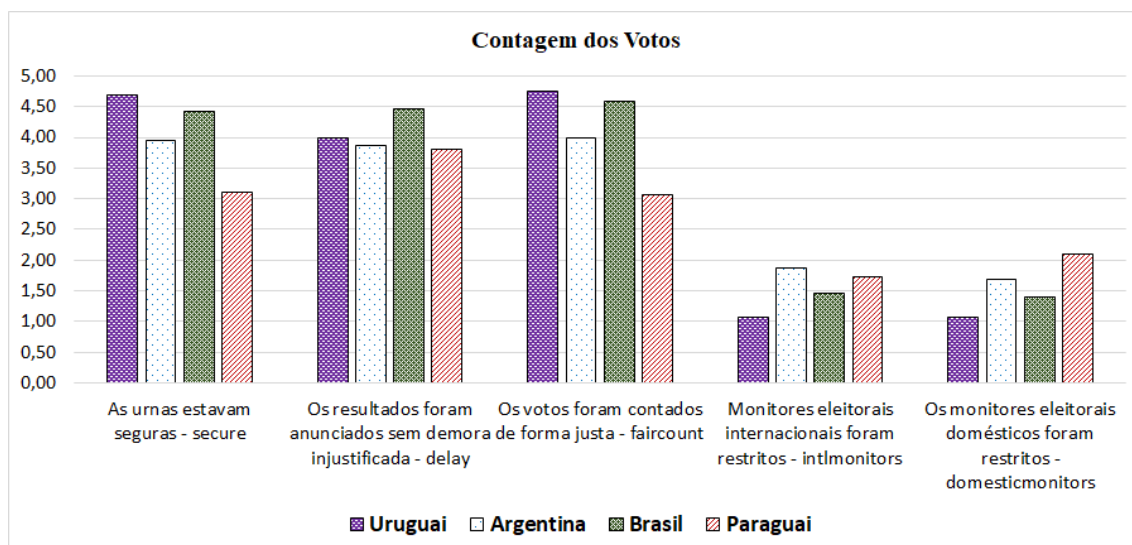
Quanto ao ato de votar, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: *Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0)*. Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 17. Processo de Votação (2) - “Percepção da Integridade Eleitoral”



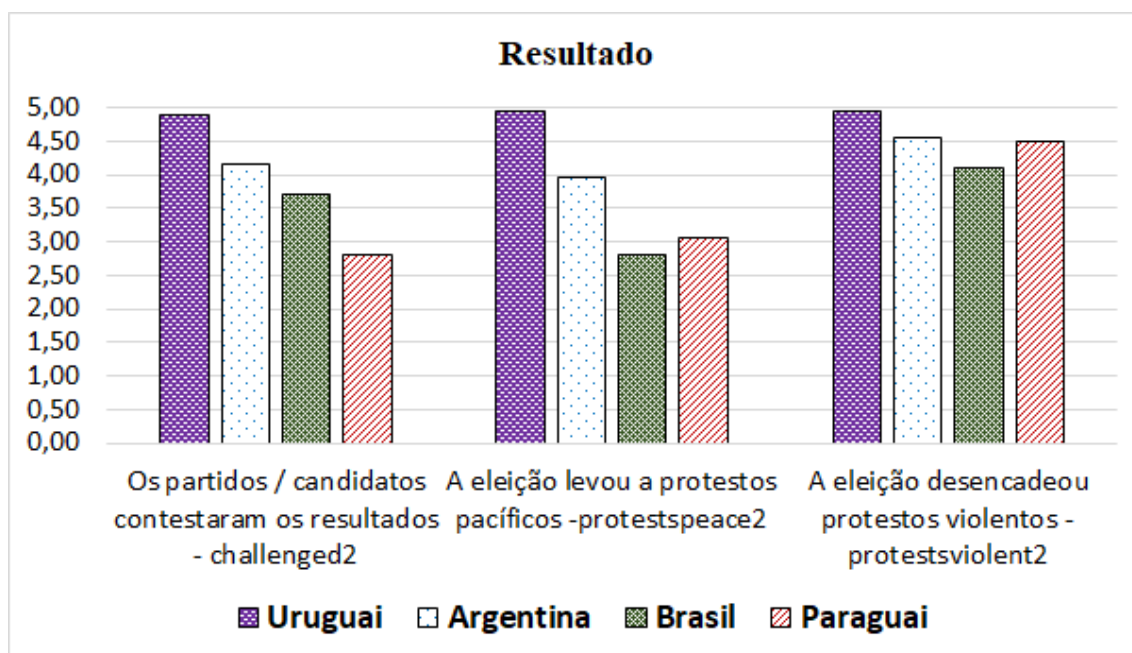
Quanto ao ato de votar, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: *Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0)*. Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 18. Contagem dos Votos - “Percepção da Integridade Eleitoral”



Com relação à contagem de votos, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Concordo; 5. Concordo plenamente. Fonte: *Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0)*. Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 19. Resultado - “Percepção da Integridade Eleitoral”



Depois que os resultados oficiais foram anunciados, você concorda ou discorda das seguintes afirmações? Respostas: 1. Concordo plenamente; 2. Concordo; 3. Não concordo nem discordo; 4. Discordo; 5. Discordo totalmente. Obs: Valores mais altos indicam maior integridade. Fonte: *Percepção da Integridade Eleitoral (PEI 7.0)*. Norris e Gromping, 2019 e 2019b.

Anexo 20. Índice de “Percepção da Integridade Eleitoral”

País	Ano	Índice Geral	Leis Eleitorais	Procedimentos eleitorais	Círculos eleitorais	Recenseamento	Registro de partidos/ Candidatos	Média	Financiamento de campanha	Processo de votação	Contagem dos votos	Resultados	Órgãos de administração eleitoral
Uruguai	2014	75	91	94	72	78	72	65	58	57	92	94	84
Argentina	2013	66	70	83	66	65	70	55	42	61	78	77	70
Argentina	2015	63	68	74	63	65	71	55	35	61	70	76	66
Argentina	2017	65	71	78	64	67	64	45	41	63	79	84	72
Brasil	2014	68	74	87	73	75	63	48	38	65	92	64	82
Brasil	2018	60	66	69	67	72	47	44	36	59	85	68	57
Paraguai	2013	55	66	70	59	46	54	40	24	51	74	79	57
Paraguai	2018	44	36	47	59	48	49	43	20	47	56	45	41

Índice de “Percepção da Integridade Eleitoral (7.0)” imputado, classificado em escala a partir de 0 (mais baixo) até 100 (mais alto). Classificação do índice em cinco categorias: 1. Muito baixo (menos de 40); 2. Baixo (40-49); 3. Moderado (50-59); 4. Alto (60-69); 5. Muito alto (70 ou mais). *Índice projetado para a fornecer uma avaliação resumida geral das percepções de especialistas nos quais uma eleição atender os padrões internacionais e normas globais de integridade eleitoral*

Fonte: Norris & Gromping, 2019 e 2019b.